

UFMG  
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
2013-2017

19 de Abril de 2013

# SUMÁRIO

## Capítulo 1 – PERFIL INSTITUCIONAL

|  |    |
|--|----|
| 1.1 - Finalidades                                      | 6  |
| 1.2 - Missão   | 6  |
| 1.3 - Breve histórico                                  | 6  |
| 1.4 - Princípios institucionais                        | 11 |
| 1.5 - Áreas de atuação                                 | 12 |
| 1.6 - Estrutura organizacional e instâncias de decisão | 12 |
| 1.7 - Inserção regional, nacional e internacional      | 20 |
| 1.8 - Controle social, transparência e governança      | 25 |

## Capítulo 2 – PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

## Capítulo 3 – DIRETRIZES GERAIS

|  |    |
|--|----|
| 3.1 - Introdução   | 41 |
| 3.2 - Contexto geral do planejamento institucional   | 42 |
| 3.3 - As universidades de classe mundial e o desenvolvimento nacional                            | 44 |
| 3.4 - A internacionalização do ensino superior e a busca da excelência: características recentes | 52 |
| 3.5 - A UFMG e o projeto de universidade de classe mundial                                       | 56 |

## Capítulo 4 – PROJETOS ESTRUTURANTES

|  |    |
|--|----|
| 4.1 - Introdução   | 59 |
| 4.2 - Centro de Transferência de Tecnologia e Inovação                                       | 61 |
| 4.3 - Centro de Instrumentação Tecnológica e Pesquisa Translacional em Saúde                 | 64 |
| 4.4. Centro de Treinamento Esportivo   | 67 |
| 4.5. Centro de Microscopia   | 69 |
| 4.6. Espaço do Conhecimento  | 70 |
| 4.7 - Expansão das atividades de internacionalização   | 71 |
| 4.8 - Ampliação e reestruturação das políticas e da infraestrutura de ação cultural da UFMG. | 74 |

|   |    |
|---|----|
| 4.9 - Criação da Pró-Reitoria de Cultura  | 76 |
| 4.10 - Formação em Cidadania Cultural   | 80 |
| 4.11 - Implantação do Sistema de Comunicação Digital na UFMG  | 84 |
| 4.12 - Criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil  | 87 |
| 4.13 - Criação do Centro de Apoio às Atividades de Ensino,<br>Pesquisa e Extensão   | 89 |
| 4.14 - Criação do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades  | 90 |
| 4.15 - Projeto de Desenvolvimento Institucional de Apoio às<br>Unidades Administrativas e Acadêmicas das Unidades da UFMG | 92 |

## Capítulo 5 – PROJETOS SETORIAIS

|   |     |
|---|-----|
| 5.1 - Introdução                                      | 93  |
| 5.2 - Pró-Reitoria de Graduação                       | 94  |
| 5.3 - Pró-Reitoria de Pós-Graduação                   | 106 |
| 5.4 - Pró-Reitoria de Pesquisa                        | 113 |
| 5.5 - Pró-Reitoria de Extensão                        | 128 |
| 5.6 - Pró-Reitoria de Administração                   | 132 |
| 5.7 - Pró-Reitoria de Recursos Humanos                | 142 |
| 5.8 – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento  | 146 |
| 5.9 - Superintendência de Infraestrutura e Manutenção | 156 |
| 5.10 - Tecnologia de Informação e Comunicação         | 159 |
| 5.11 - Editora UFMG                                   | 165 |
| 5.12 - Sistema de Bibliotecas                         | 169 |
| 5.13 - IEAT   | 171 |

|   |     |
|---|-----|
| 5.14 - Órgão vinculados ao Gabinete do Reitor | 173 |
| Diretoria de Cooperação Institucional         | 173 |
| Coordenadoria de Assuntos Comunitários        | 175 |
| Diretoria de Assuntos Estudantis              | 176 |
| Diretoria de Relações Internacionais          | 179 |
| Imprensa Universitária                        | 180 |
| Centro Esportivo Universitário                | 181 |
| Diretoria de Avaliação Institucional          | 183 |
| <br>  |     |
| Capítulo 6 – AS FUNDAÇÕES DE APOIO À UFMG     | 186 |

# Apresentação

Este Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais foi elaborado com o propósito de se constituir em documento prospectivo e de referência sobre as metas, objetivos e ações a serem desenvolvidas pela UFMG no quinquênio 2013-2017.

Nesse sentido, o PDI se coloca como parte integrante de um conjunto de três documentos que, associadamente, permitem uma visão mais ampla e abrangente da Universidade Federal de Minas Gerais, quais sejam:

1. O Relatório de Gestão da Universidade Federal de Minas Gerais, documento anual, que presta contas à sociedade acerca dos recursos humanos e materiais empregados pela instituição.
2. O Relatório de Atividades da Universidade Federal de Minas Gerais, documento anual, que se propõe a apresentar a estrutura organizacional, a infraestrutura construída e ocupada, dados financeiros e estatísticos relativos ao corpos discente, docente e técnico-administrativo, ao ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, bem como as atividades desenvolvidas pelos órgãos auxiliares, suplementares e complementares da UFMG.
3. O Plano de Desenvolvimento Institucional, que apresenta as metas, objetivos e ações para o período compreendido entre 2013 e 2017.

# CAPÍTULO 1 – PERFIL INSTITUCIONAL

## 1.1. FINALIDADES

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípua a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de classe mundial.

## 1.2. MISSÃO DA UFMG

Visando ao cumprimento integral das suas finalidades, e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, visando o desenvolvimento econômico, a diminuição de desigualdades sociais e a redução das assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável.

## 1.3. BREVE HISTÓRICO

No século XVIII, a criação de uma Universidade em Minas Gerais integrava o projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual

nº 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892, em Ouro Preto; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911; e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em, respectivamente, 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com área equivalente a 500.000 m<sup>2</sup>, nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Com o tempo, a área destinada para a futura edificação da Cidade Universitária foi se alterando, em decorrência de sua localização central e de seu valor econômico. Em 1937, para as imediações do Parque Municipal e, em princípio da década de 1940, para a região da Pampulha, aonde, de fato, viria a se instalar. Mas, ainda demoraria cerca de duas décadas, para que as primeiras edificações ficassem prontas: a Reitoria e o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) – hoje, não mais integrando à Universidade -, então vinculado à UMG e subordinado à Escola de Engenharia.

Na segunda metade dos anos de 1940, a UMG ampliara-se consideravelmente, no plano acadêmico, com a incorporação de diversas escolas livres criadas em Belo Horizonte, posteriormente à fundação da Universidade: a de Arquitetura, em 1946, e, dois anos depois, as Escolas Livres de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1949, houve a federalização da UMG, mas seu nome e sua sigla permaneceram inalterados, por mais de uma década. No ano seguinte, ocorreu a incorporação da Escola de Enfermagem, originalmente subordinada, administrativa e academicamente, à Faculdade de Medicina.

Nos anos de 1960, a UMG sofreria profundas transformações. Na primeira metade da década, devido a um expressivo programa de expansão, com a incorporação da Escola de Veterinária, da Escola de Biblioteconomia e do Conservatório Mineiro de Música e a criação da Escola de Belas Artes. O Conservatório Mineiro de Música daria origem à atual Escola de Música e a Escola de Biblioteconomia, já no século XXI, teve sua denominação alterada para Escola de Ciência da Informação. Em 1965, o nome e a sigla da UMG foram alterados, de forma a incorporar sua vinculação à estrutura administrativa federal. A universidade passou a ser denominada Universidade Federal de Minas Gerais, com a sigla UFMG.

Na segunda metade da década de 1960, a estrutura e a vida universitária se alteraram em decorrência da Reforma Universitária de 1968, que modernizou a Universidade Brasileira, mas também em virtude de circunstâncias políticas mais gerais. A reforma universitária acarretou o desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dando origem, em um primeiro momento aos assim chamados Institutos Básicos – O Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e o Instituto de Geociências – e, logo a seguir, à Faculdade de Educação e à Faculdade de Letras. Em decorrência dessas transformações, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve seu nome alterado para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Decorreu também da reforma universitária, a institucionalização da atividade de pesquisa, o estabelecimento de padrões mais bem definidos, para a regulação dos cursos de pós-graduação e a criação do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, para os docentes dedicados aos trabalhos de investigação acadêmica. Ainda nesse período, em 1969, a UFMG incorporaria em sua estrutura a Escola de Educação Física, cujo nome foi alterado, já no século XXI, para Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Mas a vida da UFMG seria também bastante alterada, nos anos de 1960 e subsequentes, em decorrência do pronunciamento militar que interrompeu a normalidade democrática no país, ocorrido em 1964. Em consequência, desse pronunciamento, agravado em 1968, com a edição do Ato Institucional 5, a UFMG teve um de seus reitores afastados temporariamente de suas funções, o

Reitor Aluísio Pimenta; outro cassado, o Professor Gérson Brito de Melo Boson, diversos professores e funcionários cassados e presos, estudantes expulsos, presos e assassinados. A Instituição reagiu com altivez a esse tempo sombrio, tendo seus reitores e seu Conselho Universitário se pronunciado, com firmeza, condenando a arbitrariedade e a violência da repressão política, bem como, se recusando, sempre que possível, a implantar medidas e procedimentos que consideraram academicamente inconvenientes e inadequados.

O adensamento das construções do Campus Pampulha, a Cidade Universitária, se deu em períodos distintos, ocorrendo com grande intensidade nos anos 1970, na primeira metade da década de 1990 e na primeira década do século XXI. De tal sorte que, das dezenove unidades acadêmicas sediadas em Belo Horizonte, quinze tem suas instalações integralmente situadas no Campus Pampulha. Na área central da cidade de Belo Horizonte, encontram-se o Campus Saúde, constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas, bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas, localizadas em prédios isolados e com perspectivas de, em breve, terem também suas instalações transferidas para o Campus Pampulha. Além das unidades acadêmicas, encontram-se também no Campus Pampulha a Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP), integrada pela Escola de Primeiro Grau, o Colégio Técnico e o Teatro Universitário, que oferece curso de nível médio de formação de atores.

A UFMG possui um terceiro Campus Universitário, situado em Montes Claros, município do norte de Minas Gerais. O Campus Regional de Montes Claros oferece cursos de graduação e pós-graduação, vinculados ao Instituto de Ciências Agrárias, a vigésima unidade acadêmica da Universidade. Em Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege) e a Casa Silvério Lessa, ambos vinculados ao Instituto de Geociências. Em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural dirigido pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que compreende o Museu Casa do Inconfidente Padre Toledo e os prédios da Câmara Municipal, da Cadeia

Pública e do Centro de Estudos, Galeria e Biblioteca Miguel Lins. Pretende-se que esses espaços estejam articulados no **Campus Cultural da UFMG em Tiradentes**.

Com destacada participação no projeto acadêmico da UFMG devem ser ainda mencionados: o Hospital Veterinário e as fazendas de Igarapé e Pedro Leopoldo; a Biblioteca Universitária; o Centro Cultural; o Centro de Microscopia; o Conservatório; a Editora; o Museu de História Natural e Jardim Botânico. E, como espaço primordialmente voltado ao lazer da Comunidade Universitária, o Centro Esportivo Universitário.

Em síntese, a situação atual das atividades acadêmicas da UFMG pode ser sumariada pelos números a seguir. No ensino de graduação: oferta de 6.710 vagas presenciais em 2011, em 76 opções de cursos, que abrigam a matrícula de cerca de 30 mil alunos; oferecimento de 5 cursos de graduação, 4 especiais e 7 cursos de extensão, todos a distância, a maioria dos quais na modalidade licenciatura, contemplando 22 polos, localizados quase sempre em regiões de Minas Gerais carentes tanto de docentes qualificados para o ensino básico, quanto de instituições formadoras desses profissionais, sendo que o número de vagas subiu de 400 para 700 entre 2010 e 2011, atingindo o total de 1.150 no vestibular de 2012. No ensino de pós-graduação: 72 programas, envolvendo 62 cursos de doutorado e 72 de mestrado; admissão anual de 2.600 alunos; número total de matrículas superior a 8.000; envolvendo cerca de 1.700 doutores orientadores; a avaliação da CAPES resulta em 25 programas com conceitos 7 ou 6, 40 com conceitos 5 ou 4 e 7 com conceito 3; mais de 2.000 estudantes contemplados com bolsas de diversas agências; 76 cursos de especialização ministrados, com a concorrência de mais de 6.000 estudantes. Na atividade de pesquisa<sup>1</sup>: Mais de 800 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, englobando cerca de 3.500 doutores, a maioria deles docentes da UFMG; quase 700 doutores do quadro da UFMG, que correspondem a cerca de 1/3 dos doutores docentes da Universidade, contemplados com Bolsa de Produtividade Acadêmica do CNPq; publicação, de uma média anual da ordem

---

<sup>1</sup> Para os Grupos de Pesquisa, dados são referentes a 2011; para publicações, de 2007 a 2009; para depósito de patentes, até 2010.

de 3.500 artigos em periódicos, 200 livros; 1.000 capítulos de livro e 2.000 trabalhos completos em anais de eventos; depósito de patentes com crescimento anual, tendo alcançado a 60 patentes, em 2010. Nas atividades de extensão: volume crescente de atividades, ano a ano; número de ações de extensão que se aproximou de 2.500, em 2011; mais de 900 produtos acadêmicos anuais originados pelas atividades de extensão, entre 2009 e 2011; cerca de 900 bolsas de extensão ao ano, pagas a estudantes, em 2011; forte interação entre ensino de graduação e atividades de extensão.

#### 1.4. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS

A gestão responsável de uma instituição de ensino superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem, dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro. Essa Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, sem corporativismo, em nome do interesse público e do futuro do país. Para tanto, continuamente, deve orientar-se pelos seguintes princípios:

- a) Defesa de um Sistema de Educação Superior sólido, diversificado, dotado de padrões crescentes de qualidade, atendidos os requisitos de infraestrutura e recursos humanos adequados a esse propósito.
- b) Estabelecimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão que assegurem níveis crescentes de legitimidade institucional.
- c) Gratuidade do ensino, entendida como a inexistência de anuidade ou mensalidade, nos cursos regulares de Educação Básica e Profissional, de Graduação, de Mestrado e de Doutorado.
- d) Afirmação do caráter público e da identidade acadêmica da Instituição.
- e) Defesa permanente da autonomia universitária.
- f) Interação continuada com a sociedade.
- g) Integração, articulação e compromisso com os demais níveis e graus de ensino.

- h) Consolidação crescente de programas voltados à inserção nacional e internacional.
- i) Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à busca de sociedades não discriminatórias, mais igualitárias e mais justas.
- j) Gestão racional, transparente e democrática do orçamento e do cotidiano da Instituição.
- k) Aperfeiçoamento de um modelo de gestão descentralizada, que priorize a estrutura colegiada e o permanente diálogo com todas as instâncias constitutivas da comunidade universitária.
- l) Respeito à diversidade das forças que constituem a Instituição, fonte de sua maior riqueza, em que se incluem tanto os segmentos docente, discente e de funcionários técnico-administrativos, quanto os diferentes perfis de atuação individual e de campos disciplinares.

### 1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A UFMG desenvolve programas e projetos de ensino, nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento. Ocupa-se, também, da oferta de cursos de Educação Básica e Profissional – na Escola de Educação Básica e Profissional, no Campus Pampulha. Além de se constituírem em campo de experimentação para a formação no ensino superior, esses sistemas de Educação Básica e Profissional da UFMG compõem um *lócus* de produção teórica e metodológica sobre questões referentes a esses níveis de ensino, inclusive de propostas de integração entre ambos.

### 1.6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Compõem a UFMG os seguintes órgãos, distribuídos de acordo com suas respectivas esferas de competência:

Órgão de Deliberação Superior

- Conselho Universitário

- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

#### Órgão de Fiscalização

- Conselho de Curadores

#### Órgão de Administração Superior

- Reitoria e seus órgãos auxiliares
- Conselho de Diretores

#### Órgão de Atividades Acadêmicas

- Unidades Acadêmicas
- Unidades Especiais
- Órgãos Suplementares
- outros Órgãos

Ao Conselho Universitário incumbe formular a política geral da Instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. É integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, pelos Diretores-Gerais das Unidades Especiais não vinculadas a Unidades Acadêmicas, por representantes docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, nos termos do Estatuto da UFMG.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão, compete exercer, entre outras, as seguintes funções: estabelecer as diretrizes do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade; submeter ao Conselho Universitário proposta de criação de Câmaras Acadêmicas; manifestar-se sobre criação, desmembramento, fusão e extinção, pelo Conselho Universitário, de Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais, Departamentos ou estruturas equivalentes; estabelecer as condições para criação e atribuição de atividades acadêmicas curriculares; fixar número de vagas; aprovar o currículo, o projeto de funcionamento e o regulamento de cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, bem como de cursos sequenciais que conduzam a diploma e outros; e determinar a localização dos Colegiados de Curso, por proposta das

respectivas Câmaras, observado o disposto no Estatuto da UFMG. Esse Conselho é integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores que presidem as Câmaras Acadêmicas – de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão – e por representantes docentes e discentes nos termos do Estatuto da UFMG.

#### 1.6.1. Organização Administrativa

A Administração do ensino, da pesquisa e da extensão na UFMG é regulamentada por normas estatutárias e regimentais, bem como por resoluções baixadas pelos órgãos competentes.

A Reitoria, órgão de Administração Geral, supervisiona e controla a execução das atividades administrativas da Universidade e, para esse fim, compete-lhe estabelecer as medidas regulamentares cabíveis. É integrada pelo Reitor, pelo Vice-Reitor, pelas Pró-Reitorias, pela Procuradoria Jurídica e por Assessorias. Nos termos do Estatuto da UFMG, o Reitor e o Vice-Reitor, com mandato de quatro anos, são nomeados pelo Presidente da República, que os escolhe em lista tríplice de docentes, organizada em reunião conjunta do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Curador. O processo de consulta à comunidade universitária para escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que precede a elaboração dessa lista tríplice, é estatutário e regulamentado pelo Conselho Universitário. Podem concorrer à lista tríplice os docentes da UFMG, desde que membros da carreira de magistério superior e em efetivo exercício, respeitada a legislação vigente. Os Pró-Reitores, o Procurador-Geral e os Assessores são de livre escolha do Reitor.

Entre as atribuições do Reitor, incluem-se: representar a UFMG em juízo e fora dele; administrar, superintender e fiscalizar as atividades da Instituição; presidir reuniões de órgãos colegiados dessa Universidade; nomear os Diretores e Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas, empossando-os em sessão pública; nomear e empossar os dirigentes de órgãos e repartições da área administrativa e de Órgãos Suplementares; praticar, por proposta

fundamentada pelos órgãos competentes, os atos relativos a admissão, vida funcional e exoneração ou demissão dos servidores docentes e técnico-administrativos da Instituição; apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário, nos termos do Estatuto e do Regimento Geral da UFMG, o plano de trabalho, o orçamento, o relatório e a prestação de contas de sua gestão; conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos.

O Conselho de Diretores é órgão de assessoria executiva da Administração Superior da UFMG, competindo-lhe traçar normas operacionais para matérias aprovadas pelo Conselho Universitário, decidir daquelas que lhe forem delegadas por esse órgão e assessorar nas de competência do Reitor. Integram esse Conselho o Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores das Unidades Acadêmicas, os Diretores-Gerais das Unidades Especiais e representantes do corpo discente, e do corpo técnico-administrativo.

As Unidades Acadêmicas, estabelecimentos de ensino que possuem sede e estruturas administrativas próprias, realizam atividades de pesquisa e de extensão e oferecem cursos superiores que resultam na concessão de diplomas de Graduação e de Pós-Graduação. As Unidades Acadêmicas podem se organizar de forma a contemplar estruturas de nível hierárquico a elas inferior, sendo a estrutura departamental uma das suas formas possíveis de organização. Essas Unidades são administradas pela Congregação e pela Diretoria. A Congregação, cuja competência é supervisionar a política de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Unidade Acadêmica, é integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e por representantes dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.

Ao Diretor compete atuar como principal autoridade administrativa da Unidade Acadêmica, supervisionando as atividades didático-científicas e dirigindo os serviços administrativos, em que se incluem pessoal, finanças e patrimônio.

As Unidades Acadêmicas são sedes dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UFMG, que são coordenados pelos Colegiados de Curso. Aos Colegiados de Curso incumbe a coordenação didática de cada curso de

Graduação e de Pós-Graduação. Compete-lhes, entre outras funções: orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao Departamento, ou estrutura equivalente, a indicação ou substituição de docentes; elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso; decidir das questões referentes a matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida as normas pertinentes; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso. A composição do Colegiado de Curso é estabelecida no respectivo regulamento, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. A juízo desse Conselho, poderão ser criados Colegiados Especiais, sujeitos à aprovação pelo Conselho Universitário, com atribuições específicas.

O Estatuto da UFMG permite formas diversificadas de organização das Unidades Acadêmicas, mas a estrutura departamental é adotada em todas as Unidades Acadêmicas, salvo na Faculdade de Letras e no Instituto de Ciências Agrárias. Às Câmaras Departamentais cabe, sob a presidência dos respectivos Chefes, entre outras atribuições, planejar e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Departamentos, bem como avaliar os planos de trabalho dos docentes a eles vinculados e atribuir-lhes encargos; estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do Departamento e propor aos Colegiados de Curso os créditos correspondentes; propor a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações do regime de trabalho desses; manifestar-se sobre o desempenho de docentes e de servidores técnico-administrativos, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão. No âmbito dos Departamentos, atuam, ainda, as Assembleias Departamentais, a que compete a eleição do Chefe de Departamento e o exercício de funções consultivas em relação às Câmaras Departamentais.

As Unidades Especiais promovem atividades de ensino, pesquisa e de extensão, mas não oferecem cursos que resultem na concessão de diplomas de Graduação. As atividades de Educação Básica, por exemplo, são desenvolvidas na Escola de Educação Básica e Profissional – integrada pelo Centro Pedagógico, pelo Colégio Técnico e pelo Teatro Universitário – e em outros cursos referentes ao Ensino fundamental, ao Ensino médio e à educação profissional. Essa Unidade Especial é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Diretor, a Diretoria, a Coordenadoria Pedagógica da Educação Básica e a Coordenadoria Pedagógica da Educação Profissional.

Entre as Unidades Especiais estão o Hospital das Clínicas da UFMG e o Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves. O Hospital das Clínicas é um hospital universitário, público e geral, totalmente inserido no Sistema Único de Saúde (SUS). Atende a uma clientela universalizada e realiza atividades de ensino, pesquisa e assistência, sendo referência no sistema municipal e estadual de Saúde no atendimento aos pacientes portadores de doenças de média e alta complexidades. Com vistas ao cumprimento de sua missão institucional, por meio de convênio firmado entre Secretaria de Estado de Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, com interveniência da FHEMIG, a gestão do Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves possibilitou à UFMG construir um novo polo educacional na área da saúde, unindo a educação permanente e a produção do conhecimento ao SUS. A gestão do Hospital Universitário Risoleta Tolentino Neves é hoje imprescindível à UFMG por ampliar seu campo de estágios na área de saúde e validar sua vocação social através de uma atuação resolutiva no sistema de saúde da capital e do Estado.

As duas instituições hospitalares, juntamente com ações usuais no âmbito das diferentes profissões de saúde abrigadas nas unidades acadêmicas, fundamentam e asseguram a capacidade inequívoca da UFMG em estar intimamente ligada às demandas e necessidades da sociedade, particularmente por intermédio de uma ativa e proeminente inserção no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta atuação no contexto institucional público traz consigo a necessidade de uma contínua e incessante construção de

alternativas consistentes aos princípios preconizados pela Universidade. Para isso, deve ser observado com atenção o movimento que tem um marco significativo no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), criado pelo Decreto nº 7.082 de 2010, onde foram adotadas medidas para reestruturação física e tecnológica, aumento progressivo do orçamento destinado às instituições, melhoria dos processos de gestão e recuperação do quadro de recursos humanos dos hospitais, tendo como impacto a melhoria nas atividades hospitalares vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão. A criação em 2011, por meio da Lei nº 12.550, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, torna possível, através de contrato firmado com as universidades federais que aderirem, atuar na modernização da gestão dos hospitais universitários federais. Isso significa dizer que a EBSERH tem como missão garantir as condições necessárias para que os hospitais universitários federais prestem assistência de excelência no atendimento às necessidades de saúde da população, de acordo com as orientações do Sistema Único de Saúde, e ofereçam as condições adequadas para a geração de conhecimento de qualidade e formação dos profissionais dos diversos cursos das universidades as quais pertencem. Trata-se, portanto, de um movimento que deve ser acompanhado pela UFMG no sentido de manter sua excelência em um ambiente de absoluta autonomia universitária.

A Universidade dispõe, ainda, de Órgãos Suplementares, vinculados à Reitoria, e de Órgãos Complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas. Sem lotação própria de pessoal docente, os Órgãos Suplementares e Complementares colaboram para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Seu funcionamento é disciplinado por regimentos próprios, aprovados, respectivamente, pelo Conselho Universitário e pelas Congregações das respectivas Unidades Acadêmicas.

Nessa categoria de órgãos, podem ser citadas a Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa (FEHB) e Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo. Situada a menos de 50 km de Belo Horizonte, a Fazenda Experimental Professor Hélio Barbosa (FEHB), com uma área de 246 hectares, é órgão

complementar da Escola de Veterinária. Produz cerca de 40 toneladas de rações por dia e desenvolve atividades de avicultura, cunicultura, piscicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e corte e apicultura. Dispõe de alojamento para 40 alunos. Possui infraestrutura para hospedagem e alimentação da comunidade acadêmica e dos funcionários dos diversos setores da UFMG. Nessa fazenda, não só se realizam pesquisas aplicadas, aulas práticas, estágios e cursos de extensão, como também são ministradas aulas práticas de clínica, cirurgia, medicina veterinária preventiva, tecnologia de alimentos, fisiopatologia da reprodução e zootecnia. Cabe à FEHB dar suporte às atividades regulares de ensino; criar condições e promover estágios, cursos e atividades de qualificação e requalificação para alunos, profissionais, criadores e outros interessados da comunidade. Ela deve, ainda, servir de base para a produção e conservação de conhecimento e transferência de tecnologia.

A Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, com área de 560 hectares, também é outro órgão complementar da Escola de Veterinária. Situada nas proximidades de Belo Horizonte, funciona, desde 1993, em convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Sua produção concentra-se em bovinocultura de leite, equinocultura e caprinocultura. Tem capacidade física para alojar até 70 alunos e infraestrutura para hospedagem e alimentação da comunidade acadêmica e dos funcionários dos diversos setores da UFMG. Nessa fazenda desenvolvem-se pesquisas aplicadas, aulas práticas, estágios e cursos de extensão, assim como são ministradas aulas práticas de Clínica, Cirurgia, Medicina Veterinária Preventiva, Tecnologia de Alimentos, Fisiopatologia da Reprodução e Zootecnia.

Está em curso proposta de transformação da Fazenda Modelo em Centro de Demonstração da Produção Sustentável da UFMG. Essa mudança tem por objetivo unificar ações da universidade e do poder público, tanto local quanto estadual, bem como incorporar a participação da iniciativa privada, a fim de recuperar, preservar e disponibilizar o acervo histórico desse órgão e, também, de se criarem unidades demonstrativas de avanços tecnológicos. Aberta à comunidade e associando lazer a aprendizado, a diretriz principal dessa

fazenda baseia-se no conceito de produção sustentável, com foco na preservação ambiental e no uso racional da terra.

### 1.7. INSERÇÃO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

A UFMG é uma Instituição de Ensino Superior pública historicamente comprometida com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do País. Para consolidar tal missão, essa Universidade procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais em andamento ou em fase de planejamento.

Partindo da compreensão de que a Educação Superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFMG constrói formas efetivas de cooperação institucional – bi e multilaterais – nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas de maior impacto acadêmico e social, com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão, pela comunidade universitária, de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui um instrumento indispensável para atenuar e, mesmo, superar situações de desigualdade social que se verificam tanto intra-regional e inter-regionalmente quanto em cenários internacionais.

A inserção da UFMG no Estado e no País operacionaliza-se de forma variada. Em primeiro lugar, pela participação na titulação e qualificação de docentes de outras Instituições de Ensino Superior públicas, comunitárias e privadas, em atendimento a demandas individuais ou com vistas ao desenvolvimento de parcerias interinstitucionais. Nessa perspectiva, podem-se citar, por exemplo, projetos de cooperação 1) regional, como as estabelecidas com a Universidade Federal de Viçosa e a Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como com

a Universidade Estadual de Montes Claros; 2) inter-regional, como as parcerias da UFMG com Instituições de Ensino Superior de outros Estados, que já resultaram, por exemplo, na titulação de, aproximadamente, uma centena de mestres e doutores da Região Amazônica; e 3) internacional, como a participação da UFMG em Programas de Estudante/Convênio de Graduação e de Pós-Graduação. Além desses projetos, merecem destaque os diversos programas de mobilidade discente em vigor na Universidade. Entre 2008 e 2012, por exemplo, a mobilidade de alunos da UFMG para o exterior cresceu significativamente, em termos tanto de novos programas criados quanto de número de estudantes intercambistas. Foi, também, bastante significativo o crescimento do número de alunos estrangeiros participantes em programas de intercâmbio na UFMG, em que se devem considerar, de modo especial, aqueles que permaneceram na Instituição por até dois semestres. Em segundo lugar, pela proposição de projetos de cooperação, que não se esgotam nessas finalidades, mas se estendem, em muitos casos, à formação de núcleos de ensino, pesquisa e extensão voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a qualidade e a relevância social das produções acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais.

O notável avanço da UFMG, em anos recentes, no que concerne a um dos aspectos da internacionalização, aquele referente à mobilidade discente internacional de seus estudantes de graduação, se evidencia por comparar os anos de 2006 e 2012. Em números aproximados, a UFMG havia, em 2006, firmado 150 convênios de cooperação, envolvendo 110 instituições diversas de ensino superior, o que possibilitou que 150 estudantes realizassem pelo menos um semestre de sua formação acadêmica fora do país. Em 2012, tais números passaram a ser, respectivamente, 300, 200 e 800.

Em terceiro lugar, pelo desenvolvimento de projetos especiais voltados à integração de seus docentes e estudantes – particularmente dos que, geralmente no último ano do curso, já estão fazendo estágio –, mediante programas de extensão e pesquisa promovidos em Instituições da rede pública e em Organizações Não-Governamentais, sediadas no País e no exterior. Um desses projetos de maior impacto social e regional compreende um conjunto de

atividades que se realizam, sob a responsabilidade dessa Universidade, no Hospital das Clínicas, unidade hospitalar de referência nacional integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece assistência ambulatorial, clínica e cirúrgica à população em geral, nas mais diversas áreas de especialidade.

Para assegurar o cumprimento da sua missão acadêmica, aliada à sua missão social, em que se incluem consultas e demais procedimentos disponibilizados para milhares de pacientes/mês, oriundos de diferentes regiões do Estado e do País, em sua maioria, carentes, esse Hospital dispõe de nove Unidades de Atendimento. Essas Unidades ocupam uma área construída de 50.000 m<sup>2</sup> e contam com uma equipe de, aproximadamente, 2.500 funcionários especializados, 250 residentes, 400 docentes de várias áreas da Saúde, 2.000 acadêmicos e, ainda, um grupo de voluntários que apoiam as várias atividades nelas desenvolvidas. Ainda na área da Saúde, é preciso destacar o Internato Rural e o Programa Saúde da Família. O primeiro objetiva ampliar a formação dos futuros profissionais da Saúde por inserção deles no trabalho de campo, sobretudo em regiões periféricas do interior do Estado. Assim, sob a orientação de professores e a supervisão de profissionais da área, os estudantes de Medicina, quase em fase de conclusão do curso, prestam atendimento a amplos contingentes populacionais que, de outra forma, não teriam acesso à atenção médica. O segundo visa à formação de equipes multiprofissionais, em parceria com os Setores Públicos de Saúde da União, do Estado e dos municípios. Além de se dedicarem ao atendimento direto à população, essas equipes atuam, também, no sentido de mudar paradigmas no trato da saúde, priorizando o atendimento domiciliar, o cuidado preventivo da saúde, a formação continuada dos profissionais de saúde e a valorização de recursos do meio sociocultural em que vivem os pacientes, entre outros procedimentos.

Concomitantemente a essas ações na área da Saúde, outra das prioridades da UFMG consiste na interiorização das suas atividades, o que se dá tanto pelo fortalecimento dos seus espaços de atuação situados no interior do Estado – o *Campus* Regional de Montes Claros; o Instituto Casa da Glória, em Diamantina; a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, em Tiradentes – quanto pela proposição de programas e projetos de extensão universitária, ou

de ação cultural, muitos deles de amplo alcance – entre outros, o Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, o Projeto Manuelzão e o Festival de Inverno.

Nessa perspectiva de interiorização, merece atenção especial o *Campus* Regional de Montes Claros. Situado em uma região de transição geográfica, econômica e sociocultural, considerando-se o contexto nacional, esse *Campus* Regional identifica, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como sua missão primordial, “realizar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, formando recursos humanos capazes de exercer a cidadania e de promover o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro”. Em anos recentes, o antigo Núcleo de Ciências Agrárias foi transformado na vigésima Unidade Acadêmica da UFMG, ampliando sua inserção tanto no ensino de graduação, quanto no de pós-graduação, bem como iniciando o processo de adequação de suas instalações físicas a essa nova realidade.

Outro instrumento importante, nesse processo de interiorização, está sendo a consolidação e a ampliação das atividades da UFMG no campo da Educação a Distância (EAD). A partir da sua participação no Projeto Veredas (2002-2005), pelo qual foram titulados, por diversas Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais, em nível de Graduação – Licenciatura Plena –, cerca de 15.000 professores das redes públicas de diversos municípios desse Estado, essa Universidade tem investido, de maneira crescente, em programas de formação de recursos humanos através da EAD, notadamente na formação de licenciados nas áreas de Ciências e Matemática, em Pedagogia e em cursos de especialização direcionados para os Serviços de Saúde. Atuando hoje em mais de 20 polos, alguns dos quais com oferta de vários cursos, a UFMG tem possibilitado a formação de recursos humanos em regiões do Estado com notável deficiência de oferta de Educação Superior em cursos presenciais, sobretudo no caso daqueles ofertados por instituições públicas.

Na mesma linha, deve-se destacar o Telessaúde, programa de atendimento a distância do Hospital das Clínicas, que, desde 2001, tem feito investimentos em várias áreas, podendo ser citados o Projeto BH-Telemed, em parceria com a

Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, e o Telecardiologia, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, ambos já em funcionamento.

A UFMG tem ainda fomentado, seja na constituição de redes colaborativas, seja na realização de projetos de ensino e pesquisa bilaterais ou consorciados, um diálogo produtivo e desenvolvido projetos de impacto no cenário nacional. Pela própria dimensão dessa Instituição, suas ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão estendem-se, hoje, pelo País afora, por intermédio de programas de cooperação acadêmica com Instituições e Órgãos de ensino e pesquisa de outros Estados, numa iniciativa fortemente induzida e apoiada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) e, ainda, pelos Fóruns Universitários de Pró-Reitores de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A par dessa inserção regional e nacional, a UFMG tem tido presença marcante em importantes redes e consórcios internacionais interuniversitários. A cooperação acadêmica e científica multilateral tornou-se uma nova necessidade não somente no estabelecimento de parcerias de qualidade geradoras de conhecimento e na formação de grupos temáticos, que envolvem vários países e continentes, mas também como força política na defesa da educação como bem público e na luta contra uma globalização predatória e geradora de crescentes desigualdades. Entre os consórcios de que a UFMG tem participado ativamente, destacam-se o Grupo Montevideu, que tem como foco central o Mercosul e engloba instituições do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; o Grupo Tordesilhas, de que participam Instituições da Espanha, Portugal e Brasil; o Grupo Columbus, composto por Universidades europeias e latino-americanas; a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP); o Portal *Universia*, que estabelece interação, via redes de *website*, para acesso a informações e serviços destinados à comunidade universitária; o Conselho Universitário Iberoamericano (Cuib); e a Rede de Universidades Euro-latinoamericanas. Muitas das atividades desses consórcios têm produzido excelentes resultados, criando condições para novas formas de cooperação, como no caso da Associação de Universidades do Grupo

Montevideu, que impulsiona a parceria com os países da América do Sul, mediante ações e pesquisas conjuntas, que se realizam no interior de Núcleos Disciplinares e Comitês Acadêmicos, e por meio de intercâmbios concretizados no âmbito do Programa Escala, de mobilidade docente e discente.

Em período mais recente, a UFMG deu um importante passo em suas atividades de cooperação internacional, com a criação de cinco centros de estudos – em fase de implantação – voltados para a investigação científica e o intercâmbio docente e discente. São eles: o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos Chineses, o Centro de Estudos Europeus, o Centro de Estudos Indianos e o Centro de Estudos Latino-americanos. Com a criação desses centros de estudos, a UFMG, embora mantendo a prioridade de seus programas de cooperação internacional com os países africanos de fala portuguesa e com a América Latina, busca alargar o horizonte de seus programas com tal recorte, inclusive envolvendo países e regiões em relação aos quais a atividade, até recentemente desenvolvida, ainda era incipiente.

Voltada, precipuamente, à formação de qualidade dos seus alunos, em todos os níveis, a UFMG atua de forma comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, econômico e social do Estado, da Região e do País. Agregada a essa missão acadêmica, essa Universidade assume as responsabilidades de 1) desenhar soluções para os problemas socioeconômicos de Minas Gerais, do Brasil e de países cooperantes; e 2) qualificar e oferecer educação permanente aos indivíduos e às comunidades das diferentes localidades que abrigam os inúmeros projetos e programas extramurais. Essas ações interinstitucionais possibilitam à UFMG manter-se de portas abertas para a sociedade, numa enriquecedora troca de experiências, construindo uma rede de ações e intervenções transformadoras em áreas temáticas distintas, definidas segundo prioridades sociais regionais e nacionais.

#### 1.8. CONTROLE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O controle social é uma prática que, gradativamente, vem sendo adotada pela sociedade brasileira, em todos os setores, sobretudo a partir da promulgação

da Constituição Federal de 1988. Por controle social entende-se a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados. Essa prática, desenvolvida em vários níveis – por exemplo, o Orçamento participativo ou os conselhos municipais de saúde –, procura fortalecer, de modo geral, a participação do cidadão em todas as áreas sob a tutela do Estado.

Algumas áreas de atuação da UFMG têm experimentado, com sucesso, a participação da sociedade, de maneira efetiva, com possibilidade de contar não somente com a opinião da população, mas também com interferências positivas desta em suas ações. Podem-se citar, como exemplos, o Conselho de Saúde do Hospital das Clínicas e o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. Ambos iniciaram essa experiência por força de lei – mais precisamente, da Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Resolução no 196/96, do Conselho Nacional de Saúde – e, atualmente, é impossível prescindir de tal participação. Em outras áreas, essa presença tem ocorrido por determinação da própria UFMG, quando se faz necessário avaliar a população diretamente beneficiada, o que ocorre no caso de atividades desenvolvidas em comunidades – entre outras, o Internato Rural e alguns Programas de Extensão.

A UFMG entende que um primeiro passo para a prática do controle social em uma Instituição pública consiste em possibilitar à sociedade conhecer as atividades que realiza, seu nível de abrangência e de relevância e os resultados obtidos. Entende-se, portanto, a visibilidade pública como fundamental na prática do controle social. O pressuposto considerado pela Instituição é o de que tudo aquilo que se passa intramuros é de interesse da sociedade e, por isso, deve ser compartilhado socialmente, para dar sentido à missão e aos valores por ela defendidos.

Nesse sentido, a UFMG tem intensificado ações visando a dar transparência à sua atuação. Assim, a partir de 2002, investiu em melhorias no seu Portal, pela *Internet*, que resultaram no aumento do patamar de 90 mil visitas/mês, para mais de um milhão de visitas/mês; no lançamento da revista *UFMG Diversa*,

cuja primeira edição foi dada a público em agosto de 2002; no estabelecimento de uma programação efetiva e de qualidade na TV UFMG, núcleo de produção que veicula seus programas pelo Canal Universitário de Belo Horizonte – TV a cabo NET/canal 12 e WAY/canal 14; na instalação da rádio UFMG Educativa, 104.5 FM, 24 horas no ar; no lançamento do projeto Quem Sabe, Catálogo de Especialistas e Especialidades da UFMG, que contém informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente da Instituição.

Ainda no que concerne ao controle social, a UFMG conta com os seguintes órgãos: a Auditoria, a Ouvidoria e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). Conquanto a Auditoria seja um órgão tradicional na UFMG, com relevantes serviços prestados à Universidade e à sociedade, a Ouvidoria foi implantada em 2009, com a finalidade de ser um canal de interlocução entre a administração da Universidade, a comunidade universitária e a sociedade, visando a prevenção e a solução de problemas, por meio do entendimento. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC-UFMG) é mais recente, tendo sido implantado em 16 de maio de 2012 e está integrado às ações do Governo Federal nessa área (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Esta lei estabelece que a informação sob guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a estes dados (que compõem documentos, arquivos e estatísticas) constitui-se em um dos fundamentos para a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo da tomada de decisões que os afeta. O link, que está disponível no endereço [www.ufmg.br/acessoainformacao](http://www.ufmg.br/acessoainformacao) e ocupa lugar de destaque no menu da página da UFMG, disponibiliza, inicialmente, um texto institucional sobre a Universidade e dados sobre auditorias, convênios, despesas, prestação de contas, licitações e contratos, servidores, informações sobre a própria lei e uma parte dedicada a solicitação de informações. Por ser uma instituição de ensino, a Universidade já disponibiliza muitos dados. Com esse processo, eles tendem a ficar mais visíveis além de ter sua compreensão facilitada. Para este e próximos anos a UFMG pretende classificar suas informações, que podem ter graus diferentes de sigilo. Para os próximos anos,

a Universidade se propõe a implantar o sistema de comunicação digital da UFMG, que terá também forte impacto em suas ações destinadas ao controle social.

O órgão de fiscalização econômico-financeira da UFMG é o Conselho de Curadores, integrado por um membro docente da Comissão de Orçamento e Contas do Conselho Universitário, eleito por seus pares, que será o Presidente do órgão; dois representantes docentes do Conselho Universitário eleitos pelo Plenário dentre seus membros; três professores eleitos pelo corpo docente da Universidade; um contador representante do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG), designado por esta entidade; um docente representante do Ministério da Educação, designado pelo Ministro; um representante do corpo técnico e administrativo; e um representante do corpo discente.

Ao Conselho de Curadores cabe, dentre outras atribuições, apreciar a proposta orçamentária e o orçamento e pronunciar-se conclusivamente sobre os balanços e a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos Diretores de Unidades, de Órgãos Suplementares e do Diretório Central dos Estudantes.

A Auditoria Interna foi instituída como serviço vinculado ao Conselho Universitário, por disposição do art. 20, inciso b, do Estatuto da UFMG, publicado no *Diário Oficial* de 06/10/1972, tendo sido implantada definitivamente em julho de 1974. O referido órgão permanece estatutariamente vinculado ao órgão máximo de deliberação da UFMG, tendo sido o primeiro Regimento interno aprovado em 14 de junho de 1985, mediante a Resolução nº 08, do Conselho Universitário da UFMG, e o vigente aprovado pela Resolução nº 02, de 08 de junho de 2006.

Cabe à Auditoria Interna assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos em execução nas Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Unidades Administrativas, Departamentos e demais órgãos que compõem a estrutura orgânica da Instituição visando propiciar um melhor desempenho das áreas de

gestão: orçamentária, financeira, recursos humanos, patrimonial, operacional, suprimentos de bens e serviços, bem como ao relacionamento da instituição com as suas fundações de apoio.

Para o período 2013-2017, a Auditoria Geral considerou como prioritárias as seguintes metas:

a) Avaliar a eficiência dos sistemas internos de controles internos implantados e o grau de segurança por eles oferecidos na aplicação dos recursos públicos; segurança do patrimônio da Universidade; além de verificar se estão sendo observadas a legislação e as normas aplicáveis ao setor público.

b) Apresentar sugestões de melhoria após a execução de auditorias de gestão contábil, operacional, administrativa e de pessoal nas Unidades Gestoras e/ou nos setores previamente selecionados, para racionalizar procedimentos e aprimorar ou implantar, conforme o caso, controles internos, a fim de contribuir para a minimização de custos e maximização de seus resultados, em Licitações e Contratos; Orçamento e Financeiro; Convênios; Folha de Pagamento; Controle dos Bens Móveis e Imóveis; e Controles Contábeis e Administrativos.

c) Avaliar a gestão dos ordenadores de despesa quanto a eficiência; eficácia; economicidade; e legalidade.

d) Atualizar permanentemente os programas e procedimentos de auditoria existentes tendo em vista as mudanças constantes na legislação.

e) Investir em treinamento permanente dos auditores, especialmente na área de Tecnologia da Informação, para que possam contar com ferramentas mais eficientes e eficazes na realização dos trabalhos e, ainda, na avaliação dos sistemas existentes.

f) Investir na capacitação do corpo técnico de auditores mediante cursos presenciais, de ensino à distância, seminários e eventos correlatos a temas inerentes ao desenvolvimento profissional.

Visando atingir as metas mencionadas, estão previstas para o período as seguintes ações:

a) Buscar mecanismos e sistemas automatizados que possam facilitar a elaboração de relatórios e ao mesmo tempo aprimorar a interlocução entre a Auditoria-Geral da UFMG e os gestores da Instituição, buscando assim agilizar a solução de possíveis problemas diagnosticados.

b) Implantar aprimoramento constante dos auditores em diversos cursos patrocinados por instituições públicas ou privadas dentro da área de atuação da auditoria.

c) Acompanhar, em conjunto com outras áreas, a implantação do sistema de custo da Universidade objetivando conhecer a real situação de cada unidade.

d) Acompanhar e monitorar os programas e ações de governo sob a responsabilidade da UFMG.

e) Acompanhar a implantação dos sistemas de compras, almoxarifado e de patrimônio da Universidade de modo a refletir com fidedignidade e exatidão os seus registros em especial os bens móveis da Instituição.

f) Acompanhar e monitorar, de forma permanente, as recomendações exaradas pela própria Auditoria-Geral, pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal (Controladoria-Geral da União –CGU), do Controle Externo (Tribunal de Contas da União – TCU).

Outra iniciativa que complementa e, ao mesmo tempo, fortalece os procedimentos e mecanismos de controle social, transparência e governança da UFMG diz respeito à Comissão de Ética. O decreto federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994, dispõe sobre o código de ética do servidor público civil do

Poder Executivo federal e tem como o objetivo estipular as normas que devem reger a conduta ética dos servidores. O referido decreto determina que todos os órgãos, entidades da administração pública federal direta, indireta, autárquica e fundacional criem suas próprias comissões de ética.

O decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007, instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, com a finalidade de promover atividades sobre a conduta ética do servidor e regulamentou o decreto nº 1.171/94. A resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, estabeleceu as normas de funcionamento e ritos processuais para as comissões de ética.

A Comissão de Ética da UFMG foi instituída em 11 de setembro de 2006 e está subordinada à Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República. Trata-se de instância consultiva que tem por função orientar e aconselhar o servidor sobre a ética profissional no tratamento com as pessoas, com o patrimônio público, atuar na apuração de desvios éticos, competindo-lhe ainda conhecer concretamente os procedimentos suscetíveis de censura.

A Comissão de Ética da UFMG elaborou o Código de Conduta Ética dos Servidores e o Regimento Interno de Funcionamento e está aguardando a aprovação pelo Conselho Universitário. O referido código teve como referência o código geral do servidor público, mas a intenção foi criar um documento com normas específicas para a UFMG, possibilitando dirimir dúvidas, estabelecer sanções e regulamentar condutas no âmbito de atuação da UFMG.

O objetivo da Comissão de Ética da UFMG na gestão de seu Código de Conduta Ética é atuar no sentido de prevalecer o exercício de sua função pedagógica, em detrimento ao caráter repressor, privilegiando as ações educativas, de informação e de conscientização da comunidade.

# CAPÍTULO 2 – PROJETO PEDAGÓGICO- INSTITUCIONAL

## 2.1. CONTEXTO GERAL E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Universidades são instituições desenvolvidas e organizadas em função do conhecimento. O saber é componente essencial à vida do ser humano. É o conhecimento que lhe permite delinear, para si, para seus contemporâneos e para as gerações futuras, uma vida maior, de melhor qualidade e mais prazerosa. Uma universidade mantida com recursos públicos necessita aliar o seu compromisso com o conhecimento ao seu compromisso social. Ela deve, acima de tudo, cultivar o conhecimento: expandi-lo, transmiti-lo, disseminá-lo. Mas, precisa fazê-lo com os olhos voltados para o interesse social, para a melhoria da vida de amplas camadas da população; para a equalização das oportunidades aos cidadãos, independentemente de origem social, da etnia, de seu passado familiar ou do local em que vive; para a perspectiva de que a felicidade esteja ao alcance de todos. O interesse social das universidades públicas, entretanto, não pode competir com seu compromisso com o conhecimento, e muito menos substituí-lo, sob pena de que se perca a essência de sua natureza. As duas características são faces diversas integradas a uma mesma moeda.

Essa tem sido a trajetória da UFMG ao longo de sua história, de seus quase 90 anos de existência. Ela foi trilhada de forma determinada e consistente, de tal sorte que, hoje, a UFMG desfruta de reconhecimento acadêmico, nacional e internacionalmente, e de grande respeitabilidade social, por suas raízes solidamente estabelecidas em Minas Gerais e no Brasil. É por isso que ela, agora, pode almejar transformar-se em universidade de classe mundial.

Esses são os princípios a partir dos quais deve ser conduzida a ação pedagógica na Universidade Federal de Minas Gerais. No âmbito da Graduação, cada um dos nossos cursos deve ancorar-se numa proposta conceitual que indique seu histórico, sua contextualização e o perfil profissional que é visado para o formando. Cada currículo, devidamente discutido nos

conselhos superiores da Universidade, deve conter uma dimensão mais universal ou básica e o componente mais propriamente profissionalizante. Entretanto, sem a criação de recursos e mecanismos que promovam atividades inter e multidisciplinares, tão demandadas pelas profissões típicas de sociedades complexas e desenvolvidas, os currículos sofreriam um rápido processo de defasagem. É tendo isso em vista que eles devem ser compostos a partir de política curricular institucional, consubstanciada no princípio da flexibilização curricular, conforme disposto na Manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 19 de abril de 2001. É cada vez mais evidente, e isso é demonstrado à sociedade no mundo contemporâneo, que a competência específica, não importa em qual área, já não pode ser adquirida se a formação se restringe ao que ortodoxamente pertence à área em vista. Serão formados melhores médicos, por exemplo, se, além dos conhecimentos inerentes à formação médica mais específica, acrescentarmos aqueles provenientes de áreas complementares, suscetíveis de uma permanente revisão. Assim oxigenados, os currículos serão capazes de abrigar as mudanças exigidas pelo campo de formação do estudante.

A essa preocupação com uma formação sempre mais qualificada academicamente, soma-se a de criação das condições que permitam ao aluno uma crescente interação com os processos sociais de uma forma mais geral. Essa dupla orientação na formação deve se desdobrar na construção de conteúdos, habilidades, competências e atitudes, por meio de recursos pedagógicos que vão da aula teórica ao seminário, da aula prática, no laboratório ou no campo, ao estágio, da monografia à diversidade de situações geradoras de créditos, como a participação em projetos de pesquisa, extensão, iniciação científica e frequência a congressos e colóquios. Merece especial atenção a crescente participação dos estudantes em programas especiais de formação que lhe permitam uma interação muito próxima, seja com o processo de construção do conhecimento na área de seu curso, seja com uma prática profissional efetiva, sempre sob a devida orientação e acompanhamento de professores. A atribuição de bolsas acadêmicas a tais atividades contribui para que elas possam ser adequadamente configuradas, ganhando um contexto

que, de fato, se aproxima da atividade que o graduando terá no futuro, seja em ambiente acadêmico ou similar, seja no exercício profissional.

Ainda no contexto do ensino de graduação, parece fundamental, no mundo atual, em que as tecnologias de informação e comunicação encurtam sensivelmente distâncias e contribuem fortemente para a aproximação dos povos e das nações, que se busque revestir a formação de nossos estudantes de um componente de internacionalização. A convivência de nossos estudantes com outras culturas; expressando-se, por escrito e oralmente, em idioma que não o seu; convivendo em ambientes acadêmicos diferentes daquele que habitualmente frequentam, com regras de convivência próprias; imersos em uma sociedade diversa da sua, certamente constitui um notável enriquecimento curricular, que não pode ser obtido nos livros, nos periódicos, ou mesmo na internet. Enriquecimento similar advém da presença habitual, nos bancos escolares da UFMG, de estudantes oriundos das mais diferentes culturas e países, ou mesmo de outras regiões do Brasil. É por essas razões que a UFMG, já há alguns anos, tem estabelecido, como uma de suas prioridades, os programas de intercâmbio acadêmico na graduação, que se propõe sejam ainda mais habituais nos próximos anos.

No domínio dos programas de pós-graduação, seja no mestrado, seja no doutorado, devem estar presentes os mesmos valores que indissociam a formação acadêmica da atenção à relevância social. Graduações qualificadas – essa é a dinâmica do conhecimento – desembocam necessariamente em programas de pós-graduação igualmente qualificados. Esses mesmos programas, robustecidos, retornam sobre a graduação, gerando um círculo virtuoso. Na medida em que estão mais próximos da linha móvel que assinala a fronteira do conhecimento, os programas de pós-graduação acham-se diante do desafio de formar pesquisadores com alta competência na área específica e com sensibilidade para a detecção das aproximações que o objeto de investigação demanda. Assim, também na pós-graduação, pretende-se que os programas, habitualmente com nítidos recortes disciplinares, sejam enriquecidos com atividades que apontem para a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Por outro lado, deve desenvolver, a propósito da

formação do pós-graduando, não importa em qual área, uma atitude de escuta atenta ao que, de um ponto de vista mais tradicional, estaria fora do seu campo de interesse. Nos diversos programas, respeitada a especificidade de cada um, a Universidade deve estabelecer mecanismos de aproximação crítica com a agenda social, entendida de forma ampla. A dimensão da pesquisa, condição inseparável da qualificação de uma universidade é, de forma muito evidente, uma presença nuclear na pós-graduação. Entretanto os programas de iniciação científica, entendidos na dupla via da inclusão do graduando numa pesquisa mais específica ou como recurso na formação mais geral do estudante, devem estar disponíveis nos períodos iniciais da graduação e se constituírem em instâncias de aquisição de créditos.

Ainda mais que no caso do ensino de graduação, os programas de pós-graduação exigem ações muito bem articuladas direcionadas à internacionalização. Os docentes de nossos programas de pós-graduação devem, com regularidade, visitar programas congêneres das melhores universidades do mundo na área, inclusive para a realização de estágios de pós-doutoramento. Por outro lado, a presença na Universidade de professores visitantes estrangeiros deve ser francamente incentivada, sobretudo para estágios com duração igual ou superior a um semestre letivo. É essencial buscar as alternativas adequadas, para contornar dificuldades normativas, criadas há cerca de 20 anos, que limitaram a possibilidade de a UFMG contar com colaborações desse tipo. No campo das ações de internacionalização na pós-graduação, deve-se enfrentar o desafio de contribuir para que o Brasil assumira, efetivamente, o papel de liderança acadêmica na América Latina, tornando-se um local habitual de formação de mestres e doutores para os nossos vizinhos da América do Sul. Para tanto será preciso flexibilizar os processos de admissão aos cursos de mestrado e doutorado, suprimindo-se a exigência do aluno estrangeiro prestar provas em Minas Gerais.

Tanto na pós-graduação como na graduação, os laços que atam a universidade com a sociedade devem estar presentes na formação. As ações de extensão, indicações da relevância social presente na formação dos estudantes, devem converter-se em objetos de pesquisa e em temas

disciplinares que sejam trabalhados em sala de aula, seja na graduação, seja na pós-graduação. O componente da extensão é parte inseparável da formação do estudante. Entendida como produção efetiva de conhecimento e como intervenção mais imediata na realidade que cerca a universidade, as atividades de extensão indicam o tipo de interação com a sociedade que a UFMG acredita como apropriada a uma instituição Pública de ensino superior. Seja no que diz respeito às políticas públicas, seja no que diz respeito à construção de um espaço privilegiado de interdisciplinaridade, seja na aproximação do ensino com os desafios postos por problemas mais complexos de intervenção social a partir de recursos de conhecimento, a extensão deve constituir-se em um instrumento singular e insubstituível na formação do estudante da UFMG. Nela estará alocado, com recursos próprios da instituição, um amplo número de bolsas discentes, indispensáveis para se viabilizar a compreensão exposta neste parágrafo.

A atuação de cada uma dessas instâncias, que, juntas, integram e conferem identidade ao Projeto Pedagógico da UFMG, deve ser objeto de constantes avaliações. À cultura da avaliação, já em curso há bastante tempo entre nós, deve ser atribuída crescente importância, atestada, de forma inequívoca, em cada Plano de Desenvolvimento Institucional. Julga-se essencial que, também nesses processos de avaliação, seja reiterado o diálogo da UFMG com universidades conceituadas, do país e do exterior.

Longe de entender a ação pedagógica como sendo de menor relevância ou como um aspecto secundário na sua atuação, a UFMG considera que a formação qualificada e responsável de pessoal, professores, pesquisadores e profissionais nas mais diversas áreas e instâncias – no ensino de graduação e de pós-graduação, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional e nos programas especiais de formação – constitui uma tarefa intransferível da universidade pública brasileira e condição da viabilidade de uma sociedade justa e inclusiva.

Nesse sentido, a UFMG não se furtará a discriminar diretrizes pedagógicas mais específicas, capazes de traduzir no cotidiano os princípios a seguir, norteadores da instituição.

I. A elaboração e implementação de propostas curriculares comprometidas com a inserção regional e nacional.

II. A flexibilidade curricular, embasada na ampliação do conceito de atividade acadêmica e no entendimento do conceito de percurso para fins de integralização curricular.

III. A consistência e qualidade dos projetos acadêmicos, propiciando aos alunos liberdade de acesso ao conhecimento, autonomia intelectual, capacidade de aprendizagem continuada, atuação ética e formação em sintonia com as necessidades regionais e nacionais.

IV. A revitalização permanente dos currículos acadêmicos, ancorados em avanços conceituais e metodológicos.

V. A inserção internacional de alunos de Graduação e Pós-Graduação, preferencialmente em programas de mobilidade discente regidos pelo princípio da reciprocidade.

VI. O estímulo para que estudantes da América Espanhola, sobretudo os residentes na América do Sul, realizem etapas de sua formação pós-graduada, mestrado e doutorado, na UFMG, bem como aqueles oriundos dos países de língua portuguesa.

VII. O estímulo ao desenvolvimento de projetos e programas inter, multi e transdisciplinares.

VIII. A integração permanente e efetiva entre os níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

IX. A construção de uma política de acesso e oportunidades que garanta níveis de equidade sempre mais satisfatórios.

X. A condução de processos avaliativos realimentadores do projeto acadêmico institucional, como vetor indispensável à consecução de níveis crescentemente qualificados de funcionamento dos cursos e programas, bem como à prestação de contas à sociedade por parte da Instituição.

XI. O compromisso com o avanço qualitativo dos projetos pedagógicos, em particular com o aprofundamento das questões conceituais e experimentais que dizem respeito à educação básica e profissional.

XII. A consolidação de programas em educação a distância como instrumento de disseminação de uma formação superior qualificada.

Tais diretrizes buscam traduzir no cotidiano da instituição o seu ideário fundamental. Certamente que se trata de um processo sempre em vias de construção, seja em virtude dos obstáculos que se apresentam, seja em virtude das eventuais colisões entre as forças constitutivas da vida acadêmica num cenário, como é o dessa universidade, caracterizado pela aposta permanente na controvérsia democratizada e academicamente qualificada. Essa proposta inovadora modifica profundamente os paradigmas tradicionais da formação universitária e, para se tornar realidade em toda a instituição, demanda alguns anos. Enfrenta as dificuldades próprias de uma proposta que acarreta grandes mudanças na cultura institucional da Universidade, com alteração de rotinas e procedimentos. Existe, contudo, determinação institucional para superar as dificuldades e alcançar os objetivos que consubstanciam o programa de flexibilização curricular, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tais objetivos constituem o cerne do Projeto Pedagógico da UFMG.

## 2.2. OBJETIVO

Aperfeiçoar a política de formação discente, com ênfase no conceito de percurso para a integralização curricular e na associação da adequada

formação de conteúdos ao desenvolvimento de habilidades, de competências, de autonomia intelectual e de capacidade de aprendizagem continuada e independente. Os projetos curriculares dos diferentes cursos serão estabelecidos mediante a avaliação do perfil acadêmico e profissional do graduando e do pós-graduando da UFMG, bem como das demandas da sociedade.

### 2.3. METAS

1. Consolidar a expansão da graduação realizada entre 2008 e 2011, completando o programa de construção das instalações físicas pertinentes, realizando a avaliação dos resultados dessa expansão e desenhando eventuais medidas de ajuste necessárias.
2. Efetivar plenamente na UFMG o projeto pedagógico de flexibilização curricular.
3. Ampliar a participação dos estudantes da UFMG em ações com relevância acadêmica e social que contribuam para sua formação, de maneira que sejam incorporadas ao histórico escolar do estudante, gerando créditos acadêmicos.
4. Ampliar expressivamente a presença de estudantes estrangeiros como alunos dos cursos de mestrado e doutorado da UFMG, em especial aqueles oriundos da América do Sul e da África Portuguesa.
5. Intensificar os programas de intercâmbio discente, na graduação e na pós-graduação, com especial atenção para aqueles que se orientem pelo princípio da reciprocidade.
6. Promover maior articulação entre o ensino de graduação e o de pós-graduação, inclusive pela realização integrada de atividades de pesquisa e de extensão.

### 2.4. AÇÕES

1. Oferecer ao estudante da UFMG uma formação profissional que inclua componentes multidisciplinares e transdisciplinares.

2. Propiciar ao estudante da UFMG uma formação que integre atividades de ensino, pesquisa e extensão.
3. Desenvolver no aluno da UFMG um conjunto de habilidades que lhe permita atuar de forma pró-ativa, crítica, reflexiva e criativa.
4. Incentivar o uso das TICs nos processos pedagógicos da Universidade, tanto nos cursos a distância, como nos cursos presenciais, observados os requisitos legais.
5. Desenvolver projetos que possibilitem a estudantes que ingressem na Universidade com deficiências de formação dos graus precedentes de ensino possam superar essa dificuldade.
6. Estimular o conhecimento de língua estrangeira, notadamente da língua inglesa.
7. Estimular a participação dos alunos da UFMG em eventos de cunho acadêmico.

## CAPÍTULO 3 – DIRETRIZES GERAIS

### 3.1. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma exigência legal prevista por um conjunto de normas, dentre as quais as que criaram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por intermédio da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e sucedâneas. A elaboração do PDI, contudo, extrapola em muito a mera obrigatoriedade estabelecida pela legislação brasileira e se configura como momento particularmente oportuno para a comunidade acadêmica refletir sobre os rumos percorridos pela UFMG nos anos recentes, os que vêm sendo atualmente trilhados e aqueles que a Universidade almeja seguir no seu futuro próximo.

Nesse capítulo serão apresentadas as diretrizes gerais que orientaram a elaboração desse PDI, bem como a frutífera discussão que o precedeu a respeito das políticas, dos projetos, dos programas e das ações de caráter estruturante, bem como os de cunho setorial, que reafirmam a missão da UFMG e definem programaticamente uma trajetória escolhida, a fim de dotá-la dos meios pertinentes e adequados para que possa continuar a cumprir as tarefas e compromissos assumidos em prol de um país mais igualitário e soberano.

Para uma universidade, a consecução de tal empreendimento significa, fundamentalmente, aperfeiçoar os métodos e as práticas de ensino, pesquisa e extensão, de modo a formar não apenas profissionais habilitados para atender as exigências de um mercado de trabalho crescentemente competitivo, mas também o cidadão apto a entender e propor soluções adequadas aos dilemas mais complexos e prementes de seu tempo, contribuindo, assim, para o progresso material e imaterial da sociedade em que vive.

O propósito central é o de direcionar todo o esforço de planejamento para constituir os elementos imprescindíveis ao aprimoramento contínuo dos cursos de graduação e pós-graduação; à ampliação e melhoria das atividades

extensionistas, e ao avanço permanente das pesquisas nos diversos campos do conhecimento, promovendo a expansão qualitativa da UFMG, por meio da execução de projetos que a coloquem em uma escala superior de excelência acadêmica e científica e de maior relevância político-social.

Nesta parte introdutória, o objetivo é chamar a atenção para o contexto promissor que circunda a elaboração do PDI, identificando as oportunidades potenciais existentes e os desafios que deverão ser enfrentados para aproveitá-las. O argumento básico é que o país terá que constituir universidades de classe mundial caso queira desfrutar plenamente das atuais perspectivas favoráveis de desenvolvimento econômico e social, abrindo, assim, possibilidades efetivas para que a UFMG – uma das principais instituições de ensino superior da América Latina – possa ser uma das catalisadoras desse processo.

### 3.2. CONTEXTO GERAL DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

A formulação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG se inscreve em um contexto permeado de desafios e oportunidades, que deve ser obrigatoriamente considerado para o delineamento das ações destinadas a dotá-la de maior capacidade de intervenção e de transformação da realidade na qual está inserida. As mudanças ocorridas no cenário político e econômico global na última década, que perpetraram condições para a ascensão de novos atores em meio à crise das hegemonias dominantes tradicionais, e o aprofundamento da internacionalização do ensino superior em anos recentes se associam aos determinantes da assim chamada economia do conhecimento para reconfigurar a agenda das universidades ao redor do mundo, com desdobramentos instigantes, sobretudo para as instituições dos países subdesenvolvidos, à medida que são fixadas perspectivas animadoras e, ao mesmo tempo, criadas situações novas de grande complexidade e indefinições.

A UFMG, evidentemente, não está alheia a esses movimentos macroestruturantes, mas, ao contrário, se encontra imersa neles como um de

seus mais ativos protagonistas – que são aqueles agentes sobre os quais recaem, costumeiramente, as maiores expectativas em relação às respostas possíveis a serem apresentadas para fazer face às incertezas inevitáveis e crescentes oriundas de contingências altamente voláteis e imponderáveis advindas do momento contemporâneo. Nesses termos, o debate a ser suscitado pela tarefa de conceber e planejar o futuro da UFMG não é apenas oportuno, mas também essencial para estabelecer as estratégias e os procedimentos mais adequados aos compromissos que lhe são permanentemente cobrados, bem como alinhados aos princípios, as demandas e os objetivos almejados pela sociedade brasileira.

A oportunidade mais promissora e, também, a mais desafiadora consiste na possibilidade de desenvolvimento oferecida ao país pelas rupturas e tensionamentos na ordem política e econômica global, provocados pela emergência de novos polos regionais de poder em simultâneo à crise e sinais claros de esgotamento do modelo triádico anterior, criando circunstâncias potenciais para que seja deslançado um processo transformador de superação de muitas das mazelas derivadas e típicas de uma nação periférica como o Brasil, entre as quais assume centralidade indiscutível o iníquo padrão de distribuição da renda e da riqueza, consubstanciando desigualdades sociais e regionais injustificáveis.

O aproveitamento das possibilidades latentes de alterar qualitativamente a inserção dependente e subordinada do Brasil no sistema mundial, contudo, vai requerer reformas estruturais inadiáveis e profundas, de modo a permitir a implementação de um projeto de desenvolvimento que concilie, pela primeira vez na história do país, o crescimento econômico, a modernização produtiva e a distribuição de renda, assentando, assim, bases propícias para que a transposição do subdesenvolvimento nacional venha a ser efetivamente concluída.

As universidades têm, sabidamente, papel decisivo a desempenhar nesse complicado e peculiar processo de desenvolvimento, não apenas no sentido de suprir as inevitáveis necessidades por técnicas e conhecimentos

crescentemente aprimorados e por profissionais cada vez mais qualificados que vão surgindo no bojo das transformações paulatinamente engendradas. As instituições de ensino superior devem também criar valores éticos e morais compromissados, de forma inapelável, com o bem-estar coletivo de uma sociedade democrática e igualitária e se habilitarem a oferecer soluções às principais problemáticas de seu tempo.

Ocorre que, a despeito dos substanciais avanços observados, persistem deficiências estruturais na educação terciária brasileira, que precisam ser removidas a fim de municiá-la e prepará-la para a tarefa de prestar o apoio imprescindível às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que o país tanto anseia e reclama. Uma das principais debilidades remanescentes diz respeito à inexistência de universidades de classe mundial – que são aquelas instituições singulares, cuja excelência alcançada no ensino e na pesquisa as transforma em pilares fundamentais do desenvolvimento pleno e soberano de suas respectivas sociedades, como será melhor discutido a seguir.

### 3.3. AS UNIVERSIDADES DE CLASSE MUNDIAL E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Universidade de classe mundial é um tipo específico e raro de instituição. Há apenas um grupo restrito e seleto dessa categoria de estabelecimento em todo mundo, que se destaca devido ao padrão aplicado às suas atividades de ensino e de pesquisa, passando, inclusive, a balizar o comportamento das demais entidades pertencentes ao meio, às quais serve de referência catalisadora. As instituições consideradas excelentes são aquelas que detêm atributos singulares e diferenciados, sendo reconhecidas pela capacidade de fazer progredir o conhecimento humano, alargar os horizontes culturais da sociedade e ampliar o acervo de técnicas nos mais variados campos das ciências. Contribuem de modo especial para o melhor intercâmbio do homem com a natureza e o seu ambiente circundante e estão habilitadas para formar os profissionais que irão viabilizar a reprodução, difusão e aperfeiçoamento contínuo do padrão de excelência já conquistado, o que é essencial para os

desenvolvimentos futuros e os avanços subsequentes, perpetrando uma dinâmica virtuosa de causação circular cumulativa.

Um aspecto de suma importância é que as universidades de classe mundial são instituições muito específicas, que lograram práticas excelentes de ensino e pesquisa não facilmente replicáveis, porque, além de demandarem recursos vultosos para serem desenvolvidas, resultam de processos históricos de aprendizagem demorados e complexos (path dependence). Entre os requisitos necessários à constituição desse tipo incomum de instituição, podem ser citados: i) infraestrutura atualizada e de primeira linha, apta a abrigar e possibilitar pesquisas situadas na fronteira científica e tecnológica de suas respectivas áreas do conhecimento; ii) disponibilidade de recursos adequada às atividades de pesquisa, ensino e extensão; iii) capacidade de atrair pesquisadores de reconhecida reputação; iv) contar com um sistema nacional de financiamento de pesquisa básica que valorize o papel da universidade no processo inovativo; v) estrutura curricular e métodos pedagógicos orientados por uma intervenção multi inter e, às vezes, transdisciplinar, propiciando um ensino de alto nível que cultive o espírito crítico e a independência intelectual de alunos e professores; vi) modelo de governança que assegure autonomia na gestão dos recursos, de modo a permitir a tomada rápida e flexível de decisões; vii) capacidade de atrair alunos e professores talentosos; viii) participação ativa, rotineira e importante de estrangeiros no quadro discente e docente<sup>2</sup>.

Mas além de perfazer apenas fração limitada dentro do conjunto, as universidades que atingiram excelência mundialmente reconhecida estão concentradas em termos geográficos, conforme pode ser observado nas informações sistematizadas a seguir, com base em duas das mais importantes classificações comparativas internacionais – a da universidade chinesa Sanghai Jiao Tong (SJTU) e a da publicação britânica Times Higher Education (THE). Na Tabela 1, é possível verificar que a maioria absoluta das vinte

---

<sup>2</sup> LEVIN, R. A ascensão das universidades asiáticas. *Revista Ensino Superior Unicamp* (Campinas), nº 2, novembro de 2010. SALMI, J. **The challenge of establishing world-class universities**. Washington: The World Bank, 2009. ALTBACH, P. G. The past, present, and future of the research university. In: ALTBACH, P. G. & SALMI, J. **The road to academic excellence: the making of world-class research universities**. Washington: The World Bank, 2011

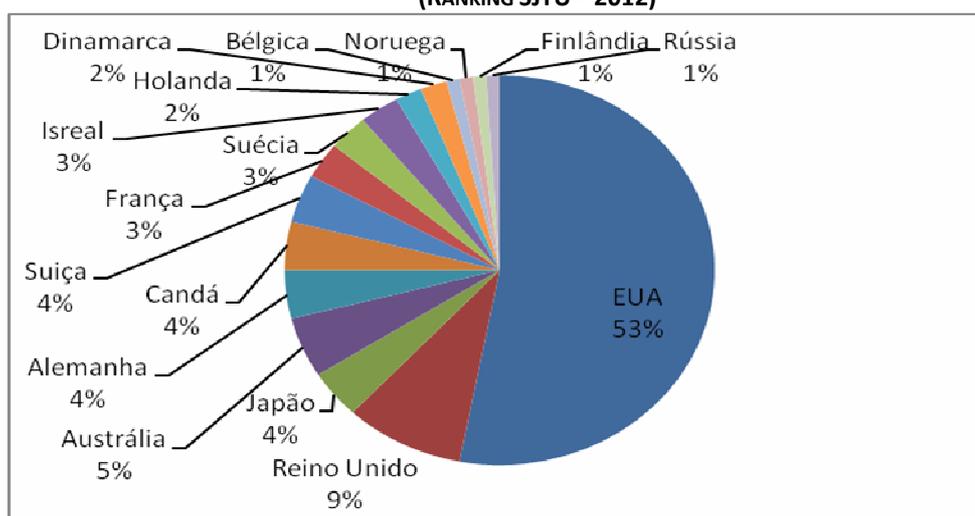
universidades que despontam como as melhores do mundo está sediada nos Estados Unidos e praticamente todas elas estão localizadas em países ocidentais ou anglo-saxões, com a exceção da Universidade de Tóquio, que aparece na vigésima colocação do ranking da SJTU.

**TABELA 1 – 20 MELHORES UNIVERSIDADES DO MUNDO**

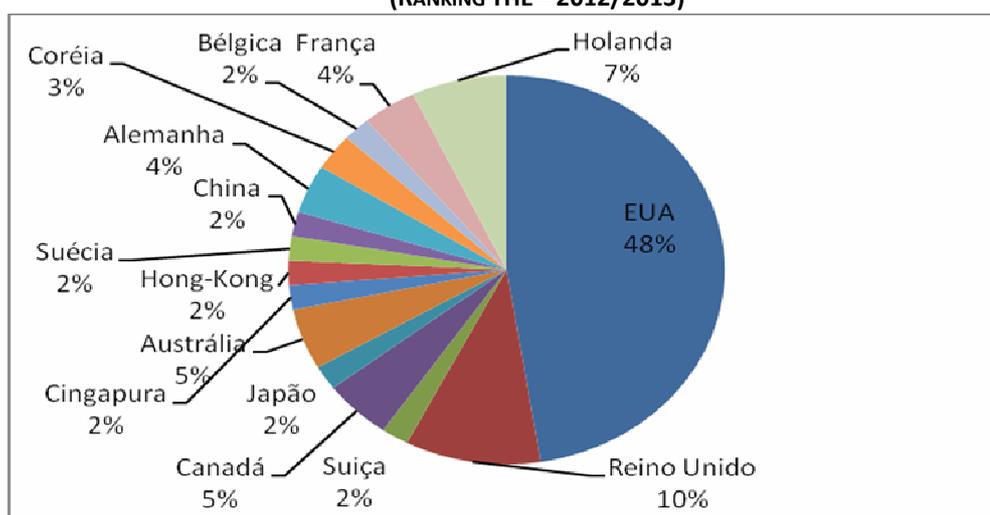
| Posição | Shanghai Jiao Tong University – 2012     | País  | Times Higher Education – 2012/2013     | País  |
|---------|--|-------|--|-------|
| 1       | Harvard                                  | EUA   | Instituto de Tecnologia da Califórnia  | EUA   |
| 2       | Stanford                                 | EUA   | Stanford                               | EUA   |
| 3       | MIT                                      | EUA   | Oxford                                 | RU    |
| 4       | Universidade da Califórnia/Berkeley      | EUA   | Harvard                                | EUA   |
| 5       | Cambridge                                | RU    | MIT                                    | EUA   |
| 6       | Instituto de Tecnologia da Califórnia    | EUA   | Princeton                              | EUA   |
| 7       | Princeton                                | EUA   | Cambridge                              | RU    |
| 8       | Columbia                                 | EUA   | Faculdade Imperial de Londres          | RU    |
| 9       | Universidade de Chicago                  | EUA   | Universidade da Califórnia/Berkeley    | EUA   |
| 10      | Oxford                                   | RU    | Universidade de Chicago                | EUA   |
| 11      | Yale                                     | EUA   | Yale                                   | EUA   |
| 12      | Universidade da Califórnia/Los Angeles   | EUA   | Instituto de Tecnologia de Zurique     | Suíça |
| 13      | Cornell                                  | EUA   | Universidade da Califórnia/Los Angeles | EUA   |
| 14      | Universidade da Pensilvânia              | EUA   | Columbia                               | EUA   |
| 15      | Universidade da Califórnia/San Diego     | EUA   | Universidade da Pensilvânia            | EUA   |
| 16      | Universidade de Washington               | EUA   | Johns Hopkins                          | EUA   |
| 17      | Johns Hopkins                            | EUA   | Faculdade de Londres                   | RU    |
| 18      | Universidade da Califórnia/São Francisco | EUA   | Cornell                                | EUA   |
| 19      | Universidade de Wisconsin/ Madison       | EUA   | Northwestern                           | EUA   |
| 20      | Universidade de Tóquio                   | Japão | Universidade de Michigan               | EUA   |

A referida concentração territorial é também verificada quando se amplia a amostra de instituições, incorporando visão mais abrangente, que contempla a análise comparativa das 100 universidades consideradas como as melhores do mundo. O gráfico 1, que utiliza dados apurados pela SJTU, evidencia que 53% das instituições avaliadas estavam localizadas nos Estados Unidos, 67% em áreas anglófonas e 87% em países ocidentais. O Gráfico 2, que se reporta a informações da THE, descreve a mesma dominância ocidental, anglófona e americana: 84% das universidades cotejadas estavam localizadas no Ocidente, 63% em países de idioma inglês e 48% nos Estados Unidos.

**GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 100 MELHORES UNIVERSIDADES DO MUNDO  
(RANKING SJTU – 2012)**



**GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 100 MELHORES UNIVERSIDADES DO MUNDO  
(RANKING THE – 2012/2013)**



O Brasil, embora seja uma das 10 maiores economias do mundo, alcançando a 6ª posição em termos de PIB em 2011, não possui nenhuma de suas universidades entre o grupo das 100 melhores instituições de ensino em âmbito internacional. A de maior destaque é a Universidade de São Paulo (USP), situada entre a 101ª e 150ª colocação na pesquisa da SJTU e na 158ª na sondagem da THE. Outras instituições importantes do país e de grande reputação e influência continental – entre elas a UFMG – figuram nos citados rankings após a 200ª posição, numa escala crescente.

**TABELA 2 – POSIÇÃO DAS PRINCIPAIS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS NOS RANKINGS INTERNACIONAIS**

| Posição  | Times Higher Education – 2012/2013                |
|----------|---|
| 158º     | Universidade de São Paulo (USP)                   |
| 251-275º | Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)       |
| Posição  | Shanghai Jiao Tong University – 2012              |
| 101-150º | Universidade de São Paulo (USP)                   |
| 201-300º | Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)       |
| 301-400º | Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)       |
| 301-400º | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)     |
| 301-400º | Universidade Estadual Paulista (Unesp)            |
| 401-500º | Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) |

A discrepância entre o peso econômico do Brasil e a sua projeção acadêmica no plano externo, embora envolva aspectos mais amplos e complexos, é útil pelo menos para ilustrar algumas deficiências da educação superior nacional, conforme anotado na seção anterior, e, ademais, suscita indagações a respeito da conveniência de se adotar ou não estratégias deliberadas com a finalidade de constituir universidades de classe mundial no país. A questão remete à discussão antes tangenciada sobre o papel desempenhado pelas instituições de ensino terciário no desenvolvimento das nações, porque é o reconhecimento cada vez mais generalizado da decisiva contribuição proporcionada por elas – no sentido de dinamizar e desobstruir o curso das transformações socioeconômicas – que tem motivado diversos governos a implementar medidas destinadas a construir universidades de classe mundial em seus países, visando, assim, sedimentar bases de caráter endógeno que lhes auxiliem a melhorar e atuar nos mercados globais com maior autonomia.

De fato, o próprio conceito de desenvolvimento sublinha, por si só, as competências relevantes atribuídas e efetivamente exercidas pela instituição universitária no bojo de mudanças profundas e radicais de uma dada sociedade. Basta considerar o desenvolvimento, de forma abreviada, como um processo de transformação que implica a transição de uma estrutura produtiva calcada primordialmente em ativos relacionados a recursos naturais em direção à outra firmemente assentada em ativos associados ao conhecimento, redundando, em simultâneo, na passagem do uso de força de trabalho desqualificada para formas distintas de emprego de mão de obra

especializada<sup>3</sup>. Sob tal perspectiva, as funções designadas às universidades assumem centralidade evidente, cabendo às mesmas se encarregarem de partes substanciais das atividades de P&D, justamente aquelas de maiores custos e incertezas, bem como da formação de capital humano. As instituições de ensino superior se configuram, portanto, como agentes imprescindíveis, que atuam reforçando o cabedal necessário ao desenvolvimento econômico e social de um país. Favorecem e permitem avanços inovativos, que se expressam na aplicação de novas técnicas produtivas e organizacionais, na abertura de novos mercados e na introdução de novos produtos. Providenciam, ao mesmo tempo, um profissional mais educado e cidadão, apto não somente a responder às exigências cambiantes de uma realidade econômica em ebulição, mas também suficientemente capaz de ensejar contínuos aprimoramentos na vida cotidiana da sociedade.

É possível verificar que, de um ponto de vista histórico, as atuais nações desenvolvidas são aquelas que, no passado, conseguiram se apresentar à ordem mundial de seu tempo mediante a adoção de políticas discricionárias nos mais variados campos, entre os quais o da educação superior. A liderança tecnológica e industrial dos Estados Unidos, por exemplo, veio a ser sedimentada por intermédio da precoce constituição de um sistema nacional de inovação, mobilizando, para tanto, suas universidades na massificação do ensino terciário e também no âmbito de uma estreita relação interativa com o setor produtivo.

O aspecto que diferenciou os EUA dos demais países do mundo foi a porcentagem da população que teve acesso ao ensino superior [...]. Já antes de 1890, a proporção de estudantes universitários por mil estudantes primários era duas a três vezes maior nos EUA do que em qualquer outro país, e essa diferença foi mantida e até cresceu durante o período de ascendência industrial americana. Depois de 1900, o aumento do número de pessoas matriculadas foi particularmente robusto nas Ciências aplicadas e na Engenharia [...]. Em novas especialidades como Engenharia elétrica, instituições norte-americanas como o MIT já eram consideradas as melhores do mundo antes mesmo da Primeira Guerra Mundial (NELSON, 2006, p. 399)<sup>4</sup>.

As industrializações tardias da segunda metade do século XX ou a reconstrução econômica do pós-guerra podem ser arroladas igualmente como

---

<sup>3</sup> AMSDEN, A.H. **A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

<sup>4</sup> NELSON, R.R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

testemunho das incumbências relevantes conferidas à instituição universitária no esforço de transformação nacional. Os planos de desenvolvimento econômico adotados pelos governos do Japão e da Coreia do Sul são exemplos paradigmáticos, na medida que destinaram recursos substanciais à expansão de seus sistemas de educação superior, impulsionando a taxa bruta de matrículas de 9% para 42% e de 5% para 50%, respectivamente, entre 1960 e 1990, num explícito reconhecimento de que as reformas modernizantes em curso em ambos os países requisitavam, obrigatoriamente, mudanças compatíveis nas universidades, de modo a sustentar consistentemente as transformações pretendidas<sup>5</sup>.

A China e a Índia tentam replicar agora essas experiências exitosas, através da implementação de programas ambiciosos com vistas a reorganizar seus sistemas de educação superior e, assim, alicerçar de modo mais duradouro suas estratégias nacionais de desenvolvimento que, em anos recentes, têm alçado suas economias a escalas extraordinárias de modernização e crescimento, com repercussões, inclusive, para o arranjo geopolítico mundial. A China, por exemplo, triplicou os dispêndios com o ensino terciário em relação ao nível de desembolsos da década de 1990, alocando, em 2006, 1,5% do PIB no setor. A decisão se traduziu no aumento acelerado no número de estabelecimentos, cuja rede mais do que dobrou de tamanho entre 1997 e 2007, enquanto, nos mesmos anos, o contingente de alunos matriculados subiu mais de cinco vezes. A Índia, de forma análoga, estabeleceu meta de mais do que duplicar a população estudantil universitária, visando alcançar taxa bruta de matrícula equivalente a 30% em 2020, o que significará 40 milhões de alunos ingressos nas instituições do país ainda nesta década<sup>6</sup>. Os projetos em causa extrapolam a mera massificação da educação superior e objetivam também a constituição de universidades de classe mundial – o que, para a China, aparentemente é um desafio factível em prazo mais curto, uma vez que duas de suas instituições já se encontram entre as 100 melhores do mundo: as universidades de Pequim (46<sup>a</sup> posição) e de Tsinghua (52<sup>a</sup>), conforme classificação da THE.

---

<sup>5</sup> Levin (2010).

<sup>6</sup> Ibid.

As aceleradas transformações tecnológicas observadas nas últimas décadas, principalmente os incessantes avanços inovativos ligados à tecnologia da informação e comunicação (TIC), à biotecnologia e à tecnologia genética, redefiniram as condições vigentes sob o rígido padrão fordista de produção, abrindo espaço para a aplicação de técnicas aperfeiçoadas de acumulação flexível, o que revalorizou e reatualizou o papel crucial que as universidades desempenham no processo de desenvolvimento, tendo em vista que a competição travada em mercados cada vez mais globais e integrados passou a depender, fortemente, do uso intensivo da ciência na produção – justificando o que tem sido denominado de “economia do conhecimento”.

Pode-se caracterizar o pós-fordismo também como Bio- e Infocom-capitalismo. O traço particular dessas indústrias consiste no fato de que elas se baseiam em particular no conhecimento, o que confere uma posição chave para a qualificação da força de trabalho e da produção e apropriação do saber. Sua relevância estratégica para a valorização consiste no fato de que elas são a base de novos processos sistemáticos de racionalização, especialmente na área do trabalho imaterial (pesquisa, desenvolvimento, preparação e direção da produção, prestação de serviços), ou seja, uma área que para o modo de racionalização taylorista era apenas limitadamente acessível (HIRSCH, 2010, p. 166 e 167)<sup>7</sup>.

Diante de tais mudanças tão significativas, que deram maior centralidade às universidades e desafiaram-nas a oferecer respostas pertinentes e transformadoras aos problemas contemporâneos, o ensino superior foi impelido a buscar alternativas para fazer face a seus próprios percalços e debilidades. Várias medidas e ações programáticas vieram, então, a ser implementadas com o objetivo de efetuar os ajustes necessários, entre as quais se destacam as iniciativas de ampliação da internacionalização, que ganharam fôlego nos últimos anos e assumiram formas e tendências renovadas, combinadas à tentativa de melhorias visando alcançar padrões de excelência mundial nas atividades de ensino e pesquisa.

---

<sup>7</sup> HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

### 3.4. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A BUSCA DA EXCELENÇA: CARACTERÍSTICAS RECENTES

O aprofundamento da integração financeira e comercial dos países em âmbito global foi acompanhado nos anos recentes pela maior internacionalização da educação terciária, levando muitos especialistas a aventarem o surgimento de um “novo espaço mundial do ensino superior”, com a imposição de diretrizes e parâmetros mandatórios e transformados aos governos, instituições universitárias, docentes e estudantes. Quatro fatores principais teriam motivado mais diretamente as mudanças na inserção internacional da educação superior, que podem ser sintetizados esquematicamente da seguinte forma: i) a decisão dos governos nacionais de promoverem os intercâmbios acadêmicos; ii) a maior mobilidade de mão de obra qualificada em razão do aprofundamento da globalização econômica; iii) a busca de novos mercados por parte de muitas instituições universitárias dos países desenvolvidos, visando reforçar sua reputação e constituir fontes alternativas de receitas; iv) estratégias governamentais direcionadas a ampliar quantitativa e qualitativamente o capital humano de seus respectivos países, face às exigências de um mercado global cada vez mais competitivo e fortemente amparado em técnicas intensiva em conhecimento<sup>8</sup>.

Um dos traços marcantes da atual internacionalização da educação superior, no entanto, é a sua assimetria: a evolução não foi homogênea, demonstrando diferenças consideráveis por região e por país. Ademais, os movimentos de transnacionalização, embora ascendentes, ainda são muito restritos, tanto em termos quantitativos quanto geográficos. Algumas informações estilizadas podem esclarecer um pouco melhor essas questões<sup>9</sup>.

O intercâmbio estudantil, que é o vetor mais importante do processo de extroversão universitária, expressa bem o padrão desigual antes mencionado. Em 2007, o número de alunos estrangeiros no mundo equivalia a três milhões

---

<sup>8</sup> VINCENT-LANCRIN, S. Cross-border higher education: trends and perspectives. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Higher education to 2030 (volume 2: globalization)**. Paris: Centre for Educational Research and Innovation, 2009, p. 63 a 88.

<sup>9</sup> As informações estatísticas citadas nesta parte foram extraídas do estudo de Vincent-Lancrin (2009), exceto aquelas que são devidamente creditadas a outras fontes.

de indivíduos, três vezes superior ao registrado 30 anos antes. Desse total, 2,5 milhões foram acolhidos por universidades localizadas em países da OCDE, sendo que a maioria deles (67%) era oriunda de nações associadas à entidade multilateral, indicando a prevalência de fluxos internos à zona geopolítica. Isso fica mais claro se for considerado apenas as instituições de ensino das economias europeias integrantes da organização, nas quais 44% do total dos estudantes internacionais eram do próprio continente. Dinâmica espacial análoga é reproduzida igualmente nos países subdesenvolvidos, onde também predomina a tendência dos alunos estrangeiros virem de países vizinhos ou do mesmo continente, reforçando, assim, a evidência de que a internacionalização apresenta um seletivo alcance geográfico, com deslocamentos de natureza majoritariamente intrarregionais.

Por outro lado, a maior parte do trânsito de estudantes tem origem na Ásia e se dirige às universidades da América do Norte, que em 2007 receberam 61% dos alunos daquele continente que estavam no exterior. Quando analisados os principais países emissores e receptores, idêntica concentração é percebida nos fluxos estudantis – ainda que tenha ocorrido certa dispersão e alguma redistribuição de alunos entre as nações que já figuravam entre os principais destino e origem. Basta verificar que, no ano em referência, 66% dos estudantes estrangeiros do mundo estavam localizados em apenas cinco países: EUA (24%), Reino Unido (14%), Alemanha (10%), França (10%) e Austrália (8%) – de modo que as principais regiões anglófonas atraíam quase a metade (46%) dos discentes internacionais. Em relação às localidades de origem, cabe destacar a China, que respondia por 17% dos alunos estrangeiros da OCDE, e a Índia, responsável por 6%, representando cinco e quatro vezes mais em relação a 1998, respectivamente. Em seguida estavam a Coreia do Sul (4%), a Alemanha (3%) e a França (2%).

Outro aspecto característico da mobilidade estudantil é a estratégia direcionada à retenção de talentos, que se tornou mais frequente e ganhou maior importância nos últimos anos, em decorrência da comentada alteração na dinâmica do crescimento econômico, provocada pelo vertiginoso avanço tecnológico e a consequente disseminação de técnicas intensivas em

conhecimento, desencadeando uma acirrada disputa por profissionais altamente qualificados, particularmente entre as economias industrializadas. Os pesquisadores estrangeiros mais competentes são persuadidos a permanecerem nos países hospedeiros por intermédio de uma política de assistência diversificada, que contempla bolsas de estudo em igualdade de condições financeiras com os estudantes nativos, dentre outros benefícios e auxílios. Dados referentes ao fluxo de doutorandos nos Estados Unidos, por exemplo, revelam que a maioria dos estrangeiros diplomados decide permanecer no país. Do total de chineses que concluíram o doutorado nas universidades americanas, por exemplo, o índice de retorno nos anos 2000 foi de apenas 7,4%. No caso dos indianos, esse percentual foi 10,3%, o de brasileiros e mexicanos ficou em 60% e o de europeus correspondeu a 25,7%<sup>10</sup>.

A mobilidade de cursos, programas e instituições universitárias compõe outra dimensão do processo de internacionalização e as informações disponíveis revelam grande concentração geográfica, à semelhança do observado com os fluxos de intercâmbio estudantil. A prestação de cursos e programas à distância – viabilizada, por exemplo, pelo desenvolvimento das TIC e diversas formas de parcerias e acordos com agentes locais – cresceu bastante, mas com expressividade apenas em alguns poucos países, entre os quais a Austrália e o Reino Unido, cujas universidades atendem, sobretudo, estudantes asiáticos, com destaque para os da China, Cingapura e Malásia. O investimento direto estrangeiro das instituições na abertura de campi avançados também se tornou mais significativo na última década, permanecendo, no entanto, contido em termos espaciais. Esse vetor de transnacionalização envolve, de modo geral, algumas universidades reputadas de países desenvolvidos, de um lado, e um grupo ainda restrito de países hospedeiros, de outro, localizados, principalmente na Ásia (China, Cingapura, Malásia, Vietnã, Índia, Coreia do Sul, Kazaquistão, etc.) e no Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos, Qatar, Abu Dhabi, etc.).

---

<sup>10</sup> ALTBACH, P.G. Complexidades da troca de cérebros no século 21. **Revista Ensino Superior Unicamp** (Campinas), nº 6, julho de 2012.

O ponto importante a destacar é que o avanço da internacionalização do ensino superior ocorrido na última década, por intermédio de políticas governamentais e ações mais sistemáticas por parte de muitas instituições universitárias, intensificou práticas tradicionais, como o intercâmbio estudantil, ao mesmo tempo em que formas transformadas de extroversão passaram a ser aplicadas e ganharam maior relevância, especificamente a mobilidade de cursos, programas e universidades. O processo de transnacionalização, entretanto, tem se mostrado bastante assimétrico. De modo geral, os protagonistas e líderes desse movimento recente são os países asiáticos, especialmente a China e a Índia, que crescentemente originam fluxos de estudantes e realizam parcerias institucionais programáticas com a finalidade de aprimorarem seus sistemas universitários, e as nações desenvolvidas, com destaque para os Estados Unidos e demais países anglófonos, cujas universidades se firmam como os principais agentes da reconfiguração da educação terciária em âmbito mundial.

Tal particularidade assumida pelo processo de internacionalização lança dúvidas sobre a perspectiva cogitada por muitos observadores de que a maior integração global das universidades pode vir a providenciar a ampla disseminação do conhecimento de maneira indiferenciada entre as nações, dando maior acesso a tecnologias de ponta e a padrões excelentes de ensino e pesquisa. Os indícios são em sentido contrário, sugerindo que as condições desiguais nesse campo devem persistir e, até mesmo, podem futuramente ser reforçadas, pois o atual processo de transnacionalização tem sido capitaneado efetivamente por um grupo muito limitado de poucos países, restringindo as oportunidades e dificultando as transformações potenciais existentes. Cenário que, por outro lado, reatualiza enormes desafios às demais nações, entre as quais o Brasil, que passam a ser pressionadas a encontrar meios alternativos para também elevar a qualidade de seus sistemas universitários com a finalidade de sustentar níveis suficientes de competitividade e, assim, resguardarem para si uma posição soberana no plano econômico e político global. É este contexto complexo, permeado de grandes indefinições, que, contraditoriamente, engendra possibilidades de mudanças estruturais para o ensino superior brasileiro e para a UFMG.

### 3.5. A UFMG E O PROJETO DE UNIVERSIDADE DE CLASSE MUNDIAL

A construção de universidades de classe mundial deve ser avaliada sob o prisma das transformações substantivas antes comentadas, levando em consideração, com especial atenção, as suas características principais, que revelam estratégias, projetos e situações nacionais bastante desiguais. Algumas economias emergentes e em franco avanço no mercado global, sobretudo China e Índia, demonstram nítida disposição de capacitar seus respectivos sistemas universitários para auxiliar de modo conveniente os planos de desenvolvimento que estão em execução. Buscam, assim, a massificação da educação terciária, sem descuidar, contudo, de estabelecer padrões de excelência internacional nas práticas de ensino e de pesquisa, com a finalidade de criar, seja a partir da implantação de novas instituições ou de algumas já existentes, universidades de classe mundial. De outra parte, países industrializados disputam, em condições superiores, os pesquisadores mais talentosos, retendo, em suas instituições de ensino e pesquisa, profissionais de elevada qualificação, o que cria obstáculos à maior disseminação do conhecimento e de métodos universitários de excelência internacional.

No Brasil, a educação superior também passou por importantes mudanças em anos recentes, com forte expansão da oferta de matrículas. Em uma década e meia, a taxa bruta de escolarização na faixa etária de 18 a 24 anos praticamente triplicou, subindo de 9,9% para 27,8% entre 1997 e 2011. O percentual de indivíduos da mesma faixa etária que frequentam ou concluíram a graduação mais do que dobrou em idêntico período, sendo que a ampliação foi mais acentuada nas regiões mais pobres do país (Norte e Nordeste), no segmento social de menor renda e no grupo étnico formado por pretos e pardos. Em termos absolutos, o número de matrículas na graduação quase dobrou em uma década, alcançando o total de 5,6 milhões em 2011<sup>11</sup>. A pós-graduação brasileira também teve acelerado crescimento, com elevação média anual de 12% no número de doutores entre 1996 e 2008, quando o contingente

---

<sup>11</sup> Informações do Censo da Educação Superior de 2011, divulgadas em outubro de 2012, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

de titulados somou 132 mil indivíduos. Embora tenha sido um desempenho expressivo, a proporção de doutores em relação à população total continuou baixa, de apenas 1,4 por 1.000 habitantes, bem inferior à de outros países, como Estados Unidos (8,4) e Alemanha (15,4), por exemplo<sup>12</sup>.

A evolução da educação terciária no Brasil tem sido positiva, mas ainda insuficiente para alicerçar um processo transformador capaz de promover a superação da histórica condição periférica e subdesenvolvida do país. Mudanças qualitativas na sua inserção subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho, que está atualmente sendo reconfigurada, demandarão políticas muito mais abrangentes, visando não apenas massificar o ensino superior, mas igualmente dotá-lo de um padrão de excelência mundial – o que permitirá maior equilíbrio de forças em relação a outras nações emergentes, além de propiciar a criação de um ambiente acadêmico mais promissor e competitivo nas disputas com as economias industrializadas para reter e atrair profissionais altamente qualificados. As universidades públicas e, sobretudo, as universidades públicas federais, que já abrigam praticamente a totalidade da pesquisa científica nacional, situando-se, em muitos campos da ciência, na fronteira do conhecimento e da tecnologia em suas respectivas áreas disciplinares, é a base natural que pode – e deve – ser mobilizada pelas autoridades governamentais para constituir instituições de classe mundial, que serão agentes imprescindíveis para o nominado esforço de transformações estruturais da sociedade brasileira e para o aproveitamento das atuais oportunidades de desenvolvimento abertas ao país.

A UFMG reúne, em estágios distintos de desenvolvimento, os atributos de uma universidade de classe mundial, o que a torna uma das instituições de ensino superior (IES) do Brasil mais preparadas para alcançar níveis de excelência internacional em seus métodos educacionais e de pesquisa. Um dado significativo a ser arrolado para ilustrar as práticas acadêmicas e científicas que colocam a UFMG em posição diferenciada diz respeito às suas atividades inovativas de ponta, que se expressam nos 490 pedidos de patentes

---

<sup>12</sup> Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e outros 86 submetidos ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (o *Patent Cooperation Treaty*) de 1997 a 2011 – números que a transformam numa das líderes entre as IES nessa área tão estratégica para o Brasil. Até o final do ano passado, 87 dessas patentes – desenvolvidas desde as salas de aula aos laboratórios da Universidade – foram transferidas ao setor produtivo, explicitando, assim, a existência de um ambiente intelectual endógeno profícuo, bem como o compromisso arraigado da UFMG com o progresso da sociedade brasileira.

A transformação da UFMG em uma instituição de classe mundial, evidentemente, não depende apenas de decisões e medidas autônomas aplicadas de forma isolada, mas envolvem fatores que extrapolam o seu próprio âmbito de competência, abrangendo diversos elementos externos, relacionados, em grande parte, a políticas discricionárias de Estado – sobretudo no que se refere, por exemplo, à disponibilidade de fontes líquidas de financiamento, autonomia da gestão universitária, critérios de seleção e acesso do corpo docente, programas oficiais de inovação e de acordos de intercâmbio científico e acadêmico, dentre outros procedimentos mandatórios destinados a incorporar parâmetros de excelência internacional nas atividades da educação superior. O que caberá à UFMG fazer, nos próximos anos, é aprimorar ainda mais as atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a reforçar os atributos de qualidade existentes, consolidando as credenciais que já detêm para se transformar numa universidade de classe mundial. Tal tarefa impositiva se traduz na implementação de uma série de projetos de caráter estruturante, concebidos com a finalidade de colocar a Universidade em outra escala mais elevada de excelência, e na execução de diversas ações e medidas setoriais programáticas, formuladas para assegurar o aperfeiçoamento contínuo de suas rotinas e a melhoria constante das condições internas de convivência e interação solidária dos indivíduos que integram a comunidade acadêmica – professores, servidores e estudantes.

# CAPÍTULO 4 – PROJETOS ESTRUTURANTES

## 4.1. INTRODUÇÃO

As universidades de classe mundial são instituições incomuns, que se destacam por conta da excelência de suas práticas de ensino e pesquisa, alcançada mediante processos custosos de longa maturação, concretizados sob condições histórico-sociais específicas. Mesmo que isso implique grande heterogeneidade, tendo em vista que as universidades de classe mundial detêm características muito singulares e se diferenciam umas das outras, é possível formular um conceito mais geral para qualificá-las, a partir da identificação de certos atributos básicos que as distinguem das demais. Essa categoria de instituição pode ser classificada, sinteticamente, como aquela que, além de propiciar uma educação excelente aos seus alunos de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes, promove pesquisa de ponta, é ativa na disseminação do conhecimento e patrocina diversas e variadas iniciativas que favorecem a vida “cultural, científica e cívica” de amplas comunidades, nos níveis local, regional, nacional e internacional. (LEVIN, JEONG & OU, 2006)<sup>13</sup>.

Desde este ponto de vista, pode ser evidenciado que a UFMG já detém os elementos fundamentais de uma universidade de classe mundial, em diferentes estágios de desenvolvimento. Os projetos estruturantes apresentados neste capítulo visam, justamente, aprimorar muitos deles, de modo a colocar a UFMG em uma escala superior de excelência e em patamar elevado, a fim de diferenciá-la em relação a outras universidades brasileiras, pavimentando, assim, o caminho para que ela possa vir a se tornar uma instituição de classe mundial. Os projetos contemplam avanços substanciais em diversas frentes, aperfeiçoando, por exemplo, a política de gestão de inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, constituindo novos equipamentos que vão impulsionar as atividades inovativas da Universidade, mediante a implantação dos centros de

---

<sup>13</sup> LEVIN, H.M.; JEONG, D.W. & OU, D. **What is a world class university**. Documento apresentado na Conferência da Comparative and International Education Society (CIES), Havaí, março de 2006. Disponível em: [www.tc.columbia.edu/centers/coce/pdf\\_files/c12.pdf](http://www.tc.columbia.edu/centers/coce/pdf_files/c12.pdf).

Transferência e Inovação Tecnológica e de Instrumentação e Pesquisa Translacional em Saúde.

A introdução de práticas de ensino transdisciplinar na graduação, por outro lado, propiciará a melhoria da formação acadêmica e humanista, cultivando o espírito crítico e independente dos estudantes. Da mesma forma, a incorporação de técnicas de comunicação digital municiará a UFMG com novos equipamentos laboratoriais multiusuários, ampliando os horizontes de formação profissional de alunos de diversos cursos de graduação, combinando os mesmos em atividades extensionistas em múltiplas áreas do conhecimento. Essas transformações suscitadas pela adoção de técnicas digitais na comunicação da UFMG, no entanto, extrapolam os objetivos estritamente pedagógicos e vão muito mais além, buscando também projetar as pesquisas realizadas no âmbito da Universidade em escala cada vez mais ampliada, de modo a fortalecer crescentemente a reputação acadêmica da instituição.

De igual modo, as ações culturais, que marcam de forma especial a trajetória da UFMG, desde os seus primórdios, passarão por intensa requalificação, vindo a se transformar em dimensões mediadoras centrais das demais atividades de ensino e pesquisa da Universidade, por intermédio de um conjunto de iniciativas, que se desdobram na proposta de constituição de uma Pró-Reitoria de Cultura. O aprofundamento da internacionalização da Universidade completa os projetos estruturantes ora detalhados, objetivando promover uma inserção global ativa e soberana, com o aumento dos fluxos de intercâmbio de estudantes e professores, a oferta de disciplinas e programas a estrangeiros, tanto em âmbito local quanto nos países de origem dos alunos, dentre outras ações, cujo coroamento se dará com a implantação e consolidação de quatro centros de estudos especializados em temas da África, Europa, Ásia e América Latina.

São estes projetos estruturantes, a serem implementados juntamente com outros planos de expansão e melhorias setoriais, que assegurarão a continuidade da evolução transformada da UFMG nos próximos anos, com a finalidade de reforçar os seus atributos de excelência acadêmica e científica e,

assim, acentuar as credenciais que já possui para se tornar uma instituição brasileira de classe mundial.

#### 4.2. CENTRO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

É dos aspectos mais característicos do nosso tempo a centralidade que a ciência, a tecnologia e a inovação têm assumido no conjunto da vida social, de modo que as atividades universitárias foram efetivamente revalorizadas.

A universidade tem lugar importante nos chamados **Sistemas Nacionais de Inovação**, conceito amplamente usado hoje para abarcar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação.

Além das universidades, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento. Visam a transformação do conhecimento novo produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, mas, também, voltadas para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

É nesse sentido que a UFMG tem procurado manter permanente diálogo com as políticas nacional de Ciência e Tecnologia, em particular com o ENCTI 2012/2015, e estadual de ciência e tecnologia, tendo elaborado a Agenda para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Minas Gerais 2010/2030.

A inovação alimenta-se do conhecimento; ela não é possível sem que o conhecimento avance. O compromisso da UFMG com a produção do conhecimento é praticamente contemporâneo à sua fundação. Cursos de pós-graduação foram aqui ministrados, até mesmo muito antes de a pós-graduação

no país ter sido formalmente institucionalizada, pela reforma universitária de 1968. Os números apresentados no capítulo anterior evidenciam o destaque da UFMG em suas atividades de pós-graduação.

Não obstante aos resultados satisfatórios da produção do conhecimento científico, mostra-se necessário que a UFMG contribua de forma mais efetiva para a disponibilização deste conhecimento em prol do desenvolvimento do país. Esta ação vem sendo materializada na estruturação econômica, política e legal do Brasil no conceito da inovação. O conceito engloba desde inovações tecnológicas até inovações em métodos de gestão, passando pelo sério crivo de geração de um produto concreto do qual a sociedade possa fazer uso.

A proposta de criação do Centro de Transferência e Inovação Tecnológica está alicerçada na experiência que a UFMG acumulou no campo da inovação tecnológica, a partir de 1996, com a instalação das estruturas iniciais do que viria a ser a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) e de uma incubadora de empresas de base tecnológica, a INOVA, a ela vinculada. A CTIT configurou-se, posteriormente, como o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFMG, cuja destacada atuação tem sido nacionalmente reconhecida. Dois exemplos desse reconhecimento são o prêmio de melhor programa de incubação de empreendimentos inovadores, atribuído à INOVA, em 2007, pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e a classificação, pelo CNPq, da CTIT como NIT de excelência, sendo, em consequência, referência para outros NITs do país.

O ambiente favorável à inovação tecnológica na UFMG beneficia-se ainda de dois aspectos importantes. O primeiro deles é que nesta Universidade estão sediados oito Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), pertencentes a diferentes áreas do conhecimento. O segundo é que se encontra em fase final de instalação, em terrenos da Universidade contíguos ao Campus Pampulha, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), iniciativa liderada pela UFMG e implementada com a parceria do Estado de

Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte. Sublinhe-se que tal iniciativa vem contando com decidido apoio de sucessivos Governos Federais.

Convém ainda mencionar que a UFMG vem estabelecendo atividades de cooperação, no campo da gestão da propriedade intelectual, com qualificados parceiros: a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES); o SEBRAE, o BDMG, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a FAPEMIG, a ANPROTEC, a Rede Mineira de Inovação (RMI) e a Rede Mineira de Propriedade Intelectual (RMPI). Com relação a esta última, inclusive, sua coordenação é compartilhada entre a UFMG e a UFV. Toda essa experiência, consolidada ao longo de quase 20 anos de laboriosos esforços, está, há algum tempo, resultando em produtos tecnológicos comercializados.

O volume de atividades da CTIT alcançou tal nível que continuar avançando requer que ela seja dotada de uma nova estrutura, compatível com os avanços que se pretendem. Essa nova estrutura consubstancia-se com a criação do Centro de Transferência e Inovação Tecnológica, cujos objetivos são apresentados a seguir.

#### 4.2.1. OBJETIVO

Dotar a UFMG de uma estrutura capaz de contribuir fortemente para criar, na Universidade, um ambiente de inovação em seu dia-a-dia; de organizar processos formativos interdisciplinares voltados para o empreendedorismo e a gestão da inovação e da propriedade intelectual, inclusive aqueles organizados no formato da pós-graduação senso estrito; bem como de incentivar o empreendedorismo e a incubação de empresas de base tecnológica, induzindo parcerias celebradas por meio de convênios destinados à realização de pesquisas e ao desenvolvimento de produtos de base tecnológica.

#### 4.2.2. METAS

1. Aumentar o número de pedidos de patentes oriundas da UFMG a uma razão aproximada de 15% ao ano, de tal sorte que, no prazo de cinco anos, o número anual de pedidos de patentes cresça de 60 para 120.
2. Aumentar significativamente o número anual de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de tecnologia, que atualmente são de, respectivamente, 30 e 80, em números aproximados.
3. Promover a capacitação de recursos humanos para empreendedorismo, gestão da inovação e gestão de propriedade intelectual.
4. Criar e manter um Serviço de Atendimento a Inventores, conforme previsto na Lei 10.973/2004, a Lei de Inovação.
5. Criar o mecanismo de incubação virtual de empresas.

#### 4.2.3. AÇÕES

1. Prospectar demandas de produtos tecnológicos e buscar pesquisadores da UFMG interessados em desenvolvê-los;
2. Manter atendimento rotineiro, presencial e virtual, voltado à orientação de inventores;
3. Fomentar a organização e o oferecimento de programas de formação direcionados à difusão do empreendedorismo e à capacitação de recursos humanos no campo da gestão da inovação e da propriedade intelectual, inclusive aqueles organizados no formato da pós-graduação senso estrito;
4. Promover o fortalecimento das ações de incubação de empresas de base tecnológica da UFMG, aumentando a capacidade de incubação da INOVA.

#### 4.3. CENTRO DE INSTRUMENTAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA TRANSLACIONAL EM SAÚDE

A pesquisa em saúde no Brasil tem tradição centenária, predominantemente voltada para políticas de saúde, inspiradas no modelo de Pasteur e adotadas

por pesquisadores como Adolfo Lutz (Instituto Bacteriológico de São Paulo), Oswaldo Cruz (Instituto de Manguinhos), Artur Neiva e Rocha Lima (Instituto Biológico de São Paulo), Evandro Chagas (Instituto Evandro Chagas), que trabalhavam na fronteira do conhecimento. O pioneirismo desses notáveis pesquisadores rendeu os frutos esperados e, ao longo das décadas, o país vem alcançando importantes avanços na produção de conhecimento nas áreas de saúde. Tais avanços se refletem no volume e na qualidade da produção científica atual da área, quando mensurada em termos de trabalhos publicados em periódicos indexados internacionalmente.

No entanto, no que concerne à transformação desses conhecimentos em tecnologia, sobretudo em tecnologia acessível a amplas camadas da população, os avanços alcançados são bem modestos. Há entraves de diversas naturezas, que se opõem a eles. Faltam recursos financeiros; inexistem, mesmo no seio das universidades, incentivos adequados para que os pesquisadores se dediquem a tal atividade; há uma cultura estabelecida, e difícil de ser rompida, de que comprar é melhor que desenvolver; há incompreensíveis dificuldades para a importação dos insumos necessários. As ações a serem desenvolvidas pelo Centro visam exatamente a atender esse objetivo, qual seja, o de incentivar, facilitar e acelerar a transformação do conhecimento científico em produto tecnológico – instrumentos, equipamentos, medicamentos, vacinas, insumos e processos - de relevância para a atenção à saúde e acessível a grandes camadas da população.

Além de todo o apelo social suscitado pelo tema, o desenvolvimento tecnológico e científico nesta área é absolutamente estratégico para o Brasil, dada a sua crescente importância econômica. Estimativas de diversos organismos internacionais – Banco Mundial, FMI, ONU e Organização Mundial da Propriedade Intelectual – apontam que, um cidadão de classe média de um país emergente, gasta, ao longo de 65 anos de vida, em média, cerca de 140 mil dólares com atenção à saúde. Este valor é quase 5 vezes maior que aquele estimado para o gasto médio, desse mesmo cidadão, com alimentação: 30 mil dólares [ver edição de 2/09/11, da Revista Veja]. Portanto, um desafio que se coloca para os países emergentes é o da independência tecnológica,

sobretudo no campo da atenção à saúde, de modo a baratear os custos desta atenção. O Centro orienta-se por esse propósito e contribuirá para o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional e de toda a cadeia de produtos vinculados a atenção à saúde.

A competência científica instalada na UFMG na área de saúde pode ser evidenciada por diferentes indicadores. Limita-se a mencionar-se aqui o fato de que 4 dos 8 INCTs sediados na UFMG vinculam-se a esta área: Dengue; Medicina Molecular; Nanobiofarmacêutica e Vacinas. Por outro lado, a UFMG já desenvolveu também razoável *Know how* em temas relacionados ao depósito de patentes e ao licenciamento de tecnologias. Nesses aspectos, áreas como biotecnologia, fármacos e tecnologias assistivas têm se destacado. De tal sorte que, mais da metade das patentes da UFMG, tem alguma aderência com a presente proposta. Finalmente, cabe mencionar a experiência que a UFMG vem acumulando, no que se refere à interação com o meio empresarial, já destacada anteriormente, bem como as promissoras perspectivas que se abrem, para trabalhos com a natureza do proposto, devido ao início das atividades do BH-TEC.

O Centro pretende, em um prazo de cinco anos, tornar-se referência nacional em instrumentação científica para a saúde, alcançando a infraestrutura necessária para a produção de equipamentos, insumos e instrumentos inovadores associados à saúde e ao meio ambiente.

#### 4.3.1. OBJETIVO

Criar o Centro de Instrumentação Tecnológica e Pesquisa Translacional em Saúde.

#### 4.3.2. METAS

1. Desenvolver tecnologias para a produção de medicamentos, equipamentos, instrumentos e processos referentes à atenção à saúde.

2. Implantar laboratórios de protipagem, vinculados ao Centro, para o desenvolvimento de protótipos de equipamentos e instrumentos aplicados à atenção à saúde.
3. Estabelecer parceria com o Centro de Pesquisas Clínicas do Hospital das Clínicas da UFMG, visando a realização de ensaios clínicos para avaliar novas drogas e vacinas.
4. Observar, em todas as suas atividades, a Resolução da ANVISA referente às boas práticas de fabricação (RDC nº 210, de 04/08/03), bem como a qualquer norma que venha a complementá-la ou substituí-la.

#### 4.3.3. AÇÕES

1. Produzir, em escala piloto, medicamentos e vacinas, para serem avaliados pelo Centro de Pesquisas Clínicas do Hospital das Clínicas da UFMG.
2. Produzir e testar protótipos comerciais de equipamentos e instrumentos referentes à atenção à saúde.
3. Avaliar, preliminarmente, a viabilidade técnica e econômica das tecnologias desenvolvidas.

#### 4.4. CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO

O Centro de Treinamento Esportivo da UFMG (CTE) situa-se em terreno de 95.264,00m<sup>2</sup> adjacente ao Centro Esportivo Universitário (CEU) integrando o complexo de esportes, recreação e laser da Pampulha. O objetivo do CTE é dar suporte a um programa de pesquisas aplicadas em treinamento de atletas de alto desempenho, numa parceria entre o Governo de Minas Gerais, através da Secretaria dos Esportes e da Juventude, SEEJ e a UFMG, através da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

O projeto arquitetônico foi elaborado por uma equipe do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG, que concebeu o conjunto em estrutura mista, combinando peças em concreto armado com estruturas metálicas. A edificação obedece aos princípios da acessibilidade ambiental e

eficiência energética, destacando-se as estratégias para ventilação e iluminação naturais.

O complexo esportivo constitui-se de uma pista de atletismo, um parque aquático e um pavilhão de esportes coletivos, ginástica olímpica e lutas. Complementarmente às instalações esportivas há um espaço multimídia para palestras e reuniões técnico-científicas, vestiários e instalações sanitárias, depósitos de materiais esportivos, instalações para fisioterapia, salas para técnicos, salas para atividades administrativas, vestiários para funcionários, cantina, áreas de sociabilidade e paisagismo, instalações para tratamento de água da piscina, áreas de estacionamento e apoio técnico em geral.

A pista de atletismo desenvolve-se numa área de 18.122,00m<sup>2</sup>. Possui revestimento sintético, rampa de desaceleração e é equipada para a prática das 32 provas olímpicas - de campo e de pista - e provas paralímpicas. Recebeu em 2012 certificação de Classe I, da International Association of Athletics Federations – IAAF. As antigas arquibancadas lindeiras à pista de atletismo foram recuperadas e integradas à urbanização adjacente à pista.

O parque aquático, em fase final de execução, instala-se num pavilhão com 11.683,00 m<sup>2</sup> de área edificada. Possui uma piscina olímpica multifuncional com borda móvel, adequada às três modalidades aquáticas olímpicas: natação, nado sincronizado e polo aquático. Essa piscina será equipada com bulkheads, para permitir flexibilidade de usos, possibilitando a variação do treinamento dos atletas entre a piscina olímpica e a piscina semi-olímpica, visando o alcance de melhores resultados. Além disso, a divisão em duas piscinas semi-olímpicas propicia o treinamento simultâneo de um maior número de atletas. Nas instalações complementares da piscina serão disponibilizadas banheiras térmicas e saunas para a recuperação física pós-treinamento, o que contribui para a melhoria das condições de treinamento e consequente melhoria de desempenho dos atletas.

O pavilhão de esportes coletivos possuirá uma área edificada de 6.200,00m<sup>2</sup> e será construído com o apoio financeiro do Ministério do Esporte. Abriga duas

quadras poliesportivas para a prática de vôlei, basquete, futsal e handebol, área para ginástica olímpica e possibilidade de montagem de espaço para lutas. As divisões entre as quadras são retráteis, o que permite o seu agrupamento num espaço contínuo aumentando, assim, o potencial de uso do pavilhão para outras atividades. Nas instalações complementares estão disponibilizados espaços para vestiários, instalações sanitárias, salas de técnicos, depósito de material esportivo e apoio técnico. As antigas arquibancadas lindeiras à pista de atletismo foram recuperadas.

#### 4.5. CENTRO DE MICROSCOPIA

O Centro de Microscopia é órgão suplementar da Instituição, conforme Resolução no 01 do Conselho Universitário, de 29 de junho de 2006. Seu conselho diretor reflete o caráter multidisciplinar do centro, pois é composto por docentes da UFMG de diferentes áreas do conhecimento.

O Centro de Microscopia tem por missão proporcionar infraestrutura multiusuária à execução de diversas técnicas de microscopia necessárias ao aprimoramento e à promoção, na UFMG, de pesquisas científicas e tecnológicas de rotina e de ponta, com inserção e complementação nas atividades de ensino e extensão, e sempre aberto a colaborações como setor privado, como acontece em outros países que possuem centros similares. Desse modo, pretende-se criar ambiente favorável à inovação tecnológica e ao fortalecimento de diversas áreas de pesquisa. Outro ponto de suma importância dele decorrente é o fortalecimento da formação de recursos humanos de alta qualificação, para atender às necessidades não só da comunidade científica mas também do setor privado.

O eixo norteador da atuação do Centro de Microscopia na UFMG é a modernização da infraestrutura de microscopia de alto desempenho na Instituição, com repercussão no desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Minas Gerais. O prédio do Centro de Microscopia, construído com recursos advindos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de emendas parlamentares, conta com ambientes para instalação dos

microscópios eletrônicos e iônicos adquiridos com recursos alocados pela Finep e pela Fapemig. Dotado de laboratórios para processamento de espécimes biológicos e não-biológicos, sala com computadores para tratamento digital de dados e imagens, laboratório fotográfico e secretaria, o projeto arquitetônico contempla, também, a possibilidade de se acolherem equipamentos de microscopia atualmente existentes em Unidades Acadêmicas da UFMG. Adicionalmente, está previsto espaço destinado a futuras ampliações, a fim de acolher outros equipamentos a serem adquiridos mediante dotação orçamentária específica.

#### 4.6. ESPAÇO DO CONHECIMENTO

Instalado em um edifício de cinco andares que se assemelha a um grande cubo de vidro, o Espaço do Conhecimento tem como objetivo aproximar a população do conhecimento científico. É um museu dinâmico, que faz uso de recursos tecnológicos e audiovisuais em uma abordagem lúdica e interativa.

Um dos destaques do Espaço é o Terraço Astronômico. Nele, os visitantes podem observar o céu, com o auxílio de equipamentos especializados e a orientação de profissionais de astronomia. Localizado no quinto andar, o terraço divide espaço com outra atração: o Planetário. Único no estado de Minas Gerais, consiste em uma estrutura semi-esférica com um sistema de projeção digital que possibilita ao público uma visão de trezentos e sessenta graus. Dessa forma, tem-se uma experiência de imersão. Diariamente, são realizadas sessões com produções audiovisuais e, semanalmente, projeções astronômicas comentadas.

O Espaço do Conhecimento abriga também exposições temáticas. “Demasiado Humano”, atual exposição principal, trata da história do ser humano no Planeta, destacando o surgimento das civilizações e culturas. Por fim, a exposição propõe reflexões sobre meio-ambiente e sustentabilidade. Outras exposições temporárias também integram a programação, juntamente com debates, cursos e oficinas.

Do lado de fora, voltada para a Praça da Liberdade, o museu apresenta uma fachada digital. No período noturno são exibidas imagens que unem arte, ciência e experimentação, criando uma interface entre o museu e o espaço público.

#### 4.7. EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O processo de internacionalização das universidades brasileiras, em geral, e da UFMG, em particular, ganhou, em anos recentes, vigoroso impulso, seja por conta da projeção do país no cenário mundial, seja em virtude de programas governamentais como o Ciências sem Fronteiras, ou ainda por causa do forte investimento que a Universidade vem realizando nesse processo.

Há mais de uma década a UFMG tem se mostrado atenta a este processo, procurando meios próprios de suportá-lo e viabilizá-lo, naquilo que ela julga pertinente. Como resultado desses esforços, a UFMG: i) conta hoje com uma das estruturas de internacionalização mais significativas do país; ii) entre as instituições do sistema federal de educação superior é aquela com maior grau de internacionalização; iii) registra expressivo número de artigos em periódicos internacionais em parceria com autores estrangeiros; iv) tem destacada participação em redes internacionais de universidades; v) exhibe robustos programas de mobilidade internacional de seus alunos de graduação, com fluxo de estudantes sem paralelo entre as universidades brasileiras.

Mas, se muito já foi feito, bem mais há que fazer. O propósito de transformar a UFMG em universidade de classe mundial requer que suas atividades de internacionalização sejam fortemente alavancadas, por meio de ações e programas que demonstrem sustentabilidade e que ocorram transversalmente na Instituição, da graduação ao pós-doutorado, envolvendo discentes e docentes, e abarcando todas as suas áreas de conhecimento e os seus domínios de atuação. E, por fim, que se dê sob a égide da excelência e da solidariedade. Ou seja, é preciso investir tanto em parcerias equilibradas, assim compreendidas aquelas em que os parceiros exibem graus similares de desenvolvimento, quanto em parcerias não equilibradas, quando um dos

parceiros encontra-se em estágio de desenvolvimento bem mais avançado que o outro. Há que buscar nas instituições de maior excelência as competências que ainda não temos, mas, também, oferecer àquelas que ainda não alcançaram o estágio da UFMG, o apoio e a colaboração para se desenvolverem.

O propósito de avançar firmemente no campo da internacionalização requer dotar a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da infraestrutura adequada e necessária para tanto. Há que melhorar as condições de recepção de estrangeiros (comunicação, acolhimento, moradia, alimentação, transporte); ampliar consideravelmente o número de nossos estudantes com domínio de idiomas estrangeiros, notadamente o inglês; manter adequada oferta de capacitação no idioma português para estudantes e pesquisadores que aqui estejam estagiando; ampliar a participação da UFMG em redes internacionais de universidades; consolidar e ampliar a presença da UFMG em institutos de pesquisas internacionais; assim como reiterar, com firmeza, os princípios que historicamente a UFMG defende em relação a educação superior, entendida como bem público e direito de todos, e as linhas mestras de suas políticas de internacionalização: solidariedade, respeito às diferenças, reciprocidade e equalização de oportunidades.

#### 4.7.1. OBJETIVOS

1. Fortalecer a presença da UFMG na comunidade acadêmica internacional, em todas as áreas do conhecimento, de forma a contribuir para a sua transformação em universidade de classe mundial.
2. Reforçar a política de internacionalização da UFMG, realçando seus pressupostos fundamentais: a excelência, a solidariedade, a reciprocidade, a orientação democrática e a equalização de oportunidades para o intercâmbio acadêmico.

#### 4.7.2. METAS

1. Incrementar a mobilidade discente internacional, tanto de estudantes da UFMG para outras universidades, quanto de estudantes de outras universidades para a UFMG.
2. Ampliar e diversificar as parcerias da UFMG com universidades do exterior.
3. Criar e implementar Centros de Estudos Internacionais especializados em temáticas de determinados países ou regiões do mundo, dedicados ao alargamento das fronteiras do conhecimento e à ampliação do entendimento entre os povos.
4. Reformular e adequar a infraestrutura da DRI e das instâncias de internacionalização a ela vinculadas.
5. Ampliar a oferta de programas de mobilidade internacional, para a comunidade da UFMG.

#### 4.7.3. AÇÕES

1. Implantar e consolidar o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos Chineses, o Centro de Estudos Europeus e o Centro de Estudos Indianos.
2. Criar, implantar e consolidar o Centro de Estudos Latino-americano.
3. Diversificar e aprimorar o material de divulgação da UFMG junto a universidades de outros países.
4. Aumentar a presença da UFMG em eventos internacionais de cunho acadêmico, inclusive naqueles voltados para o tema da internacionalização das universidades.
5. Ampliar a presença de professores visitantes estrangeiros na UFMG, em especial daqueles cuja estadia tenha a duração de pelo menos um semestre letivo ou período equivalente.
6. Ampliar o número e as atividades dos convênios de cooperação entre universidades, bilaterais ou multilaterais, cuidando para a diversificação das áreas geográficas envolvidas, bem como ampliar as oportunidades

de mobilidade deles decorrentes, tanto aquelas realizadas para o exterior, como aquelas realizadas para a UFMG.

7. Adotar iniciativas pertinentes ao aumento substancial do número de estudantes da UFMG que demonstrem proficiência em línguas estrangeiras, especialmente o inglês.
8. Criar as condições para que a oferta de disciplinas do tipo Português para estrangeiros se dê em volume suficiente para atender a todos os estrangeiros com vínculo, permanente ou temporário, com a UFMG.
9. Adequar a dimensão do Serviço de Apoio e Recepção aos Estudantes e Pesquisadores Estrangeiros, setor administrativo da DRI, às reais necessidades da UFMG.
10. Definir alternativas para atender às necessidades de alojamento em Belo Horizonte de estudantes e pesquisadores estrangeiros.
11. Dotar a DRI de recursos financeiros destinados a apoiar a participação em programas de mobilidade internacional de estudantes que, embora demonstrando mérito acadêmico e interesse no intercâmbio, não disponham de meios financeiros suficientes para custeá-lo.
12. Capacitar os servidores da DRI para o trato dos processos de internacionalização inerentes a sua função.

#### 4.8 - AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS E DA INFRAESTRUTURA DE AÇÃO CULTURAL DA UFMG.

Este projeto centra-se na interação entre universidade, sociedade e cidade, implantando e aprimorando equipamentos que, ao lado de atender as atividades de ensino e pesquisa, contribuirão para o desenvolvimento de Minas Gerais e do País. A proposta resultará na formação e na qualificação de recursos humanos, na atração do turismo, dotando a UFMG, Belo Horizonte, e outras cidades do Estado de um conjunto de espaços e equipamentos qualificados, capazes de potencializar seus programas de ensino, pesquisa e extensão nos campos das artes de performance (música, dança e teatro), bem como de abrigar espetáculos e atividades de pesquisa, formação e qualificação artísticas e técnicas nos campos citados.

A proposta contempla também o fortalecimento das atividades editoriais da Universidade. A UFMG hoje conta com uma das editoras universitárias mais respeitadas do país e necessita ampliar sua capacidade da edição de livros e periódicos, tarefa que deve ser exercida de forma expressiva por uma universidade que deseja ser verdadeiramente completa. Não é demais mencionar que uma universidade deve-se interessar em publicar tudo aquilo que seja considerado academicamente de boa qualidade, mesmo que, por não ter valor de mercado, não encontra espaços nas editoras comerciais.

#### 4.8.1. OBJETIVO

Ampliar e reestruturar as políticas e a infraestrutura de ação cultural da UFMG, por meio de quatro intervenções articuladas, a saber: a reestruturação e a expansão dos sistemas de museus e dos espaços expositivos da Universidade, a implantação de um Centro de Artes Performáticas, a implantação do Campus Cultural de Tiradentes e o fortalecimento da política editorial da UFMG.

#### 4.8.2. METAS

1. Realizar estudos visando a ampliação do Sistema de Museus da UFMG, com a criação dos seguintes espaços: i) Centro de Museus e Espaços Expositivos; ii) Museu da Vida Urbana; iii) Museu Histórico da UFMG; Museu Darcy Ribeiro, em Montes Claros; iv) Centro de Referência e Museu da Música de Minas Gerais.
2. Implantar o Centro de Artes Performáticas da UFMG, dotado de 3 (três) teatros, salas para ensaios, oficinas e laboratórios, tanto para atividades artísticas, quanto para atividades cenotécnicas, cenográficas e luminotécnicas, bem como de salas de figurinos e adereços e salas de apoio administrativo.
3. Implantar o Centro Cultural de Tiradentes.
4. Ampliar expressivamente a infraestrutura de apoio da Editora UFMG, bem como aos periódicos sediados na Universidade.
5. Atrair turismo para Minas Gerais.

#### 4.8.3. AÇÕES

1. Formar e qualificar recursos humanos para a área cultural.
2. Construir, em terrenos da UFMG, um teatro para 1.500 pessoas e dois outros menores, com instalações conforme anteriormente mencionado.
3. Transformar a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade (FRMFA) na Fundação Cultural da UFMG.
4. Definir a política museológica e museográfica da UFMG.
5. Melhorar e aperfeiçoar o Espaço TIM-UFMG do Conhecimento.
6. Ampliar consideravelmente a capacidade de edição da Editora UFMG.

#### 4.9. CRIAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE CULTURA

Universidades de classe mundial, como já apontado, consistem em instituições raras e específicas, cujos padrões de excelência foram engendrados por trajetórias históricas de aprendizagem complexas e demoradas. Instituições britânicas como Oxford e Cambridge são praticamente milenares, com origens que remontam os séculos XI e XII, respectivamente. As principais universidades americanas foram fundadas entre os séculos XVIII e XIX, como Yale (1701), Princeton (1746), Columbia (1754), Cornell (1865), MIT (1862) e Harvard (1875), para citar apenas alguns dos mais reputados estabelecimentos de ensino superior daquele país. Desde este ponto de vista, pode-se dizer que a excelência acadêmica tem forte conteúdo que resulta de processos de *path dependence* e, portanto, possui grande e articulada imbricação cultural com as sociedades que as abrigam.

A UFMG tem igualmente esse traço característico, estabelecendo, ao longo de sua história, iniciada na década de 1920, estreito entrelaçamento cultural com Minas Gerais e com o Brasil. Ao mesmo tempo em que absorveu tradições profundamente enraizadas em um certo passado, também reverberou e deu novo formato aos dilemas e às inquietações de seu tempo presente, conformando uma combinação singular de suas origens barrocas vinculadas ao projeto Inconfidente com manifestações modernistas e contemporâneas.

O tipo de interação cultural a que se faz referência aqui, evidentemente, tem sentido amplo e não toma como base a noção mais vulgar de cultura, que a considera sob uma perspectiva meramente idealista, evidenciada apenas em atividades especificamente culturais, como as expressões artísticas, a linguagem e algumas categorias de trabalho intelectual. Está amparado, ao contrário, no conceito de cultura como sistema ou sistemas de significação, mediante o qual, ou os quais, uma dada ordem social é comunicada, vivida, reproduzida, transformada e estudada. Cultura torna-se um vocábulo polissêmico e, mais que isso, em transformação, em um contínuo processo de ampliação e desdobramento de significados. É uma palavra que, a priori, remete à relação do indivíduo com o mundo; à civilização; ao conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que distingue dado grupo sociopolítico e permite que ele se reconheça. A cultura como espaço da produção de diferenças, idiosincrasias, peculiaridades atávicas. Aquilo que os homens criam, atribuem sentido, transformam e podem compreender, fazendo, ao mesmo tempo, com que os homens se transformem e possam ser apresentados, conhecidos e compreendidos por outros homens.

É nesses termos que a instituição universitária pode ser melhor situada como parte indissociável do acervo cultural da humanidade, modificando e sendo simultaneamente modificada por ele. Contudo, é a visão banal que predomina, inclusive no âmbito das próprias universidades, circunscrevendo a cultura ao reduzido campo das artes, sem integrá-la ao campo da ciência, à qual é associada à racionalidade objetiva, em contraste à subjetividade imponderável que é atribuída à expressão artística e, portanto, à cultura. Mas a pretensão de se firmarem como espaço que extrapola a configuração de uma instância estrita de adestramento impõe às universidades a compulsória reavaliação do papel acessório e apenas apendicular designado costumeiramente à cultura no âmbito de suas rotinas e atividades acadêmicas.

Concebida como fundamento da identidade, da democracia, da inclusão, da vitalização e do entendimento dos povos, a cultura passa a ser considerada fator elementar do desenvolvimento e da coexistência, exigindo, assim, a sua assimilação pela instituição universitária como valor essencial para a

constituição e promoção da cidadania. Sob tal enfoque, a cultura se torna geradora e não apenas subproduto de outras atividades.

A proposta de criação de uma Pró-Reitoria de Cultura está em linha com essa concepção abrangente e reconhece a necessidade de promover um movimento que restaure a centralidade da cultura no cotidiano e nos planos estratégicos da UFMG, caracterizando-a como componente crucial e indispensável do processo de desenvolvimento e consolidação da instituição. Visa explicitar, igualmente, a cultura como o elemento que estabelece conexões, dá sentido e fomenta interligações contínuas nas ações da Universidade destinadas a promover e disseminar o espírito crítico, emancipatório e humanista. Objetiva, ainda, fazer da cultura uma dimensão orientadora de primeira ordem do fazer acadêmico, assim como outros princípios, entre os quais os relacionados à ética, à justiça e à liberdade; sempre suscitando novas indagações para oferecer novas perspectivas de tratamento das problemáticas contemporâneas mais prementes. Busca, enfim, fixar uma política cultural de caráter programático permanente na UFMG.

Assim, a constituição da Pró-Reitoria de Cultura assume significado amplo com potencial de grande repercussão, pois se trata de uma transformação qualitativa na forma de compreender e de lidar com a questão cultural no âmbito da Universidade. Ademais, sendo implementada, incrementará as práticas atuais, vindo a consolidar o processo de organização funcional e administrativa dessa esfera de atuação da UFMG, iniciado com a criação da Assessoria de Ação Cultural, posteriormente convertida, em 2002, na atual Diretoria de Ação Cultural (DAC).

Cabe frisar, no entanto, que a proposta ora apresentada de constituição de uma Pró-Reitoria de Cultura não consiste na simples consolidação de um novo *status* institucional da área de cultura, mas representa o efetivo reconhecimento da indispensável necessidade de se promover o processo de interação dinâmica entre cultura e educação, ao mesmo tempo que alça, em definitivo, a cultura em posição de valor essencial do cotidiano e das rotinas acadêmicas e científicas da Universidade. Outro aspecto a ser ressaltado é que

se trata, também, de propor a estruturação de uma nova célula administrativa dentro de patamares de maior eficiência e economia na gestão pública, tendo em vista que a nova Pró-Reitoria será baseada na otimização da aplicação de recursos humanos e financeiros já disponibilizados e alocados em outras áreas existentes na UFMG. A Pró-Reitoria de Cultura viria a ser constituída, então, a partir de uma reorganização interna, aglutinando, administrativa e funcionalmente, órgãos e departamentos autônomos ligados à Reitoria sob um novo arranjo, com a mobilização mínima de recursos adicionais.

#### 4.9.1. OBJETIVO

Criar a Pró-Reitoria de Cultura na UFMG

#### 4.9.2. METAS

1. Garantir a livre expressão da diversidade cultural na UFMG e contribuir para que o mesmo ocorra na sociedade.
2. Promover o estímulo e o fomento das atividades culturais.
3. Proteger, preservar e divulgar o patrimônio cultural, material ou imaterial.
4. Promover o processo de interação dinâmica entre Cultura e Educação.
5. Contribuir, pelo estímulo aos mecanismos transparentes de ação e informação cultural, a democratização da sociedade e da comunidade universitária.

#### 4.9.3. AÇÕES

1. Organizar, promover e estimular diferentes programas de formação e de capacitação de recursos humanos direcionados às diversas áreas da expressão cultural.
2. Fomentar a criação e a produção cultural, apoiando a realização de eventos, festivais, exposições, oficinas, concursos e seminários.
3. Implantar e desenvolver ações de inventariação e disponibilização de informações sobre acervos, memória e patrimônio culturais.

4. Promover a discussão crítica e conceitual de temas relacionados à Cultura.

#### 4.10. FORMAÇÃO EM CIDADANIA CULTURAL

Uma das características morfológicas essenciais do saber escolar é sua organização sob a forma de matérias ou disciplinas de ensino, dotadas de forte identidade institucional e entre as quais existiriam fronteiras bem nítidas. Tal organização se deveria a necessidades epistemológicas e didáticas ou resultaria de motivações sociais? A história revela instabilidade e diversidade de modos de divisão entre as matérias e níveis de ensino, ao mesmo tempo em que algumas constantes muito gerais (p. ex. trivium / quadrivium)<sup>14</sup>.

A palavra disciplina na acepção de conteúdo escolar, tal como se conhece hoje, é uma criação relativamente recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a 1ª Guerra Mundial, mas guarda a ideia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um “filtro” específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Para o historiador francês André Chervel, “a disciplina é o preço que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra”<sup>15</sup>. O sócio-linguista Basil Bernstein argumenta que toda espécie de delimitação dos saberes escolares, seja material ou simbólica, supõe e induz relações de poder<sup>16</sup>.

Geoff Esland, diretor do Centro de Pesquisas Sociais da *Open University*, aborda a questão de compartimentação e integração do conhecimento, questionando o pressuposto de que este seja mero reflexo da realidade objetiva e, portanto, a separação entre áreas de saberes existentes no currículo corresponderia às separações existentes ao nível das próprias coisas. Esland

---

<sup>14</sup> Trivium – na Idade Média, a primeira parte do ensino universitário, formada por três ramos do saber (gramática, lógica e retórica) quadrivium – o conjunto dos quatro ramos do saber (aritmética, geometria, música e astronomia), orientados pela matemática, que compunham, com o trivium, as sete artes liberais ministradas nas universidades.

<sup>15</sup> CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, nº 2. Porto Alegre. Pannonica.

<sup>16</sup> BERNSTEIN, B. On the classification and framing of educational knowledge, in: YOUNG, M. (Org.), **Knowledge and control. New directions for the sociology of education**, Londres: Collier-Macmillan, 1975. p. 47-69.

afirma que, ao contrário, tal divisão, com as fronteiras conforme hoje adotadas, não se sustenta em nenhuma razão objetiva, sendo em grande parte explicada por hábitos corporativos, preconceitos e interesses de determinados grupos profissionais e sociais<sup>17</sup>.

O historiador britânico Raymond Williams observa que o trabalho de decantação e cristalização de uma cultura não obedece apenas a valores intrinsecamente relacionados à excelência e universalidade. Essa seleção comporta algo de arbitrário. Isso faz também pressupor o questionamento da escola dos antepassados e traz à tona a ideia de que a memória cultural é um tipo de reinvenção<sup>18</sup>.

Outro aspecto da seleção cultural escolar é que ela não incide unicamente sobre o passado, mas também sobre o presente. Certos tipos de valores são considerados com suficiente importância para que sua transmissão à geração seguinte se faça de forma organizada, confiada a profissionais especialmente formados para isso (os docentes). Mas nem tudo é considerado de igual importância, e frente à limitação de tempo e possibilidades, uma seleção se torna imperiosa. Diferentes escolas farão diferentes seleções no interior da cultura. A essas seleções, é que chamamos currículo. Segundo Philippe Perrenoud, professor da Universidade de Genebra, é necessário ainda distinguir currículo formal (os conteúdos prescritos pelas autoridades educacionais e escolares) e currículo real (que incorpora também os saberes variados, apreendidos de formas diversas, frequentemente desordenadas)<sup>19</sup>.

Se a sociedade passou por grandes transformações nas últimas décadas, pode-se dizer que a educação formal continua essencialmente inalterada: continuamos a confundir um amontoado de fatos com o conhecimento; a ignorar os estilos individuais de aprendizagem de cada aluno; a exigir uso apenas de memorização e não de capacitações cognitivas de alta ordem como

---

<sup>17</sup> ESLAND, G. Teaching and learning as the organization of knowledge, in: YOUNG, M. (Org.), **Knowledge and control. New directions for the sociology of education**, Londres: Collier-Macmillan, 1975. p. 70-115.

<sup>18</sup> WILLIAMS, R. **The long revolution**. Londres: Chato & Windus – parte 1, cap. 2. (The analysis of culture). 1961.

<sup>19</sup> PERRENOUD, P. **La fabrication de l'excellence scolaire**. Genebra : Droz, 1984.

interpretação, julgamento e decisão; a exigir apenas respostas corretas, em vez de se aprender a encontrar a informação necessária, na hora certa, para saber fazer as perguntas certas e tomar uma decisão. O currículo das escolas e universidades no mundo atual ainda corresponde genericamente ao ideal do tecnocrata, planejado para preparar indivíduos que não necessitam demonstrar compromisso, ponto de vista, posturas morais, sociais ou intelectuais, mas tão somente adquirir habilidades com valor de mercado.

Embora dificilmente reconhecida como tal, a ideia que orienta o ensino é moldar futuros profissionais capazes de gerar os mais diversos produtos com valor comercial, usando técnicas produtivas similares às da linha de montagem. Memorizar informação é a pedra fundamental neste paradigma; respostas corretas às perguntas dos exames, isto é, conformidade a um determinado modelo de mundo, é o esperado de cada aluno. Há poucas oportunidades para estimular a imaginação.

A presente proposta orienta-se por paradigma diverso, sem conflitar com - e nem mesmo comprometer - a formação disciplinar essencial aos diversos profissionais que a UFMG forma. O propósito é o de fornecer alternativas organizadas para que o estudante possa, usando as prerrogativas previstas nas normas acadêmicas da instituição, construir o *seu currículo real*, de maneira a atender melhor seus interesses e inclinações pessoais, visando a uma mais adequada inserção social, quando de sua atuação profissional.

Pretende-se a estruturação da oferta de uma “formação generalista” acessível tanto para os alunos dos cursos de graduação, quanto de pós-graduação da UFMG. O objetivo básico dessa formação é o de constituir uma bagagem de “cidadania cultural”, indispensável aos cidadãos com formação superior, fornecendo elementos para a interpretação geral do mundo em que as pessoas vivem, incluindo os aspectos culturais e os diversos níveis em que a realidade foi apreendida pela cultura humana. Exemplos de temas aqui incluídos seriam: cinema, ecologia, apreciação musical, energia e sustentabilidade, literatura universal, filosofia das ciências, a internet e o mundo contemporâneo, conhecimento de línguas estrangeiras, etc.

Os estudantes frequentariam tais atividades, que doravante serão aqui denominadas *Formação de Cidadania Cultural*, na forma como o colegiado de seu curso a incorporar no currículo: como atividade obrigatória, como atividade optativa, ou como atividade de formação livre, assim entendida na UFMG com aquela que o estudante escolhe independentemente do colegiado. E elas serão oferecidas em diversos formatos, sempre em módulos de 15 créditos: disciplinas, oficinas, ciclos de palestras, clubes de leitura, audições musicais, debates de temas determinados, etc. Poderão ser realizadas na forma presencial, com o uso de técnicas de ensino a distância, ou mesclando as duas alternativas. Haverá um elenco determinado das atividades de *Formação de Cidadania Cultural*, renovado de tempos em tempos, e cada uma das atividades, quando aprovada, terá a periodicidade de sua oferta e o número mínimo de vagas definidos. A Universidade estabelecerá incentivos para que os professores se mobilizem, no sentido de propor um elenco atraente dessas atividades, inclusive convidando, em cada área de conhecimento, nomes destacados a se envolverem na proposta. Todo esse processo será gerido por uma comissão coordenadora instituída, por meio de portaria do Reitor, ouvidas as câmaras de graduação e de pós-graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### 4.10.1 OBJETIVO

Fornecer ao estudante de graduação e de pós-graduação da UFMG, a possibilidade de, independentemente do curso a que esteja vinculado, compor seu currículo real também com atividades de cunho transdisciplinar, que lhe possibilitem uma melhor compreensão de seu país, da região em que mora e do mundo em que vive, para além dos conhecimentos e das técnicas específicas de sua área de formação profissional.

#### 4.10.2. METAS

Instituir um módulo de *Formação em Cidadania Cultural*, constituído por um elenco definido de atividades, renovado periodicamente, e cuja oferta tenha

regularidade definida, atividades essas que poderão ser frequentadas no formato em que forem acolhidas pelo colegiado de curso.

#### 4.10.3. AÇÕES

1. Instituir a comissão coordenadora do programa.
2. Publicar edital, ou editais, referente (s) à apresentação de propostas de atividades de *Formação em Cidadania Cultural*, facultando-se à comissão coordenadora convidar docentes para organizarem atividades por ela especificadas.
3. Definir critérios para a aprovação das atividades de *Formação em Cidadania Cultural*.
4. Estabelecer o elenco das atividades de *Formação em Cidadania Cultural*.
5. Consultar os colegiados de curso sobre a forma que incorporarão em seu currículo (obrigatória, optativa ou de formação livre) cada uma das atividades de *Formação em Cidadania Cultural*.
6. Ofertar as atividades de *Formação em Cidadania Cultural*, conforme a periodicidade definida na aprovação de cada uma delas.
7. Avaliar periodicamente os resultados alcançados pela proposta, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### 4.11. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL NA UFMG.

As potenciais transformações econômicas e sociais do país, derivadas das perspectivas promissoras de desenvolvimento criadas no bojo de uma divisão internacional do trabalho em franca reconfiguração, vão requerer, para se concretizarem, reformas visando superar diversas deficiências acumuladas historicamente pelo Brasil, entre as quais se encontra a inexistência de universidades de classe mundial, como discutido em detalhes na parte introdutória deste documento. O desafio colocado à sociedade e às autoridades governamentais de aprimorar o sistema nacional de educação superior, no sentido de introjetar níveis internacionais de excelência, constitui uma grande

oportunidade para a UFMG, cujo padrão de qualidade alcançado nas suas práticas de ensino, pesquisa e extensão a credencia, desde já, a ser uma das instituições a liderarem esse processo de mudanças inadiáveis.

Com a finalidade precípua de contribuir com esse esforço destinado a ampliar a escala de excelência da UFMG, a Diretoria de Divulgação e Comunicação Social vai implantar o projeto **Digitas**, com o objetivo básico de estruturar um sistema de comunicação digital para dotar a universidade de mecanismos que auxiliem a sua transformação em uma instituição de classe mundial. As iniciativas previstas irão propiciar inserção e projeção social cada vez mais ativa, além de municiar a UFMG com equipamentos laboratoriais de ponta, a serem utilizados complementarmente na formação acadêmica dos estudantes, com impactos evidentes para uma melhor avaliação da UFMG.

O projeto está organizado em três subprojetos, que serão executados simultaneamente, com objetivos específicos, porém convergentes. São eles: i) a criação do Observatório Web da UFMG; ii) a criação de um laboratório, para o desenvolvimento de práticas multidisciplinares em Comunicação; e iii) a implantação da TV Digital UFMG, contemplando recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O primeiro subprojeto consiste em um conjunto de ações destinadas a dar suporte a novas experiências de navegação na Internet, a novas formas de produção e veiculação de conteúdos pela Web, atendendo também à necessidade de dar maior visibilidade às atividades da UFMG e aos conhecimentos gerados pela comunidade universitária. O segundo subprojeto tem como suporte a experiência consolidada da Rádio UFMG Educativa – a estação do conhecimento -, em operação desde 2005. Pretende-se aproveitar a oportunidade gerada pela Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, de modo a se criar, no formato de um laboratório de ensino e pesquisa, uma cobertura esportiva diferenciada, abordando aspectos inerentes a diferentes áreas do conhecimento, e, dessa forma, envolvendo professores e estudantes de: Letras, Comunicação, Educação Física, Matemática, Estatística, Turismo e Nutrição. Finalmente, o terceiro subprojeto tem como fundamento o Sistema

Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), criado em 2006, que abre perspectivas promissoras para atividades educacionais. Nele, a interatividade e a multiprogramação se conjugam, proporcionando novas oportunidades para as emissoras de TVs educativas e descortinando novos horizontes para a aprendizagem a distância e para a ampla difusão do conhecimento científico.

#### 4.11.1. OBJETIVO

Implantar o sistema de comunicação digital da Universidade Federal de Minas Gerais, contribuindo para inseri-la no mesmo patamar que as universidades de classe mundial.

#### 4.11.2. METAS

1. Criar o Observatório Web da UFMG.
2. Criar o Laboratório de Práticas Multidisciplinares em Comunicação, cuja primeira atividade consistirá na cobertura esportiva diferenciada da Copa do Mundo de 2014.
3. Implantar a TV Digital UFMG, bem como um laboratório multiusuário a ela vinculado, envolvendo recursos de acessibilidade para pessoas surdas, por meio de Libras.
4. Dar maior visibilidade à produção acadêmica da UFMG.
5. Propiciar melhor controle social das atividades realizadas pela UFMG.
6. Modernizar e atualizar os equipamentos de Tecnologia da Informação da Universidade.
7. Contribuir para o incremento da internacionalização da Universidade.

#### 4.11.3. AÇÕES

1. Desenvolver e implementar aplicativos para dispositivos de comunicação móveis (smartphones e tablets).
2. Reformular o Portal Web da UFMG.

3. Criar, em parceria com o Grupo de Estudos de Futebol e Torcida, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional (GEFUT), o programa radiofônico Óbvio Ululante.
4. Criar programa radiofônico sobre Nutrição Esportiva e Saúde Alimentar, direcionado aos praticantes de atividades físicas diversas, inclusive atletas, amadores ou profissionais.
5. Promover, com transmissão pelas mídias da UFMG, debates que abordem a relação entre futebol, linguagem, sociologia e artes, bem como o uso dos conceitos de probabilidades no esporte.
6. Promover, com transmissão pelas mídias da UFMG, debates que abordem os impactos e as consequências da Copa do Mundo para o Brasil, incluindo aspectos relacionados ao turismo – local, regional e nacional -, mas não se limitando a isto.
7. Propiciar atividades de formação acadêmica – inclusive aquelas organizadas em formato que possam gerar créditos para os estudantes – para alunos do curso de Comunicação Social interessados em atuar na cobertura esportiva.

#### 4.12. CRIAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A política para a assistência estudantil na UFMG vem sendo implementada pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), conforme Estatuto e Regimento Geral da Universidade. A FUMP, criada em 1929 para permitir a continuidade de estudos de alunos com vulnerabilidade socioeconômica, é uma fundação pública de direito privado, sem fins lucrativos, subordinada ao Conselho Universitário. Ao longo de todos esses anos tem viabilizado a formação universitária de milhares de estudantes, prestando apoio financeiro, assistência à saúde, alimentação, auxílio para aquisição de material didático e tecnológico, moradia estudantil. Durante muitas décadas, as atividades de assistência estudantil da FUMP foram custeadas por contribuições dos estudantes, prestadas no ato da matrícula acadêmica. Em 2008, entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que a cobrança de taxas, de qualquer natureza, pelas universidades públicas, é inconstitucional. Em 2010, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por

intermédio do decreto de nº 7.234/2010, a assistência estudantil passou a ter financiamento federal, o que possibilitou a continuidade das ações no âmbito da UFMG.

A partir da adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), a UFMG experimentou aumento substantivo do número de vagas e, conseqüentemente, da demanda por assistência estudantil. Desse modo, é imperioso que a Universidade propicie assistência estudantil para além das garantias mínimas, proporcionando aos estudantes que ingressam por meio de políticas afirmativas o acesso às condições necessárias ao bom desempenho intelectual e acadêmico. Sob tal perspectiva, a assistência estudantil é entendida como uma política de apoio que viabiliza e amplia a formação integral do estudante.

#### 4.12.1. OBJETIVOS

O próprio PNAES estabelece os objetivos a serem alcançados pelas políticas de assistência estudantil, a saber:

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes e a insuficiência de condições financeiras<sup>20</sup>.

#### 4.12.2. METAS

1. Garantir, à comunidade estudantil de baixa renda:
2. Condições adequadas de manutenção na Universidade (alimentação, moradia e transporte);
3. Acesso às condições materiais e pedagógicas para o bom desempenho acadêmico (material escolar, didático, equipamentos e livros);

---

<sup>20</sup> BRASIL, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

4. Atenção à saúde física e psíquica (acompanhamento psicopedagógico e atendimento médico);
5. Acesso às oportunidades culturais e de lazer no âmbito da Universidade.

#### 4.12.3. AÇÕES

1. Criação de uma Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis que se responsabilize pela redefinição e implementação da política de assistência estudantil na UFMG;
2. Redefinição das atribuições da FUMP, tornando-a órgão assessor para o desenvolvimento das políticas de alimentação e de moradia;
3. Integração com outras estruturas da universidade que atuem com facilitadores para o acesso dos estudantes à assistência à saúde física e psíquica (SAST), ao lazer (CEU) e às atividades culturais (DAC, Rede de Museus, Festivais de inverno e de verão).

#### 4.13. CRIAÇÃO DO CENTRO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Com a decisão da vinda da Faculdade de Direito para o Campus da Pampulha, abre-se oportunidade para ocupar aquele prédio com uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por sua localização no centro da cidade é possível atender à uma sentida necessidade de maior presença da UFMG no coração mesmo de uma realidade urbana complexa e problemática em várias dimensões.

O Centro de Apoio a Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão será estruturado a partir de duas vertentes principais: 1) atender às necessidades de expansão de espaços para atividades de ensino, pesquisa e administrativas; 2) constituir-se em centro de atividades de extensão.

Nesse sentido, sem prejuízo de outros usos e destinações, o Centro poderá abrigar atividades de ensino e pesquisa hoje realizada no Campus Saúde. Também projeta-se instalar no centro o **Memorial da Faculdade de Direito**, e um **Museu da Vida Urbana**.

A localização privilegiada do centro qualifica-o como particularmente adequado ao desenvolvimento de atividades de extensão que atendam a um amplo público que tanto trabalha, quanto circula pelo centro da cidade. Entre as atividades de extensão nucleares que planeja-se fazer funcionar no centro estão: 1) **Curso Permanente de Atualização e Qualificação de Professores de Ensino Fundamental e Médio**; 2) **Biblioteca da Cidadania Cultural Contemporânea**, com acervo voltado tanto para formação e atualização científica e tecnológica, quanto para temas políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais contemporâneos. Essa biblioteca será aberta ao público em geral.

#### 4.14. CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HUMANIDADES

A UFMG vem dedicando nos últimos anos, através de editais e outras iniciativas, uma atenção especial às mais diversas áreas das ciências biológicas, exatas, saúde e engenharias, cujas relevância e excelência, que já eram notórias, aumentaram mais ainda no período, revelando o acerto das políticas adotadas. Na mesma linha, grupos da UFMG dessas áreas foram contemplados com vultosos aportes do governo federal, cujo exemplo mais saliente é o INCT, com várias ramificações nos diferentes segmentos da Universidade, mostrando a competitividade e o estado da arte das pesquisas desenvolvidas em nossos meios.

Em contraste com estas áreas, que junto com a relevância e a excelência ganharam em escala, massa crítica e densidade nas últimas décadas, os

diferentes campos das chamadas humanidades ainda ressentem da falta de programas específicos visando sua ação integrada, fiel à sua vocação de pensar o país e o mundo. Tal ênfase nas humanidades, é encontrada em universidades de primeira linha americanas e em outras tantas pelo mundo afora. Evidentemente, a despeito da grande lacuna, há na UFMG excelência e relevância em diferentes campos das humanidades, mas elas estão fragmentadas e espalhadas, sem poder beneficiar-se dos ganhos de escala e de massa crítica só possíveis nas ações conjuntas visando macro-objetos e problemas menos insulados. Nos anos recentes duas foram as exceções nesse estado de coisas. A primeira foi a criação do *Centro de Referência em Ciências Humanas / CERECH* na FAFICH, que recebeu um considerável aporte do CT-Infra, permitindo a edificação do novo Anexo onde estão abrigados vários grupos de pesquisa provenientes de diferentes Departamentos da Faculdade. A segunda foi a implantação do *Projeto Biblioteca e Centro de Estudos sobre o Século XVIII*, com sede em Tiradentes. Além destas iniciativas institucionais, houve a série de eventos ligados ao *Fórum de Estudos Contemporâneos*, cuja abrangência desde o primeiro realizado foi além das faculdades e departamentos, abrindo novas perspectivas para as ciências humanas.

Estimulados por essas iniciativas, a proposta é criar na UFMG uma linha de ação estável para as humanidades ao longo dos próximos anos, a qual daria um passo a mais nessas experiências e introduziria um *tour de force* capaz de vencer a atomização e a pulverização das disciplinas, mediante ações cooperativas e a trabalhar temas compartilhados. Ou seja: uma linha de ação extra-departamental e supra-faculdades e escolas isoladas, abrigada na Reitoria (Proplan) e organizada em Comitê, com a participação de representantes das Letras, da Fafich, da Economia, da Educação e das Artes.

#### 4.14.1. OBJETIVO

Criar na UFMG um ambiente que favoreça a aproximação dos pesquisadores das ciências humanas, sociais aplicadas e artes, com o propósito de pensar o Brasil e o mundo, focalizando temas sociais, econômicos, políticos e culturais.

#### 4.14.2. AÇÕES

Seminários, Colóquios, Cursos, Pesquisas, Cátedras, Publicações (Editora da UFMG) – algumas pontuais ou episódicas (eventos), outros de imersão e concentradas (colóquios, *workshops*, *brainstorms*).

#### 4.15. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE APOIO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS DAS UNIDADES DA UFMG

O projeto visa dar suporte geral, financeiro e operacional a projetos administrativos e acadêmicos de interesse das unidades acadêmicas da UFMG, restaurando a capacidade efetiva das unidades acadêmicas tanto de aperfeiçoarem seus métodos e procedimentos administrativos, quanto de contribuir para o aprimoramento do conjunto de vida acadêmica das unidades, tanto direta, quanto indiretamente mediante ações como: treinamento e qualificação de pessoal de apoio administrativo e técnico; melhoria de instalações físicas e equipamentos; ampliação do acervo e ampliação e melhoria dos serviços prestados pelas bibliotecas; montagem de infraestrutura de informação e comunicação atualizadas e eficientes; editais internos para apoio a eventos acadêmicos e publicações; apoio à participação do corpo discente e docente em eventos acadêmicos no Brasil e no exterior.

# CAPÍTULO 5 – PROJETOS SETORIAIS.

## 5.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão apresentados os projetos setoriais preparados pelas respectivas áreas para assegurar o desenvolvimento da UFMG, por intermédio da contínua melhoria incremental de suas práticas e condições de ensino, pesquisa e extensão, bem como das rotinas administrativas e do ambiente interno da Universidade. Os projetos ora abordados, detalhando os objetivos, as metas e as ações a serem implementadas, se associam estreitamente aos planos de reforma estruturantes antes descritos e contribuem para aprimorar o padrão de qualidade da UFMG, de modo a reforçar suas credenciais para se posicionar entre as melhores instituições universitárias do mundo.

Em linhas gerais, tais projetos buscam, dentre outros objetivos, promover ajustamentos imprescindíveis no ensino de graduação, compatibilizando os cursos ao processo em andamento de aumento das vagas disponíveis e às medidas afirmativas destinadas a estratos sociais historicamente excluídos. Visam igualmente aperfeiçoar outras dimensões dos cursos de graduação e pós-graduação e fazer avançar ainda mais as atividades extensionistas da UFMG. Abrangem ainda de maneira muito firme as pesquisas, com a finalidade de aumentar a produção científica e inovativa da UFMG, bem como ampliar a divulgação e disseminação desse importante acervo de conhecimento gerado e renovado nas salas de aula e laboratórios da Universidade.

Outras ações têm como escopo as rotinas e o espaço interno da UFMG, tais como as relações trabalhistas, a área de segurança, a infraestrutura, as condições ambientais os processos administrativos e burocráticos; enfim, diversas atividades que dão suporte e emolduram as funções principais de ensino e pesquisa desempenhadas pela instituição e que, por isso mesmo, são fundamentais para o desenvolvimento das mesmas.

Sob tal perspectiva é que se pode verificar a articulação crucial entre os projetos estruturantes e os setoriais, que exige, portanto, uma política de gestão apta a assegurar não apenas a sintonia entre ambas as categorias de ações programáticas, mas que também seja capaz de fazê-las progredir em compasso sincronizado e convergindo para um único objetivo comum: a de alçar a UFMG a uma escala de excelência superior.

## 5.2. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

O ensino de graduação da UFMG passou por significativas mudanças nos últimos anos, balizadas por diretrizes que buscaram promover a sua expansão em simultâneo com outros objetivos destinados a assegurar a inclusão de estratos sociais mais amplos, a melhoria continuada das práticas acadêmicas e a maior mobilidade nacional e internacional dos estudantes. Esse conjunto combinado de iniciativas e orientações vem reconfigurando a Universidade e, ao mesmo tempo, fixando perspectivas renovadas e desafiadoras de transformações, coerentemente com as exigências, demandas e expectativas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A alteração mais evidente consistiu na ampliação de vagas e de cursos, ensejada, principalmente, pela implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo governo federal por intermédio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. As informações constantes da Tabela 1 permitem dimensionar os resultados expressivos que foram alcançados até o momento, traduzidos na mudança de patamar no número de vagas ofertadas no vestibular da UFMG, que acumulou crescimento de 44% entre 2007 e 2011<sup>21</sup>. O incremento na disponibilidade de cursos foi também notável, com 27 novas opções criadas no mesmo período, passando de 49 para 76, distribuídos por oito áreas do conhecimento, conforme ilustrado no Gráfico 1.

---

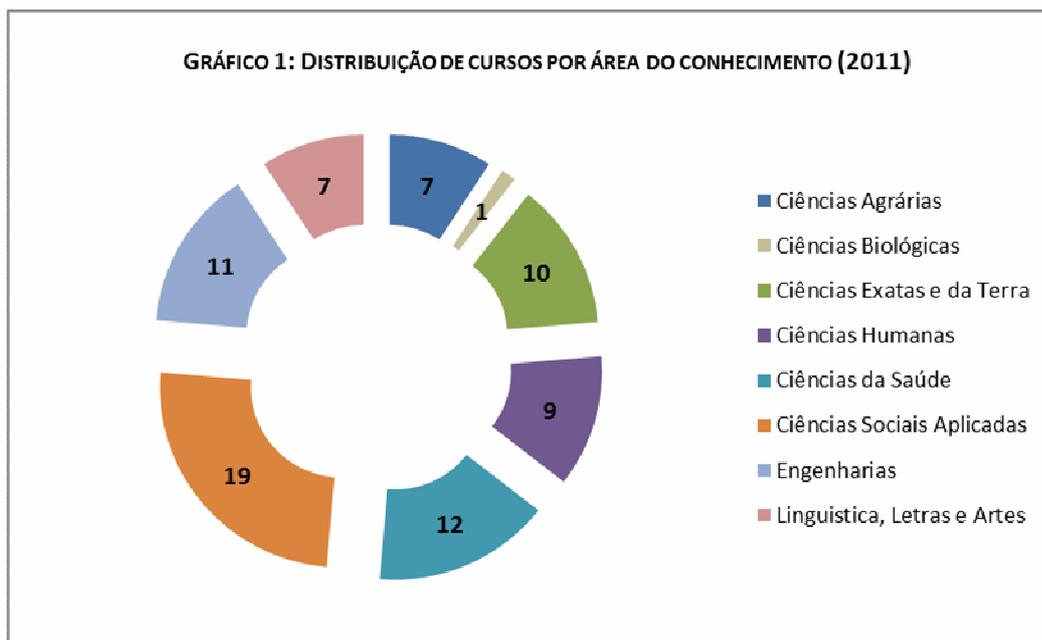
<sup>21</sup> PEIXOTO, M.C.L. & all. **Relatório de auto-avaliação: 2º relatório parcial do ciclo avaliativo 2010-2012**. Belo Horizonte: Comissão Própria de Avaliação da UFMG, março de 2012.

**TABELA 1 – VAGAS PACTUADAS NO ÂMBITO DO REUNI E VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULAR**

| Vestibulares         | 2007  | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | Total | Varição |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|
| Novas vagas          | ---   | 40    | 1.261 | 770   | 30    | 2.101 | ---     |
| Novas vagas diurnas  | ---   | 40    | 516   | 60    | 30    | 646   | ---     |
| Novas vagas noturnas | ---   | 0     | 745   | 710   | 0     | 1.455 | ---     |
| Vagas vestibular     | 4.674 | 4.714 | 6.020 | 6.670 | 6.710 | ---   | 43,6%   |

Além dos avanços antes relatados no ensino presencial, a graduação a distância apresentou trajetória igualmente ascendente. As vagas dos cinco cursos ministrados (ciências biológicas, matemática, química, geografia e pedagogia) através do Sistema Universidade Aberta Brasil (UAB), que conta com 22 polos regionais em Minas Gerais para auxiliar a formação remota de alunos e professores da rede pública, subiram de 400 para 700 entre 2010 e 2011, atingindo o total de 1.150 no vestibular de 2012.

A expansão estrutural da capacidade de atendimento da graduação da UFMG não negligenciou aspectos inclusivos e abarcadores, sendo pautada por parâmetros e objetivos destinados a incorporar estratos sociais historicamente marginalizados e que por razões socioeconômicas se defrontam com maiores dificuldades de acesso e de permanência no ensino superior. Assim, diversas iniciativas vieram a ser implementadas com a finalidade de democratizar e tornar a Universidade cada vez mais abrangente e aberta aos diferentes segmentos da sociedade. Um procedimento adotado foi o de fundamentar o crescimento prioritariamente na abertura de cursos noturnos, que até o início da década passada eram pouco expressivos e tinham pequena participação no total de vagas existentes na UFMG. Das 2.101 vagas pactuadas no bojo do Reuni, 1.455 foram originadas em cursos noturnos, perfazendo 69% do número global, como explicado na Tabela 1.



Adicionalmente, a Pró-Reitoria de Graduação manteve uma política bem sedimentada de concessão de bolsas de estudos, tanto para estimular a pesquisa e a vocação científica e acadêmica, quanto para apoiar alunos que necessitam de ajuda financeira, como aqueles estudantes trabalhadores dos cursos noturnos. Para eles, foi constituído o Programa Especial de Bolsas Acadêmicas para Estudantes dos Cursos Noturnos de Graduação (Pró-Noturno), que veio a se somar a outras modalidades de bolsas, como as listadas na Tabela 2.

Uma estratégia inclusiva mais incisiva foi adotada pela Universidade em 2009, com a implementação do sistema de bônus nos processos seletivos, pelo qual eram acrescidos 10% na pontuação final dos candidatos que tivessem cursado pelo menos três anos do ensino médio e os últimos quatro anos do ensino fundamental em escola pública. Para os candidatos desse mesmo grupo que se auto-declaravam pretos ou pardos, era somado mais um percentual de 5%, perfazendo um bônus total de 15%. Durante a vigência desse programa autônomo de bonificação inclusiva, o perfil do corpo discente veio se alterando, com uma participação crescente de alunos egressos da rede pública de ensino. Em 2008, por exemplo, pouco mais de um terço dos candidatos aprovados (33,01%) era oriundo de escola pública, ao passo que no vestibular de 2012, esse percentual já havia atingido 47,45%, o que significou aumento de 44%.

**Tabela 2 – Bolsas de Estudo para alunos da graduação – 2011\***

| Programa   | Bolsistas   | Nº de bolsas |
|--|---|--------------|
| Programa de Monitoria de Graduação                                       | Alunos de graduação   | 769          |
| Programa Especial de Graduação   | Alunos de graduação   | 144          |
| Programa Especial de Bolsa Acadêmicas Para Estudantes de Cursos Noturnos | Alunos de graduação   | 300          |
| Bolsa para Educação Indígena   | Alunos do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas | 16           |
| Programa de Educação Tutorial  | Alunos de Graduação   | 156          |
| Programa de Monitoria para a Escola Básica e Profissional                | Alunos de graduação   | 26           |
| Bolsa de Imersão à Docência  | Alunos de licenciatura  | 40           |

(\*) Mês de referência: Outubro de 2011

Esse processo transformador de incorporação e participação crescentes de segmentos sociais mais diversificados no âmbito da comunidade universitária deverá ser agora aprofundado, por causa da adoção do chamado sistema de reserva de vagas criado pelo governo federal, que substituiu o programa de bônus da UFMG no ano passado. Instituído pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentado pelo decreto nº 7.824/2012, esse sistema garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As vagas reservadas se distribuem da seguinte forma: i) 50% para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita, e ii) 50% para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo. Em ambos os casos, é levado em conta percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o recenseamento demográfico mais recente efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A implantação do novo sistema ocorrerá de forma progressiva. No ano letivo de 2013, a UFMG reservou 13,67% das vagas disponíveis, fração que crescerá até alcançar, a partir de 2015, metade das vagas totais ofertadas anualmente pela UFMG.

As medidas inclusivas adotadas e a expansão do ensino de graduação têm sido acompanhadas pelo concomitante aprimoramento contínuo das práticas

acadêmicas aplicadas pela Universidade, como atesta o desempenho obtido nas sucessivas avaliações realizadas sob a ótica do Índice Geral de Cursos (IGC) e do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que abrangem, entre outros elementos, as notas auferidas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A UFMG mantém nota máxima de 5 no IGC e obteve média de 4,1 no CPC – referência 2011, divulgado em dezembro de 2012. Esse IGC faz da UFMG uma das universidades do restrito grupo de 10 instituições brasileiras de ensino superior que obtiveram nota máxima, dentre as 226 avaliadas.

**TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFMG**

| Cursos de graduação da UFMG                     | Vagas/ano | CPC | Nota Enade |
|---|-----------|-----|------------|
| <b>Ciências Agrárias</b>                        |           |     |            |
| Agronomia - Montes Claros                       | 40        | 3   | 3          |
| Aquacultura                                     | 50        | -   | -          |
| Engenharia Agrícola e Ambiental - Montes Claros | 40        | -   | -          |
| Engenharia de Alimentos - Montes Claros         | 40        | -   | -          |
| Engenharia Florestal - Montes Claros            | 40        | -   | -          |
| Medicina Veterinária                            | 120       | 4   | 5          |
| Zootecnia - Montes Claros                       | 40        | 3   | 3          |
| <b>Ciências Biológicas</b>                      |           |     |            |
| Ciências Biológicas                             | 200       |     |            |
| Bacharelado                                     |           | 4   | 5          |
| Licenciatura                                    |           | 4   | 4          |
| <b>Ciências Exatas e da Terra</b>               |           |     |            |
| Ciências Atuariais                              | 25        | -   | -          |
| Ciência da Computação                           | 80        | 5   | 5          |
| Estatística                                     | 45        | 5   | 5          |
| Física  | 120       |     |            |

|  |     |    |    |
|--|-----|----|----|
| Bacharelado                                    |     | 5  | 5  |
| Licenciatura                                   |     | 4  | 4  |
| Geologia                                       | 35  | -  | -  |
| Matemática                                     | 120 |    |    |
| Bacharelado                                    |     | 4  | 4  |
| Licenciatura                                   |     | 4  | 4  |
| Matemática Computacional                       | 20  | 4  | 4  |
| Química  | 90  |    |    |
| Bacharelado                                    |     | 5  | 5  |
| Licenciatura                                   |     | 4  | 4  |
| Química Tecnológica                            | 40  | 5  | 5  |
| Sistemas de Informação                         | 80  | 5  | 5  |
| <b>Ciências Humanas</b>                        |     |    |    |
| Antropologia                                   | 40  | SC | SC |
| Ciências Socioambientais                       | 50  | -  | -  |
| Ciências Sociais                               | 80  |    |    |
| Bacharelado                                    |     | 4  | 5  |
| Licenciatura                                   |     | 3  | 3  |
| Filosofia                                      | 85  |    | 3  |
| Bacharelado                                    |     | 4  | 3  |
| Licenciatura                                   |     | 3  |    |
| História                                       | 88  |    |    |
| Bacharelado                                    |     | 5  | 5  |
| Licenciatura                                   |     | 4  | 5  |
| Licenciatura em Educação do Campo              | 35  | -  | -  |
| Formação Intercultural de Educadores Indígenas | 35  | -  | -  |
| Pedagogia                                      | 132 | 4  | 3  |
| Psicologia                                     | 132 | 4  | 4  |
| <b>Ciências da Saúde</b>                       |     |    |    |
| Biomedicina                                    | 40  | SC | SC |

|  |     |    |    |
|--|-----|----|----|
| Curso Superior de Tecnologia em Radiologia           | 80  | SC | SC |
| Educação Física                                      |     |    |    |
| Bacharelado  | 60  | 4  | 4  |
| Licenciatura   | 60  | 4  | 4  |
| Enfermagem   | 96  | 4  | 4  |
| Farmácia   | 212 | 4* | 5* |
| Fisioterapia   | 75  | 4  | 5  |
| Fonoaudiologia                                       | 50  | 4  | 5  |
| Gestão de Serviços de Saúde                          | 100 | 5  | 5  |
| Medicina   | 320 | 4  | 4  |
| Nutrição   | 72  | 5  | 5  |
| Odontologia  | 144 | 4  | 4  |
| Terapia Ocupacional                                  | 66  | 3  | 2  |
| Ciências Sociais Aplicadas                           |     |    |    |
| Administração  | 100 | 5* | 5  |
| Administração - Montes Claros                        | 40  | SC | SC |
| Arquitetura e Urbanismo                              | 150 |    |    |
| Diurno   |     | 4  | 4  |
| Noturno  |     | SC | SC |
| Arquivologia   | 40  | SC | SC |
| Biblioteconomia                                      | 122 | 4  | 3  |
| Ciências Contábeis                                   | 80  | 5  | 5  |
| Ciências do Estado                                   | 50  | -  | -  |
| Ciências Econômicas                                  | 80  | 5  | 5  |
| Comunicação Social (Jornalismo ou Relações Públicas) | 80  | -  | -  |
| Comunicação Social (Publicidade)                     | 40  | -  | -  |
| Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis   | 30  | -  | -  |

|                                     |     |    |    |
|-------------------------------------|-----|----|----|
| Controladoria e Finanças            | 50  | -  | -  |
| Design                              | 60  | SC | SC |
| Direito                             | 400 | 4  | 5  |
| Geografia                           | 120 |    |    |
| Bacharelado                         |     | 4  | 4  |
| Licenciatura                        |     | 3  | 4  |
| Gestão Pública                      | 80  | 5  | 5  |
| Museologia                          | 40  | -  | -  |
| Relações Econômicas Internacionais  | 50  | -  | -  |
| Turismo                             | 60  | 5  | 5  |
| <b>Engenharias</b>                  |     |    |    |
| Engenharia Aeroespacial             | 50  | -  | -  |
| Engenharia Ambiental                | 50  | SC | SC |
| Engenharia Civil                    | 200 | 4  | 4  |
| Engenharia de Controle e Automação  | 130 |    |    |
| Diurno                              |     | 3  | 3  |
| Noturno                             |     | SC | SC |
| Engenharia de Minas                 | 60  | 4  | 2  |
| Engenharia de Produção              | 90  | 4  | 4  |
| Engenharia de Sistemas              | 50  | -  | -  |
| Engenharia Elétrica                 | 100 | 4  | 3  |
| Engenharia Mecânica                 | 160 | 4  | 4  |
| Engenharia Metalúrgica              | 60  | 4  | 4  |
| Engenharia Química                  | 60  | 4  | 4  |
| <b>Linguística, Letras e Artes</b>  |     |    |    |
| Artes Visuais                       | 80  |    |    |
| Bacharelado                         |     | -  | -  |
| Licenciatura                        |     | 4  | 5  |
| Cinema de Animação e Artes Digitais | 40  | -  | -  |

|                     |     |    |    |
|---------------------|-----|----|----|
| Dança               | 20  | SC | SC |
| Design de Moda      | 45  | SC | SC |
| Letras              | 420 |    |    |
| Bacharelado         |     | 4  | 4  |
| Licenciatura        |     | 4  | 4  |
| Música              |     |    |    |
| Bacharelado 2006    | 76  | 4  | 5  |
| Música Licenciatura | 30  | 4  | 4  |
| Teatro              | 40  | 4  | 5  |

Legenda: SC: cursos que não possuem alunos egressos ou concluintes, ou seja, quando o curso está se iniciando e não há concluintes, e/ou quando o curso não será mais oferecido e só há concluintes. - : cursos que não passaram pela avaliação do Enade. \* O CPC e/ou a nota do Enade citados referem-se ao curso ofertado no período diurno. Não há informações sobre CPC e/ou nota do Enade para o curso ofertado no noturno.

Fonte: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Diretoria de Avaliação Institucional

Esse desempenho excepcional reflete, em grande medida, a estrutura curricular dos cursos de graduação da UFMG, baseada crescentemente na flexibilização e em princípios de aprendizagem interdisciplinar, buscando, por meio destas orientações, fomentar a independência intelectual, o espírito crítico e a formação profissional e acadêmica consistente e holística do aluno, de modo a torná-lo apto não apenas para atender as exigências do mercado de trabalho, mas também para capacitá-lo a intervir e transformar o ambiente social no qual está inserido. Desde esta perspectiva, o curso de graduação é concebido como um sistema articulado e fundamentado em estruturas curriculares flexíveis, sendo organizado em três blocos de atividades: 1) o núcleo de formação específica, que constitui a essência dos saberes característicos de uma área, incluindo o domínio típico do curso e de campos próximos; 2) a formação complementar, que propicia a adequação a outro campo de saber, preservando uma conexão com a linha básica do curso; 3) a formação livre, que oferece ao aluno a possibilidade de ampliar sua formação em qualquer campo do conhecimento, com base em seu interesse individual.

Outra dimensão da aprendizagem é dada pelo intercâmbio estudantil, que tem sido intensificado entre os alunos da graduação da UFMG, expondo-os a novas e diferenciadas experiências educacionais e realidades sociais. O fluxo de estudantes da Universidade em direção a instituições no exterior cresceu 55%

entre 2007 e 2010, passando de um contingente de 173 para 268, o que significou uma elevação anual da ordem de 12%. O número anual de alunos estrangeiros presentes na UFMG tem oscilado, alcançando média de 576 estudantes ao ano, no período compreendido entre 2007/2009. A Universidade integra também o Programa Andifes de Mobilidade Estudantil, voltado a estimular o intercâmbio em âmbito nacional. A cada ano, uma média de aproximadamente 50 alunos efetuam seus estudos por um semestre em outra universidade do país, enquanto a UFMG tem acolhido, ao mesmo tempo, cerca de 65 estudantes de graduação em média vindos de diversas partes do Brasil. Ademais, a UFMG mantém seu próprio programa de bolsas para mobilidade nacional e concede, adicionalmente, auxílio-deslocamento, contemplando com essas iniciativas específicas cerca de 50 alunos ao ano.

As transformações no ensino de graduação da UFMG não se esgotam nos pontos anteriormente elencados, mas prosseguem impulsionadas por outras decisões de importantes repercussões, como as mudanças recém introduzidas no processo seletivo da Universidade, que passou a integrar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de modo que utilizará integralmente as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como meio de seleção de seus alunos, em substituição ao vestibular, fixando novos desafios e novas oportunidades para o aprimoramento pedagógico-institucional. Com a adesão ao Sisu, por exemplo, a forma de ingresso na UFMG ficará ainda mais democrática e aberta, não exigindo mais deslocamentos para a realização das provas presenciais da segunda etapa do vestibular, como vinha ocorrendo até 2012. O aumento da concorrência, que ganha bases nacionais mais alargadas, terá também implicações relevantes para os métodos e as práticas de ensino da UFMG, contribuindo para a sua melhoria e aprimoramento constante. Por outro lado, a participação da Universidade no Sisu será decisiva para aperfeiçoar o próprio sistema, por conta da excelência de suas práticas acadêmicas, colaborando, desse modo, para avanços maiores na educação terciária do país.

## 5.2.1. OBJETIVOS, AÇÕES E METAS

### CURSOS DE GRADUAÇÃO

1. Ampliar a flexibilização da estrutura curricular
2. Incorporar outras atividades acadêmicas formadoras além de disciplinas
3. Utilizar novas metodologias e tecnologias no ensino (com produção de material didático)
4. Implementar equipes de ensino
5. Expandir o treinamento continuado de monitores de pós-graduação
6. Criar atividades acadêmicas que atendam outras áreas a fim de aumentar a oferta para formação livre
7. Incorporar alguma carga de formação à distância nos cursos, nos limites permitido por lei

### CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DO GIZ

1. Incrementar a estrutura, proporcionando, perante a comunidade acadêmica, uma efetiva valorização da docência na graduação

### INFRAESTRUTURAS FÍSICA, DE PESSOAL E ORGANIZACIONAL DOS CADs

1. Prover os equipamentos a serem instalados, mediante a definição, especificação, compra, instalação e configuração dos mesmos
2. Definir a organização dos espaços de aula e apoio administrativo
3. Alocar e treinar pessoal responsável

### EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

1. Efetuar aprimoramento contínuo do material didático e da formação de tutores
2. Intensificar a interação e a utilização de experiências entre cursos presenciais e à distância

## FORMAÇÃO DE DOCENTES (LICENCIATURAS)

1. Realizar diagnóstico sobre as licenciaturas na UFMG, com profissionais experientes e qualificados
2. Efetuar pesquisa de egressos dos cursos de licenciatura
3. Estimular a FAE a adequar melhor as disciplinas ofertadas para essa realidade
4. Articular a Universidade para responder as demandas do MEC
5. Aprofundar a discussão sobre segmentos importantes, tais como o educador infantil, o professor de ciências
6. Retomar o fórum das licenciaturas da UFMG

## ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

1. Efetuar o acompanhamento e a avaliação das escolas pela Universidade
2. Implementar e ampliar projetos de acompanhamento dos alunos do CP no Coltec
3. Avaliar a estrutura atual, visando verificar se a mesma é a mais adequada para o acomodamento e funcionamento das escolas

## MOBILIDADE ACADÊMICA NO BRASIL

1. Aprimorar os processos de divulgação dos editais de mobilidade
2. Aprimorar as políticas de implementação de bolsas de auxílio à mobilidade no âmbito da UFMG
3. Incrementar a interlocução do setor de mobilidade com as demais IFES
4. Divulgar experiências de estudantes que participaram de programas de mobilidade junto à comunidade acadêmica da UFMG
5. Realizar pesquisas sobre as práticas de mobilidade acadêmica

## ESTÁGIOS

1. Promover o desenvolvimento de mecanismos de fortalecimento de parcerias entre o Setor de Estágios e os Colegiados de Cursos de

graduação, bem como com os agentes de integração e demais instituições parceiras

2. Criar espaços de debate sobre os estágios junto ao corpo docente e discente da UFMG

## BOLSAS DE GRADUAÇÃO

1. Ampliar permanentemente o número de bolsas
2. Acompanhar de forma cada vez mais sistemática os diversos programas
3. Efetuar análise mais aprimorada do impacto das bolsas na melhoria da graduação

### 5.3. PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os Programas de Pós-Graduação da UFMG, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação, investem na qualificação de pessoal para o exercício de atividades de ensino e pesquisa, bem como para o mercado de trabalho. Os cursos de Pós-Graduação são oferecidos nos níveis de Doutorado e Mestrado – que conferem graus e expedem diplomas de, respectivamente, Doutor e Mestre e são referenciados como cursos da modalidade *stricto sensu* – e de Especialização – que expedem certificados de Especialista, sendo referenciados como da modalidade *latu sensu*.

#### 5.3.1. PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE *STRICTO SENSU*

O sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG, constituído atualmente de 72 programas, que envolvem 62 cursos de doutorado e 72 de mestrado, abrangendo as nove áreas do conhecimento, mantém-se de forma consolidada no cenário nacional. Os 10 programas que oferecem exclusivamente mestrado, são cursos criados recentemente, que se encontram em fase de consolidação. Para atender à matrícula que supera 8.000 alunos, esses programas contam com o envolvimento de um corpo docente que compreende, aproximadamente, 1.700 docentes orientadores, todos eles.

As estruturas curriculares, bem como o número de horas/créditos necessários para a integralização de cada uma delas, variam de acordo com a proposta didático/ pedagógica definida no regulamento de cada Programa, atendidos os termos do Regimento Geral e das Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG. Além do cumprimento de todos os requisitos regimentais, normativos e regulamentares, para a obtenção dos diplomas de Mestre ou de Doutor, o aluno deve elaborar trabalho final, respectivamente de dissertação ou tese, conforme o nível, a ser aprovado por Banca Examinadora.

### 5.3.1.2. EVOLUÇÃO RECENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*: AVALIAÇÕES 2004-2006, 2007-2009 E SITUAÇÃO ATUAL.

Nos anos iniciais deste século, a pós-graduação na UFMG caracterizou-se por substancial crescimento do número de programas melhor conceituados na avaliação conduzida pela CAPES, conjugado com, também expressivo, aumento do número de vagas e de matrículas, na totalidade de seus programas. A tabela 5.1, que coteja os triênios de 2004-2006 (A) e 2007-2009 (B), evidencia tais características. Os dados nela apresentados referem-se a médias aproximadas de cada triênio. Eles revelam que, em apenas um triênio, a UFMG: i) praticamente dobrou o número e o percentual de programas com conceito 6 ou 7; ii) aumentou, em mais de 30%, o número de vagas e, em quase 20%, o de matrículas, mantendo inalterado o tamanho do corpo docente; iii) o acréscimo de vagas e de matrículas, foi bem mais pronunciado nos cursos 6 ou 7, que, em seu conjunto, quase triplicou o número de vagas e mais que dobrou o número de matrículas; iv) a relação entre o número de matrículas e o de vagas diminuiu, de cerca de 2,7 para aproximadamente 2,3, o que sugere redução do tempo médio de titulação.

**Tabela 5.1 – PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* ; COTEJANDO OS TRIÊNIO 2004-2006 E 2007-2009**

| Conceito<br>CAPES | Programas/número |    | Programas/% |     | Docentes/número |       | Vagas/número |       | Matrículas/numero |       |
|-------------------|------------------|----|-------------|-----|-----------------|-------|--------------|-------|-------------------|-------|
|                   | A                | B  | A           | B   | A               | B     | A            | B     | A                 | B     |
| 7                 | 4                | 9  | 6           | 13  | 160             | 160   | 360          | 710   | 1.000             | 1.720 |
| 6                 | 9                | 16 | 14          | 23  | 270             | 270   | 230          | 910   | 660               | 2.320 |
| 5                 | 27               | 19 | 41          | 27  | 560             | 560   | 1.020        | 780   | 2.800             | 1.740 |
| 4                 | 16               | 20 | 24          | 29  | 440             | 440   | 530          | 570   | 1.500             | 1.320 |
| 3                 | 10               | 6  | 15          | 8   | 70              | 70    | 150          | 90    | 340               | 200   |
| <b>TOTAL</b>      | 66               | 70 | 100         | 100 | 1.500           | 1.500 | 2.300        | 3.060 | 6.300             | 7.300 |

Embora não se conheçam ainda os resultados da avaliação CAPES referente ao triênio 2010-2012, os números registrados nesse período sugerem que a UFMG segue sua trajetória ascendente na pós-graduação. Após 2009, a UFMG aumentou em cerca de 10%, tanto o número de cursos ofertados, como o número de vagas iniciais e registrou um notável aumento, quase 25%, tanto no número de estudantes de doutorado, como no número de teses de doutorado defendidas. Em valores aproximados, em 2010, o corpo discente dos cursos de doutorado foi de 3.400 alunos e o total de teses defendidas, de 490; números que passaram a ser, em 2012, respectivamente, 4.200 e 610.

### 5.3.2. ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE *LATO SENSU*

Esta modalidade corresponde aos cursos de Especialização, que, em sua maioria, mantêm oferta anual regular. Para obter o certificado de Especialista, além da integralização de, no mínimo, 24 créditos, o aluno deve comprovar, nos termos do regulamento de cada curso, aprovação em trabalho final. A UFMG ofertou, em 2012, 76 cursos de Especialização, que, abrangendo todas as áreas do conhecimento, atenderam a mais de 6.000 alunos. Na comparação com o triênio 2004-2006 verifica-se que também nessa modalidade o número de estudantes atendidos cresceu cerca de 15%.

### 5.3.3. PROGRAMA DE BOLSAS COORDENADO PELA PRÓ-REITORIA

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação responsabiliza-se pelo gerenciamento e/ou acompanhamento dos Programas de Bolsas de Pós-Graduação na UFMG, financiados pela CAPES e pela FAPEMIG. A tabela 5.2 sumaria os dados referentes às bolsas de mestrado (M) e de doutorado (D), atribuídas a estudantes da UFMG, entre 2008 e 2012. A tabela não inclui dados relativos a bolsas do CNPQ e bolsas financiadas por instituições privadas, decorrentes de projetos de pesquisa realizados em colaboração com a UFMG, uma vez que estas bolsas são concedidas diretamente ao pesquisador e, portanto, não são gerenciadas pela PRPG. Vale ressaltar que as bolsas CAPES incluem aquelas dos programas Demanda Social e de Excelência, bem como aquelas decorrentes de contrato firmado, em 2008, entre a UFMG e o MEC, dentro do

Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades do Sistema Federal de Educação Superior.

**TABELA 5.2 – NÚMERO DE PÓS-GRADUANDOS BOLSISTAS E MATRICULADOS NA UFMG.**

| Ano  | Alunos bolsistas |       |         |     |       |       | Alunos matriculados |       |       |       |
|------|------------------|-------|---------|-----|-------|-------|---------------------|-------|-------|-------|
|      | CAPES            |       | FAPEMIG |     | TOTAL |       | TOTAL               |       |       |       |
|      | M                | D     | M       | D   | M     | D     | M+D                 | M     | D     | M+D   |
| 2008 | 434              | 215   | 137     | 139 | 571   | 354   | 925                 | 3.782 | 2.751 | 6.533 |
| 2009 | 418              | 248   | 160     | 139 | 578   | 387   | 965                 | 3.814 | 2.880 | 6.694 |
| 2010 | 499              | 399   | 183     | 194 | 682   | 593   | 1.275               | 3.936 | 3.439 | 7.375 |
| 2011 | 959              | 840   | 202     | 221 | 1.161 | 1.061 | 2.222               | 4.028 | 3.836 | 7.864 |
| 2012 | 1.326            | 1.158 | 201     | 225 | 1.527 | 1.383 | 2.910               | 4.044 | 4.163 | 8.209 |

As informações constantes da tabela 5.2 permitem as seguintes observações:

- I. no período de quatro anos, o número de pós-graduandos bolsistas mais que triplicou. Boa parte desse crescimento decorre de acordo firmado com o MEC em 2008, para a reestruturação do ensino e a expansão de vagas. Naquela ocasião, a UFMG apresentou proposta que priorizava processos de integração do ensino de graduação com o de pós-graduação e o aumento pronunciado do número de bolsas aos pós-graduandos;
- II. no entanto, o percentual de pós-graduandos contemplados com bolsa sequer alcançou 40% do total de matrículas. Se o ideal em um programa de pós-graduação é a dedicação integral ao curso de seus estudantes, ainda há muito o que fazer, para alcançá-lo;
- III. em 2012, pela primeira vez, o número de doutorandos superou o de mestrandos. Apesar disso, os primeiros ainda são contemplados, tanto proporcionalmente, como em valores absolutos, com menor cota de bolsas. Em 2012, 38% dos mestrandos e 33% dos doutorandos foram contemplados com bolsas.

## 5.3.4. PROJETOS SETORIAIS DA PÓS-GRADUAÇÃO

### 5.3.4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional da Pós-graduação

#### 5.3.4.1.1. OBJETIVO

Aprimorar a qualidade e a excelência da pós-graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*

#### 5.3.4.1.2. METAS

1. Melhorar os indicadores de inserção internacional dos programas de pós-graduação da UFMG.
2. Estimular o estágio pós-doutoral de docentes no exterior, visando parcerias que fortaleçam a cooperação internacional, seja pela realização de projetos interinstitucionais, seja pelos programas de mobilidade acadêmica: docente e discente.
3. Estimular a produção intelectual qualificada dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação da UFMG.
4. Assegurar que maior proporção de alunos da Pós-Graduação da UFMG seja contemplada com bolsas, tanto pelo aumento das cotas estabelecidas pelas agências de fomento, quanto por meio de dotações orçamentárias da UFMG compatíveis com o Plano de Reestruturação e Expansão apresentado pela Universidade ao MEC, em 2008, e que foi aprovado pelo Ministério.
5. Adotar as medidas necessárias para estimular a admissão, na pós-graduação, de alunos provenientes de outros países, de modo a garantir uma maior proporção desses estudantes no alunado da pós-graduação da UFMG.
6. Adotar medidas que resultem na expansão das matrículas na pós-graduação em áreas que contribuam para a implementação do projeto pedagógico institucional da Universidade, inclusive no que concerne às metas previstas no Plano de Reestruturação e Expansão da UFMG, de 2008.

7. Ofertar, com periodicidade adequada, os cursos de Especialização que: apresentam demanda relevante; demonstrem potencial para gerar impacto social e revelem indicadores positivos de qualidade.

#### 5.3.4.1.3. AÇÕES

1. Incentivar a implantação de laboratórios multiusuários e interdisciplinares, para favorecer as atividades docentes e discentes de cursos de pós-graduação.
2. Ampliar o acervo das bibliotecas da UFMG, para atendimento às necessidades dos cursos de pós-graduação.
3. Aprimorar e adequar a infraestrutura dos cursos e programas de pós-graduação da UFMG, bem como destinar-lhes os recursos financeiros necessários à sua manutenção, no limite das disponibilidades orçamentárias.
4. Definir a política de expansão do número de bolsas de estudo alocado aos programas de pós-graduação da UFMG, na modalidade stricto sensu, de modo a contemplar todas as áreas do conhecimento e a observar o estabelecido no Plano de Reestruturação e Expansão da UFMG, de 2008.
5. Aumentar a participação de discentes e docentes da UFMG em programas de cooperação interinstitucional, seja com universidades do país ou do exterior; seja em programas bilaterais ou multilaterais.
6. Estimular e articular a proposição de oferta de cursos e de ampliação de vagas em áreas emergentes do conhecimento, que demonstrem potencial para atender a demandas sociais relevantes e para criar oportunidades de inclusão social.
7. Aperfeiçoar os processos acadêmicos de gestão praticados na UFMG, com o uso mais intensivo das tecnologias da informação.
8. Definir critérios para o dimensionamento da oferta de vagas nos cursos de pós-graduação, de maneira a se observar: as condições de infraestrutura disponíveis; a organização didático-pedagógica do curso e a garantia da qualidade da formação do estudante.

#### 5.3.4.2. AVALIAÇÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Criado em 1976, o sistema de avaliação da Pós-Graduação no Brasil, realizado sob a coordenação da CAPES, já passou por reformulações promovidas em diferentes momentos. Tais reformulações decorreram da necessidade de ajustamento do modelo adotado, não em razão dos novos estágios de desenvolvimento alcançados pelo Sistema Brasileiro de Pós-Graduação, mas também em decorrência da expansão e do contínuo aumento da heterogeneidade e complexidade desse sistema.

A par dessa avaliação externa, a UFMG vem promovendo, de maneira continuada, sob a coordenação da PRPG, processos de avaliação interna de seus cursos. O primeiro deles foi realizado nos anos 1981 e 1982, sendo seguido por outro, ocorrido em 1986. Novos ciclos de avaliação interna ocorreram entre 1987 e 1989; entre 2005 e 2006 e entre 2010 e 2011. O caráter sistemático que esses procedimentos vêm adquirindo tem trazido contribuições importantes para o aperfeiçoamento da pós-graduação na UFMG, contribuindo inclusive para os bons resultados alcançados na avaliação externa. Por esses motivos pretende-se que tal prática seja repetida, no período a que se refere o presente PDI.

##### 5.3.4.2.1. OBJETIVOS

Aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação interna e externa da qualidade dos cursos de pós-graduação da UFMG, nas modalidades *stricto* e *lato sensu*, bem como replicar o processo de avaliação interna.

##### 5.3.4.2.2. METAS

Definir e implementar estratégias e instrumentos permanentes de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação da UFMG.

#### 5.3.4.2.3. AÇÕES

1. Aperfeiçoar os procedimentos referentes à coleta de dados destinados à avaliação, bem como à sua disponibilização para as agências governamentais e os programas de pós-graduação.
2. Promover encontro periódicos, entre a PRPG e os programas de pós-graduação: coordenadores, colegiados e orientadores, visando a definição e a implementação das políticas de avaliação e acompanhamento acadêmico dos programas de pós-graduação.
3. Promover atividades e eventos destinados ao contínuo aprimoramento dos instrumentos de avaliação e acompanhamento acadêmico dos programas de pós-graduação.
4. Realizar os procedimentos de avaliação interna, na periodicidade estabelecida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG.

#### 5.4. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

##### 5.4.1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é atividade essencial e indispensável a uma instituição universitária. É por meio dela que o conhecimento avança, se traduz em inovações e, em decorrência destas, reflete-se em progresso social, qualidade de vida e bem estar material. Na UFMG, cada vez mais, a pesquisa está intimamente vinculada ao ensino e à extensão. Ao ensino, porque quase toda a pesquisa realizada se dá no contexto dos programas de pós-graduação e porque a iniciação à pesquisa ocorre desde os primeiros semestres da graduação. Em realidade, ainda que de forma incipiente, elas começam já na Escola de Educação Básica e Tecnológica da Universidade, por meio de projetos especialmente voltados aos jovens nessa etapa de sua formação. A vinculação à extensão universitária vem se dando de forma crescente, decorrente da compreensão, cada vez mais acentuada, de que os frutos da pesquisa devem, tão rapidamente possível, serem apropriados pela sociedade. Assim, a UFMG vem buscando os mais diferentes parceiros capazes de promover essa apropriação. É essa conjugação da pesquisa com o ensino e a extensão que a

torna absolutamente singular nas universidades, diferindo-a daquela realizada em outros organismos da sociedade.

A atividade de pesquisa na UFMG é coordenada Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPq), com a observância das políticas estabelecidas pelo Conselho Universitário e das diretrizes emanadas do CEPE. Para tanto, a PRPq se estrutura com um setor voltado para a inovação tecnológica, constituído, atualmente, pela Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), e por sua Incubadora de Empresas (INOVA); com duas Diretorias, a de Fomento à Pesquisa e a de Produção Científica; contando ainda com um setor voltado aos temas da ética na pesquisa, organizado em dois comitês: o de Ética na Pesquisa em Seres Humanos (COEP) e o de Ética na Pesquisa para Experimentação Animal (CETEA). Em caráter provisório, a PRPq está também responsável pela gestão do Biotério Central da UFMG.

Como já descrito neste PDI, o volume e a relevância das atividades da CTIT recomendam sua transformação em um Centro específico. Essa proposta é um dos projetos estruturantes do presente PDI. Assim, todo o planejamento referente a essa área, encontra-se descrito nesse projeto e não se fará, no presente capítulo, qualquer nova referência à CTIT.

Tendo em vista a necessidade de instrumentos para monitoramento da produção científica e mapeamento das competências instaladas na UFMG, foi recentemente disponibilizada a plataforma SOMOS UFMG, já acessível para consultas, pelo site [www.somos.ufmg.br](http://www.somos.ufmg.br). Trata-se de um mecanismo que permite a visualização de vários parâmetros de produção da universidade como um todo, ou estratificada por unidades acadêmicas ou departamentos. Além disso, há possibilidade da identificação dos pesquisadores com maior competência, conforme sua área de atuação. A plataforma SOMOS integra toda a rede de laboratórios e equipamentos multiusuários da UFMG, que podem ser instantaneamente localizados, por qualquer interessado, bem como o banco de patentes da Universidade.

No capítulo 3, já foi apresentado um sumário dos indicadores de pesquisa da UFMG, nos anos recentes. Em adição aos números nele descritos, convém realçar aspectos importantes da produção da UFMG em pesquisa, que ajudam a desenhar as características dessa produção. Na última década, ou um pouco mais, para além da produção científica associada a campos disciplinares bem estabelecidos, vem se desenvolvendo, as abordagens de pesquisas que escapam desses limites e se constituem em propostas multi, inter ou transdisciplinares. Nesse período, foi criado, estruturado e desenvolveu-se o Instituto de Estudos Transdisciplinares (IEAT), cujos trabalhos vêm despertando crescente interesse na comunidade acadêmica e arregimentando colaboradores.

Outro aspecto que não se deve deixar de mencionar é o desenvolvimento equilibrado da pesquisa, em diversas áreas de conhecimento, uma marca que a UFMG imprime, desde muito tempo, às suas atividades acadêmicas. Ou seja, a Instituição prioriza seu desenvolvimento harmônico nas diferentes áreas, ainda que, naturalmente, existam os grupos que se destacam por sua história, experiência e competência. Por outro lado, há que se reconhecer que, a despeito dessa política institucional, persistem heterogeneidades na produção científica da Universidade, notadamente em áreas e grupos emergentes.

#### 5.4.2. ESTÍMULO À MELHORIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFMG E DO AUMENTO DE SEU RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.

Como já mencionado anteriormente, a despeito do destacado estágio alcançado, em âmbito nacional, pela produção científica da UFMG, ela ainda está aquém do que deveria ser, para que a Universidade seja reconhecida como Universidade de Classe Mundial. Este propósito requer que seus trabalhos científicos tenham maior visibilidade internacional, de forma a dialogarem mais efetivamente com as pesquisas de ponta que se realizam nas mais conceituadas instituições do mundo. A visibilidade internacional exige também que a UFMG esteja presente, em posições ascendentes, nos mais diversos processos de avaliação mundial das instituições acadêmicas, inclusive naqueles que são genericamente referidos como rankings.

Uma universidade de classe mundial deve também sediar periódicos científicos com reconhecimento internacional. A UFMG tem uma longa experiência em sediar periódicos científicos, iniciada antes mesmo de sua fundação, na Escola Livre de Direito, uma das unidades isoladas que se associaram para a criação da Universidade. Em 1894, foi lançado, por essa Escola, um periódico científico que, com o passar do tempo, veio a se chamar Revista da Faculdade de Direito. Ao longo dos anos, diversos outros periódicos, sediados na UFMG, vieram à cena. De tal sorte que, atualmente, existem 64 periódicos científicos editados pela UFMG, dos quais 45 estão classificados pela rede Qualis ou se encontram indexados. Tais periódicos constituem veículo de divulgação do conhecimento científico gerado nas diversas áreas do conhecimento. A tabela 1 apresenta uma súmula dos periódicos científicos editados pela UFMG. O que se pretende, em relação aos periódicos editados pela UFMG, é desenvolver estratégias sustentadas de apoio institucional, de tal forma que eles alcancem a adequada visibilidade internacional, decorrente da melhoria da qualidade de sua indexação, justificando o fato de serem editados por uma Universidade que se pretende de classe mundial.

#### 5.4.2.1. OBJETIVOS

1. Reduzir a heterogeneidade da atividade de pesquisa existente entre as diversas áreas da universidade, de forma a consolidar as áreas emergentes.
2. Aumentar a visibilidade da pesquisa produzida na universidade.
3. Aumentar o número de grupos de pesquisa de elevada visibilidade nacional e internacional.
4. Expandir a colaboração entre pesquisadores da UFMG e pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa do exterior.
5. Estimular a melhoria da qualidade dos periódicos editados pela UFMG.

#### 5.4.2.2. METAS

1. Atingir em quatro anos, na totalidade dos departamentos da universidade, a produção anual de, pelo menos, 0,5 artigo em periódico, por docente e por ano, sendo 30% dessa produção, no mínimo, veiculada em periódicos dos estratos Qualis A1, A2 ou B1.
2. Alcançar, em prazo de 4 anos, a meta de que 20% da produção científica da UFMG esteja indexada pelos principais agentes indexadores: Web of Science e Scopus.
3. Aumentar, em pelo menos 40%, nos próximos quatro anos, o número de artigos indexados nos principais mecanismos indexadores.
4. Aumentar em 30%, nos próximos quatro anos, o número de artigos publicados nos periódicos situados dentre os 10% de maior fator de impacto de cada área do JCR.
5. Estabelecer, no prazo de quatro anos, colaborações internacionais envolvendo a totalidade dos departamentos da universidade, cobrindo no mínimo 50% dos grupos de pesquisa.
6. Ampliar a visibilidade internacional dos periódicos editados pela UFMG, de modo que isso se reflita positivamente na qualidade de programas de pós-graduação da Universidade.
7. Alcançar indicadores acadêmicos que resultem na presença da UFMG em todos os principais rankings internacionais de instituições universitárias, e que sua posição neles mostre contínua tendência de melhoria.

#### 5.4.2.3. AÇÕES

1. Fornecer aos departamentos com produção científica menos consolidada a assessoria de pesquisadores experientes, visando a melhoria qualitativa e quantitativa de sua atividade de pesquisa.
2. Manter e ampliar o programa destinado ao pagamento de tradução de minutas de artigos científicos, do português para o inglês, bem como ao custeio da revisão linguística de trabalhos já escritos em inglês.
3. Adotar mecanismos para estimular a produção de trabalhos científicos realizados em colaboração entre grupos de pesquisa, sejam eles da própria Universidade, ou de outras instituições, do país e do exterior.
4. Incentivar a publicação de trabalhos em periódicos classificados com altos índices de impacto.
5. Criar o Fórum dos Editores Científicos da UFMG, com o propósito de compartilhamento de procedimentos e práticas editoriais, bem como de informações relevantes à editoração e à indexação de periódicos.
6. Apoiar a participação dos editores científicos da UFMG em eventos específicos de editoração científica.
7. Produzir relatórios referentes aos diversos processos de “rankeamentos” internacionais das universidades, se necessário com o apoio de assessores e consultores, de forma a subsidiar as políticas e práticas institucionais adequadas para alcançar as metas desejadas pela UFMG.

**TABELA 1 – PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS PELA UFMG**

| Periódico  | ISSN      | Classificação CAPES (Qualis):<br>Área              | Bases Indexadoras  |
|--|-----------|--|--|
|  | 1679-3749 | A1: Letras e Linguística                           | ND   |
| Brasileiro de Medicina<br>Ária e Zootecnia           | 0102-0935 | B1: Medicina Veterinária                           | SCIELO, ISI, AGRIS, CAB, CAS,<br>MEDLINE, LILACS                   |
| Maaravi  | 1982-3053 | B1: Letras e Linguística                           | ND   |
| es em Odontologia                                    | 1516-0939 | B4: Odontologia                                    | BBO, LILACS, LATINDEX e<br>EBSCO,                                  |
| os de Psicologia                                     | 0102-3071 | B3: Psicologia                                     | ND   |
| os Técnicos de Veterinária e<br>ria                  | 1676-6024 | B5: Medicina Veterinária                           | ND   |
| na - Revista de Estudos Românicos                    | 0103-2178 | B2: Letras e Linguística                           | ND   |
| os   | 1517-3038 | C: Administração, Ciências<br>Contábeis e Turismo  | ND   |
| PS: Impasses da clínica                              | 1983-6007 | ND   | POPSIC, LATINDEX e CLASE   |
| ilidade Vista & Revista                              | 0103-734X | B3: Administração, Ciências<br>Contábeis e Turismo | ND   |
| tura   | 1807-6440 | B5: Filosofia e Teologia                           | ND   |
| ção em Revista                                       | 0102-4698 | A2: Educação                                       | SCIELO, LATINDEX, DOAJ,<br>UNAM                                    |
| ç  | 1415-594X | B4: Letras e Linguística                           | ND   |
| - Pesquisa em Educação em<br>s                       | 1415-2150 | A2: Ensino   | ND   |
| Patrimônio: Ambiente Construído<br>nônio Sustentável | 1982-9531 | B5: Arquitetura e Urbanismo                        | ND   |
| e Sociedade  | 1980-5756 | B3: Interdisciplinar                               | ND   |
| star Arquitetura                                     | 1519-468X | B3: Arquitetura e Urbanismo                        | ND   |
| n  | 0100-512X | B1: Filosofia e Teologia                           | ND   |
|  | 1516-2168 | B2: Sociologia                                     | LILACS, SPORTDISAUS,<br>LATINDEX                                   |
| Escrita  | 1981-6847 | B1: Letras e Linguística                           | ND   |
| ia   | 1676-6180 | B4: Biodiversidade                                 | BROSIS, CAB, ELSEVIER<br>GEOBASE, KEW RECORD,<br>ZOOLOGICAL RECORD |
| andum  | 1676-1669 | B1: Educação                                       | LATINDEX, CLASE, LILACS  |
| onomia   | 0103-6351 | B1: Administração, Ciências<br>Contábeis e Turismo | ND   |
| JS ANTIQUUS  | 1983-3636 | B4: Letras e Linguística                           | ND   |
| ça a Roda  | 0102-4809 | A1: Letras e Linguística                           | ND   |

ND: INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL

**TABELA 1 (CONT.) – PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EDITADOS NA UFMG**

| Periódico  | ISSN      | Classificação CAPES (Qualis):<br>Área | Bases Indexadoras   |
|--|-----------|---------------------------------------|---|
| Revista BR MUSI - Revista Acadêmica de Música                              | 1517-7599 | A2: Artes e Música                    | SCIELO, RILM, ABM, EBSCO,<br>MUSIC INDEX ONLINE   |
| Perspectivas em Ciência da Informação                                      | 1413-9936 | A2: Ciências Sociais Aplicadas        | ND  |
| Revista de Pós-graduação em Artes  | 1982-9507 | B5: Artes e Música                    | ND  |
| Revista de História em Revista   | 1982-0992 | B5: Educação                          | ND  |
| Revista de Saúde - Revista Mineira de Enfermagem                           | 1415-2762 | B2: Enfermagem                        | ND  |
| Revista Brasileira de Estudos Políticos                                    | 0034-7191 | B3: Direito                           | ND  |
| Revista Brasileira de Linguística Aplicada                                 | 1676-0786 | A2: Letras e Linguística              | SCIELO, MLA, LINGUISTICS,<br>ABSTRACTS, LINGUISTICS<br>AND LANGUAGE BEHAVIOR<br>ABSTRACTS |
| Revista da Faculdade de Direito da UFMG                                    | 0304-2340 | B5: Direito                           | ABSTRACTS   |
| Revista de Estudos da Linguagem  | 0104-0588 | A1: Letras e Linguística              | ND  |
| Revista do Centro de Estudos Portugueses                                   | 1676-515X | B1: Letras e Linguística              | ND  |
| Revista Espcom   | 1981-190X | B5: Ciências Sociais Aplicadas        | ND  |
| Revista Geografias   | 1808-8058 | B2: Interdisciplinar                  | ND  |
| Revista Geonomos   | 0104-4486 | B2: Interdisciplinar                  | ND  |
| Revista Médica de Minas Gerais   | 0103-880X | B5: Medicina                          | ND  |
| Revista de História e Sociedade  | 1518-4471 | B1: Antropologia e<br>Arqueologia     | ND  |
| Revista de Trabalho e Educação   | 1516-9537 | B3: Educação                          | IRENIE, SICS/SENAC,<br>EDUCA/FCC  |
| Revista de História e Arqueologia  | 0104-8775 | A1: História                          | SCIELO, EBSCO, REDALYE  |
| Revista de Arqueologia - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica | 1981-5875 | B1: Antropologia e<br>Arqueologia     | ND  |

ND: INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL

### 5.4.3. FOMENTO À PESQUISA E À CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O financiamento das atividades de pesquisa das universidades brasileiras se faz, em grande proporção, com recursos extra-orçamentários. Parte significativa desses recursos advém dos próprios cofres públicos, federal ou estadual, mas alocados a programas determinados, que requerem a apresentação de projetos específicos e envolvem concorrência, definida por exame de mérito científico, ao qual pode se acoplar alguns requisitos de políticas de governos. Assim torna-se essencial que tanto os pesquisadores da UFMG, quanto a PRPq, se articulem e se organizem, para obter parcela considerável desses recursos. A UFMG tem sido bem sucedida nesse

propósito. Como exemplo, citam-se os volumes de recursos captados em programas de algumas agências oficiais, nos últimos anos. No biênio 2009-2010, em diferentes programas do CNPq e da FAPEMIG, a UFMG foi contemplada com mais de 160 milhões de reais; apenas um programa gerido pela FINEP, o CT-INFRA, no período entre 2008 e 2011, alocou à UFMG cerca de 30 milhões de reais.

A PRPq é responsável, isoladamente ou em colaboração com a PRPG, pela coordenação dos seguintes programas de fomento à pesquisa, todos eles acessados pela submissão on line de propostas:

1. CT-INFRA. Trata-se de programa vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Destina-se ao financiamento da infraestrutura de pesquisa das universidades. Tem chamada anual e cada instituição pode apresentar um único projeto, ainda que contemplando vários subprojetos. Na UFMG, é gerido em parceria entre a PRPq e a PRPG.
2. Manutenção de equipamentos de pequeno e médio portes. Destina-se à manutenção de equipamentos cujo valor de aquisição se limite a cem mil reais. É programa essencial à pesquisa na UFMG.
3. Auxílio à pesquisa para professores doutores recém admitidos na UFMG. Tem o propósito de possibilitar as condições iniciais para que esses docentes tenham as condições mínimas para iniciar suas atividades de pesquisa na Universidade.
4. Apoio à participação em eventos científicos. Tem por objetivo contribuir para a divulgação dos resultados da pesquisa realizada na UFMG, bem como facilitar a interação entre pesquisadores da UFMG e de outras instituições. O programa, de acordo com sua regulamentação e dentro de seus limites orçamentários, concede diárias a professores cujos trabalhos tenham sido aceitos para apresentação nesses eventos.

5. Apoio à aquisição de equipamentos de laboratórios institucionais. Programa administrado em colaboração com a PRPG. Destina-se à aquisição de equipamentos de médio e grande portes, destinados a programas de pós-graduação recomendados pela CAPES. São contemplados prioritariamente laboratórios científicos e tecnológicos cuja utilização é compartilhada por diferentes grupos de pesquisas.
6. Apoio à redação de artigos científicos em língua inglesa. Programa destinado a apoiar a redação de artigos a serem submetidos para publicação em periódicos indexados na base de dados ISI web of Science ou na base de dados Scopus. Custeia-se, total ou parcialmente, a tradução, para o idioma inglês, de trabalhos redigidos em português, ou a revisão de textos já originalmente escritos na língua inglesa. Visa minimizar os efeitos negativos que a barreira do idioma tem sobre a produção científica da UFMG.
7. Programas institucionais de iniciação científica. A UFMG mantém 14 programas institucionais de iniciação científica, 13 dos quais envolvem o pagamento de bolsas acadêmicas aos estudantes, com recursos financeiros oriundos de diferentes agências de fomento à pesquisa e de outros parceiros.

#### 5.4.3.1. OBJETIVOS

1. Apoiar a pesquisa na UFMG, em todas as áreas do conhecimento.
2. Identificar gargalos que dificultam o desenvolvimento da pesquisa, definindo e contribuir para sua superação
3. Contribuir para a criação de instalações adequadas para o desenvolvimento de pesquisas na UFMG, inclusive aquelas de elevada complexidade, com o propósito de tornar a Universidade polo de referência nacional, em diversos temas da pesquisa científica e tecnológica.

4. Diversificar o financiamento à pesquisa na UFMG, tanto aquele advindo do setor público, como o oriundo do setor privado, aumentando o número de fontes e de programas acessados pela Instituição.

#### 5.4.3.2. METAS

1. Incentivar a criação de infraestrutura para a pesquisa de uso comum.
2. Expandir os programas institucionais de bolsas acadêmicas.
3. Estimular a instalação de laboratórios de elevada complexidade e de uso compartilhado por diferentes grupos de pesquisa.
4. Aumentar em 30% a captação de verba junto ao CNPq e à FINEP, estimulando a participação de pesquisadores em um maior número de editais.
5. Aumentar em 50% o número de projetos de pesquisa desenvolvidos envolvendo parcerias com empresas privadas.
6. Contribuir para que a totalidade dos departamentos da universidade possa contar com instalações de laboratórios e com infraestrutura compatíveis com a atividade de pesquisa que desenvolve .

#### 5.4.3.3. AÇÕES

1. Buscar parcerias com empresas privadas, visando: i) o apoio às atividades de pesquisa da UFMG; ii) o financiamento de programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica.
2. Adotar, na UFMG, plataforma laboratorial multiusuária, para permitir o acesso de todos os docentes da instituição a equipamentos adquiridos com recursos institucionais.

3. Manter e aprimorar os programas destinados à manutenção de equipamentos de pequeno e médio portes.
4. Manter e aprimorar os programas de apoio à participação docente em eventos científicos.
5. Aperfeiçoar as rotinas da Instituição, no que se refere à concorrência aos editais de fomento à pesquisa, sejam aqueles cuja participação é individual, sejam aqueles cuja participação é institucional, visando aumentar a concorrência da UFMG nesses editais e a obtenção de maior parcela dos recursos por eles disponibilizados.
6. Criar, com recursos orçamentários, programa destinado ao atendimento de demandas emergenciais relacionadas com a atividade de pesquisa.

#### 5.4.4. CONSOLIDAÇÃO DO BIOTÉRIO CENTRAL DA UFMG

Os avanços da biotecnologia criaram demandas de animais com alto padrão genético e sanitário, para a pesquisa científica nas áreas biológica e da saúde. Apesar do grande número de pesquisadores de diversas unidades da UFMG - Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola de Medicina, Escola de Veterinária, Faculdade de Educação Física e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - que necessitam de animais para o desenvolvimento de pesquisas, a Universidade, até recentemente, não contava com a infraestrutura de um biotério de produção capaz de fornecer roedores com alto padrão de qualidade genética e sanitária. O uso de animais controlados genética e sanitariamente é indispensável para o atendimento da legislação nacional e internacional que regulamenta a experimentação animal e impacta de forma contundente a qualidade dos resultados da pesquisa e o aumento das publicações em revistas científicas de alto impacto. Além disso, a produção de animais de laboratório na UFMG não era suficiente para atender a demanda dos pesquisadores, professores e alunos de pós-graduação. Com o funcionamento do Biotério Central da UFMG, os pesquisadores terão acesso a diversas espécies e linhagens de animais

isogênicos e heterogênicos, com qualidade garantida pelos certificados nacional e internacional de qualidade para animais de experimentação.

O Biotério Central da UFMG iniciou suas atividades em 2009 e, pouco depois, por razões de conveniência de momento, sua gestão ficou subordinada à PRPq. Sua estrutura organizacional inclui, como organismo maior, o Comitê Gestor do Biotério Central, integrado por representantes de todas as unidades da UFMG que utilizam animais para ensino e pesquisa, pelo Presidente do Comitê de Ética em Experimentação Animal (CETEA), além de membros indicados pela Câmara de Pesquisa do CEPE.

O Biotério Central da UFMG almeja se tornar centro de referência para treinamento e atualização de bioteristas, não só de Minas Gerais, mas de todo o Brasil, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de outros biotérios e da pesquisa realizada em todo o território nacional. Quando alcançar o pleno funcionamento, sua capacidade de produção será de cerca de 40 mil ratos e 70 mil camundongos, por ano. Como integrante da Rede Mineira de Bioterismo, o Biotério Central será também responsável pelo monitoramento genético das linhagens de camundongos e ratos mantidas nos biotérios de criação das instituições parceiras.

#### 5.4.4.1. OBJETIVO

1. Produzir animais destinados ao ensino superior e à pesquisa científica, com padrões sanitário e genético definidos, observando os critérios internacionalmente requeridos, para a validação de pesquisa científica.

#### 5.4.4.2. METAS

1. Fornecer animais experimentais, em quantidade e com a qualidade necessária, para as atividades de pesquisa da UFMG.

2. Fornecer animais para as instituições parceiras da Rede Mineira de Bioterismo, dentro das especificações requeridas e na quantidade demandada.
3. Capacitar recursos humanos para a atividade de criação de animais destinados ao ensino superior e à pesquisa científica.

#### 5.4.4.3. AÇÕES

1. Elaborar e aprovar as normas gerais para o funcionamento do Biotério Central da UFMG.
2. Suprir o Biotério Central com a infraestrutura necessária para seu pleno funcionamento: de equipamentos, de material de consumo e de recursos humanos.
3. Adquirir colônias de fundação das principais linhagens de animais a serem produzidas.
4. Definir e praticar os procedimentos necessários para disponibilizar animais produzidos: para a comunidade da UFMG, para a Rede Mineira de Bioterismo e, quando conveniente e oportuno, para outros interessados.

#### 5.4.5. APRIMORAMENTO DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA.

A atividade de pesquisa com seres humanos e animais, desenvolvida na UFMG, segue as regulamentações dos conselhos nacionais pertinentes. Com o propósito de acompanhar de perto a observância dessas regulamentações, bem como de atuar de maneira pedagógica, para disseminar na Universidade as boas práticas no campo da ética em pesquisa, a UFMG conta com dois organismos, que são vinculados à PRPq: o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) e o Comitê de Ética em Experimentação Animal (CETEA). Estes comitês também estimulam a reflexão sobre a ética na pesquisa envolvendo

seres humanos ou animais. Ambos têm composição multidisciplinar e envolvem representantes de diversas áreas da UFMG.

#### 5.4.5.1. OBJETIVO

1. Difundir na UFMG as boas práticas da ética em pesquisa com seres humanos e com animais, atendendo as regulamentações definidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelo Conselho Nacional do Controle de Experimentação Animal (CONCEA), e cuidando para que o desenvolvimento dessas pesquisas, de fato, observe os procedimentos a elas pertinentes.
2. Disseminar na comunidade universitária os procedimentos adequados para investigação científica com seres humanos ou com animais.

#### 5.4.5.2. METAS

1. Contribuir para a reflexão e o debate de temas referentes à ética em pesquisa.
2. Adequar os procedimentos e a infraestrutura dos comitês de ética para atender à legislação vigente.
3. Agilizar o processo de avaliação e de análise dos aspectos éticos envolvidos nos projetos de pesquisa considerados pelo COEP e pelo CETEA.
4. Disseminar na comunidade universitária os procedimentos adequados para investigação científica com seres humanos ou com animais.

#### 5.4.5.3. AÇÕES

1. Organizar eventos e cursos educativos sobre ética em pesquisa.

2. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos aprovados, cuidando para que se cumpram os procedimentos definidos para a realização da pesquisa.
3. Promover atividades direcionadas à qualificação e à educação continuada sobre ética em pesquisa com seres humanos e com animais.

## 5.5. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

### 5.5.1. INTRODUÇÃO

A Extensão universitária constitui-se em dimensão formativa essencial, situada no mesmo patamar que o Ensino e a Pesquisa, para o cumprimento das finalidades precípua da Universidade pública, quais sejam, a produção, o desenvolvimento e a aplicação de conhecimentos, conforme estabelecido no Estatuto da UFMG. A Extensão cumpre também papel de relevo na consolidação de um dos princípios institucionais da UFMG, especificamente, o de “interação continuada com a sociedade”; princípio este estratégico, além de essencial, para a construção de uma Universidade mais afinada com a diversidade dos anseios e interesses que constituem a sociedade brasileira e mais capaz, portanto, de contribuir para seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Consoante com o estabelecido em seu Estatuto, também o Projeto Pedagógico da UFMG situa a Extensão universitária, junto com a Pesquisa e o Ensino, como instância formativa, orientada para o favorecimento das condições de produção do conhecimento e a formação de profissionais capazes de atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com os valores de desenvolvimento social e humano.

Sendo atividade acadêmica, a extensão universitária ocorre eminentemente nos espaços tipicamente acadêmicos da UFMG: nas Unidades, nos Departamentos, junto aos seus diversos cursos, de graduação, pós-graduação e da educação básica e profissional, nos órgãos complementares e suplementares. Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) fomentar, acompanhar, avaliar, articular, divulgar, e por vezes coordenar, as ações de

extensão da Universidade. Cabe a ela também representar a UFMG nos entendimentos com os mais diferentes parceiros nessas atividades: órgãos públicos, como governos federal, estaduais e municipais; organizações não-governamentais e da sociedade civil, bem como instituições privadas. Cabe sublinhar, de modo especial, a representação junto ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex), dada a dimensão que a colaboração interuniversitária desempenha no campo do extensionismo universitário.

A PROEX compartilha a coordenação das atividades de extensão da UFMG com 29 Centros de Extensão, quase todos eles vinculados a Unidades Acadêmicas ou Unidades Especiais da Universidade. E orienta sua atuação, conforme as deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG, particularmente as de sua Câmara de Extensão.

As ações de extensão da UFMG, conforme suas características são tipificadas como Programa, Projeto, Prestação de Serviço, Curso e Evento. As características que definem cada um Alguns deles registraram expressivo crescimento numérico entre 2007 e 2011, como aponta a tabela 1. No conjunto, o número das atividades extensionistas da UFMG cresceu 15% nesse quinquênio.

**TABELA 1 – NÚMERO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELA UFMG**

| TIPO                  | 2007         | 2011         | VARIAÇÃO(%) |
|-----------------------|--------------|--------------|-------------|
| Programa              | 70           | 150          | 114         |
| Projeto               | 359          | 862          | 140         |
| Prestação de Serviços | 604          | 642          | 6,3         |
| Curso                 | 545          | 405          | -26         |
| Evento                | 573          | 414          | -28         |
| <b>Total</b>          | <b>2.151</b> | <b>2.473</b> | <b>15</b>   |

Com muita frequência, as ações de extensão da UFMG resultam em publicações ou em apresentações de trabalhos em eventos acadêmicos. Outras vezes, o resultado dessas ações se expressam por meio de um produto de natureza artística; da construção de um site da web; da confecção de um artefato educativo; da elaboração de um produto audiovisual, etc. A cada ano, as atividades de extensão da UFMG tem gerado, em média, cerca de 1.000 produtos, mais de um terço deles relativo a publicações: artigo, capítulo de

livro, livro, matéria jornalística, manual, cartilha, relatório técnico, etc.; cerca de 20% referentes a apresentações em eventos e aproximadamente 15% concernentes a produto audiovisual. As ações de extensão da UFMG apresentam boa sintonia com o ensino de graduação, atendendo requisitos estabelecidos pelas duas últimas edições do Plano Nacional de Educação: mais de 80% dos cursos de graduação já incorporaram a possibilidade de seus estudantes integralizarem créditos curriculares por meio de atividades extensionistas.

As atividades de extensão da UFMG, em sua maior parte, são financiadas pela captação de recursos junto às instâncias de governo, notadamente respondendo a editais publicados por diversos órgãos públicos, ou junto à iniciativa privada e às empresas públicas. A UFMG vem sendo bem sucedida ao concorrer aos editais públicos, com a aprovação, em destacado percentual, dos projetos que submete à concorrência. Assim é que, no biênio 2010-2011, a UFMG captou, nesses editais, cerca de 7,5 milhões de reais, para suas atividades extensionistas.

A UFMG também aloca recursos orçamentários para financiar suas ações de extensão. Há dois programas cuja ação de fomento da Universidade vem, há muitos anos, se dando de forma continuada. O primeiro deles é o Programa de Apoio Integrado a Eventos (PAIE), que abrange as quatro Pró-Reitorias acadêmicas (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão), mas é secretariado pela PROEX. Os recursos desse Programa são ainda tímidos, mas quase foram dobrados, entre 2009 e 2011, passando de pouco mais de R\$80.0000, para cerca de R\$150.000,00. O segundo programa de extensão cujo fomento da UFMG tem se dado de forma continuada e crescente é o programa de bolsas de extensão para estudantes de graduação. O número dessas bolsas mais que dobrou entre 2007 e 2011, como indica a Tabela 2 e já se aproxima de 1.000 bolsas anuais.

**Tabela 2 - Número de bolsas de extensão praticadas pela UFMG**

| 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|------|------|------|------|------|
| 423  | 518  | 620  | 687  | 899  |

### 5.5.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA OBJETIVOS

Consolidar a política de extensão universitária da UFMG, fundamentando-a nas perspectivas inter e transdisciplinares.

Acompanhar e avaliar a extensão na UFMG.

Apoiar o desenvolvimento da política nacional de extensão universitária.

#### 5.5.1.2. METAS

1. Fortalecer as instâncias de implementação da extensão na UFMG.
2. Intensificar a relação da UFMG com a sociedade.
3. Ampliar e consolidar os mecanismos de fomento às ações de extensão da UFMG.
4. Fortalecer a integração ensino-pesquisa-extensão.
5. Rever as normas da UFMG referentes á extensão universitária.
6. Consolidar o Sistema de Informação da Extensão (SIEX) da UFMG, bem como as metodologias de acompanhamento e de avaliação das ações de extensão da UFMG.
7. Intensificar a participação da UFMG na discussão, na elaboração e na implantação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país, bem como em organismos que tratam dessas temáticas, especialmente no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX).

#### 5.5.1.3 AÇÕES

1. Promover eventos destinados a debater, acompanhar e avaliar as ações de extensão universitária da UFMG.
2. Instituir medidas destinadas ao fortalecimento dos CENEX
3. Oferecer regularmente curso de aperfeiçoamento em metodologias de monitoramento e avaliação da extensão universitária.

4. Fomentar ações de extensão voltadas ao intercâmbio e à solidariedade na produção do conhecimento, bem como à cultura e à divulgação científica.
5. Ampliar o programa de bolsas de extensão para estudantes de graduação.
6. Priorizar, nas ações da UFMG de fomento à extensão, as propostas que estejam integradas ao ensino e à pesquisa, especialmente aquelas que digam respeito à flexibilização curricular e que possibilitem ao estudante obter créditos curriculares.
7. Apoiar a comunidade universitária na elaboração e na apresentação de projetos que respondam a demandas de editais, convites ou chamadas públicas.
8. Fortalecer o SIEX, com o aprimoramento de sua estrutura operacional, bem como incentivando que as ações de extensão da UFMG sejam adequadamente nele registradas.
9. Incorporar indicadores referentes à extensão universitária no processo utilizado pela UFMG para alocação de vagas docentes a seus departamentos e unidades acadêmicas.
10. Contribuir para a formulação e a implementação da Política Nacional de Extensão, do Plano Nacional de Extensão e do Programa Josué de Castro.
11. Participar das atividades do FORPROEX.

## 5.6. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

### 5.6.1. INTRODUÇÃO

A Pró-Reitoria de Administração (PRA) tem como objetivo precípuo proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da UFMG por meio da atuação nos seguintes eixos:

1. apoio administrativo e logístico geral, envolvendo a gestão das atividades de limpeza, segurança, transporte, compras, correios,

malotes, reprografia, arquivamento final e acompanhamento de cantinas e restaurantes.

2. A realização da gestão patrimonial dos bens da UFMG, em consonância com princípios de uso racional dos recursos públicos.
3. A gestão do conjunto das operações da Universidade em sintonia com princípios de proteção e preservação ambiental, à luz dos interesses da sociedade.

De forma a assegurar as ações citadas, em todas as suas vertentes, a Pró-Reitoria de Administração estrutura-se em dois departamentos:

- *Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais (DLO)*, abrangendo sete divisões, que se subdividem em 21 seções e setores, com cerca de 130 servidores do quadro permanente, além do pessoal terceirizado de Limpeza, Portaria e Vigilância, e outros, que totalizam cerca de 1.100 funcionários.
- *Departamento de Gestão Ambiental (DGA)*, fundado em três divisões, com 15 servidores do quadro permanente, além do pessoal operacional responsável pela manutenção de áreas verdes, e outros, totalizando cerca de 120 funcionários terceirizados.

Pelo amplo espectro de sua atuação, os desafios colocados à PRA são diversificados e suscitam a definição de diversos projetos no quadro do PDI-UFMG 2013-2017. Essencialmente, eles visam reduzir a defasagem existente entre o quadro de excelência acadêmica da UFMG e o ainda claudicante suporte administrativo. Assim, os objetivos, metas e ações dos projetos são descritos de forma sucinta nos tópicos a seguir, tendo como foco essencial a otimização do uso dos recursos da UFMG e a melhoria das condições de vida da comunidade acadêmica, no cenário de uso cada vez mais intensivo dos campi universitários e de demanda de serviços de qualidade.

## 5.6.2. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DA UFMG

No contexto atual de expansão da UFMG e do conseqüente crescimento das demandas, torna-se premente a modernização dos processos administrativos gerais da UFMG. Atualmente as atividades são desenvolvidas nas diferentes unidades gestoras e, em grande parte no DLO, que atua também na gestão da logística e dos serviços comunitários. Assim, face à diversidade e complexidade das atribuições do DLO e à demanda crescente por serviços pela comunidade universitária, coloca-se a necessidade de uma readequação estrutural significativa no quadro deste projeto.

### 5.6.2.1. OBJETIVO

Implantar sistema eficiente e abrangente de gestão pública, informatizando e integrando os processos administrativos nas áreas de materiais e almoxarifado; patrimônio, compras e licitações; e gerenciamento de contratos, gerenciamento orçamentário e financeiro.

### 5.6.2.2. METAS

1. Facilitar as ações de aquisição de bens e serviços, recepção e acompanhamento contratual, gestão patrimonial, estocagem, distribuição e desfazimento de bens inservíveis em toda a instituição – unidades acadêmicas e órgãos administrativos.
2. Proporcionar economia de escala e rapidez nas aquisições.
3. Otimizar os recursos humanos e materiais alocados nas atividades administrativas.
4. Desenvolver instrumentos de gestão com base nos fluxos efetivos de custeio, compras e serviços concernentes às diversas unidades gestoras.

### 5.6.2.3. AÇÕES

1. Estruturar um Departamento de Administração Geral, a partir de divisões e seções da vertente administrativa do DLO, de forma a dar suporte a toda a Universidade.
2. Implantar núcleos administrativos avançados nos campi Saúde e Montes Claros.
3. Consolidar a implantação do sistema computacional administrativo ora em curso.
4. Consolidar e ampliar a atuação da Divisão de Compras da UFMG de forma a atender a todos os órgãos e unidades, centralizando, na medida do possível, os processos de compras comuns e adotando cronograma de aquisição unificado para toda a Universidade.
5. Estruturar um sistema centralizado de recepção, acompanhamento contratual e desfazimento, atendendo o conjunto de órgãos e unidades da UFMG.
6. Formalizar procedimentos para apropriação dos custos, por unidade, possibilitando a avaliação realista da alocação do OCC a cada unidade.

### 5.6.3. APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

O quadro de expansão vivido pela UFMG nos últimos anos levou ao acentuado crescimento da demanda pelos serviços comunitários, com novas realidades operacionais e maiores exigências de qualidade dos serviços. O desafio requer abordagens criativas, com alterações no *modus operandi* tradicional, visando a melhoria do dia-a-dia na Universidade.

#### 5.6.3.1. OBJETIVO

1. Melhorar o atendimento, em termos sanitários, de diversidade e de qualidade, aos usuários de cantinas e restaurantes na UFMG;
2. Melhorar os procedimentos e condições de limpeza das instalações.

#### 5.6.3.2. METAS

1. Introduzir, nos contratos de limpeza e desinfecção das áreas da Universidade, novas cláusulas que estimulem o aumento da eficiência e da produtividade e a redução de desperdício.
2. Aprimorar os procedimentos referentes às concessões de funcionamento dos restaurantes e cantinas na UFMG.
3. Estabelecer procedimentos de acompanhamento dos contratos de limpeza e de concessões de restaurantes e cantinas, com base em avaliações dos usuários diretos.

#### 5.6.3.3. AÇÕES

1. Atualizar o levantamento de áreas das edificações e sua produtividade para alterações dos contratos de limpeza.
2. Incluir, nos contratos de limpeza, a utilização de equipamentos que possam aumentar a produtividade na prestação do serviço, sem perda da qualidade;
3. Especificar, nos contratos de limpeza, os procedimentos e as produtividades correspondentes, em função da especificidade de cada área.

4. Estabelecer procedimentos de fiscalização dos serviços de limpeza integrando as avaliações do usuário final às avaliações técnicas realizadas pelas unidades e pela Administração Central;
5. Introduzir, nos contratos de concessão de uso de cantinas e de restaurantes, cláusulas que permitam valores diferenciados em função da qualidade do serviço prestado, conforme avaliações dos usuários.

### 5.6.3. MELHORIA DA SEGURANÇA, DOS TRANSPORTES E DO TRÂNSITO

O intenso crescimento experimentado pela UFMG nos últimos anos, aliado aos impactos decorrentes dos pesados investimentos em obras de infraestrutura na região Norte de Belo Horizonte, vem resultando em pressão acentuada no Campus Pampulha, em termos de segurança, de transporte e de trânsito. Da mesma forma, o reinício da operação de grandes equipamentos urbanos em suas proximidades se, por um lado enseja melhorias em termos de disponibilidade de transporte coletivo, por outro lado agudiza questões relativas a riscos, vulnerabilidade e pressão pelo uso do espaço universitário. Neste quadro insere-se o presente projeto.

#### 5.6.3.1. OBJETIVO

Melhorar as condições de segurança física e patrimonial na UFMG, bem como a circulação de pessoas e o trânsito de veículos, aí incluídas as possibilidades de estacionamento, no campus Pampulha.

#### 5.6.3.2. METAS

1. Concluir a implantação do Plano Diretor de Segurança Universitária na UFMG, aprimorando-o com o uso de novas abordagens e ferramentas de análise.
2. Qualificar o uso do espaço público correspondente ao sistema viário e pátios de estacionamento do campus Pampulha.

3. Melhorar a mobilidade da comunidade, por meio da implantação de formas alternativas de transporte interno e da melhoria do transporte coletivo, interno e municipal;
4. Adequar as estruturas físicas e administrativas da UFMG para a gestão da frota, do transporte e da circulação na UFMG, em sintonia com as novas condições operacionais.

#### 5.6.3.3. AÇÕES

1. Concluir a instalação do sistema de monitoramento por câmeras e alarmes e sua plena integração ao Circuito Fechado de TV (CFTV).
2. Implantar: i) a identidade funcional para toda a comunidade da UFMG; ii) o controle automatizado de acesso de veículos ao campus Pampulha; iii) o controle do acesso às edificações da UFMG, com o uso de catracas e cancelas, nos ambientes em que sua administração o solicitar.
3. Adotar medidas visando melhorar a qualidade da frota de veículos da UFMG, com a introdução da manutenção preventiva e do planejamento de sua renovação, bem como adequando as condições de infraestrutura da Divisão de Transportes.
4. Melhorar as condições de segurança dos campi da UFMG, por meio do treinamento contínuo das equipes de vigilância; do emprego de técnicas de monitoramento eletrônico; da coleta de dados que permitam estabelecer indicadores de segurança adequados para orientar tanto os usuários desses ambientes, quanto a administração da Universidade.
5. Minimizar as dificuldades de mobilidade do campus Pampulha, por meio da otimização do transporte coletivo; pelo incentivo aos meios de locomoção alternativos, como a bicicleta; por intervenções em seu

sistema viário, com a melhoria da sinalização e dificultando que suas vias sejam utilizadas por veículos que pretendam apenas atravessá-lo.

6. Realizar a gestão integrada das questões relativas ao tráfego e estacionamento de veículos e circulação de pessoas, por meio da recém-criada Divisão de Circulação e Trânsito do DLO.

#### 5.6.4. ADEQUAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS

Um dos principais problemas ambientais enfrentados atualmente pela UFMG consiste na gestão de resíduos sólidos e especiais, configurando-se como o maior desafio do DGA para os próximos anos.

##### 5.6.4.1. OBJETIVO

Promover a efetiva institucionalização da gestão de resíduos no âmbito da UFMG, com o envolvimento pleno da comunidade, das unidades e da Administração Central, bem como pelo estabelecimento de: i) diretrizes apropriadas; ii) infraestrutura física e funcional necessárias; e iii) instrumentos adequados à sua implantação.

##### 5.6.4.2. METAS

1. Ampliar o envolvimento do corpo acadêmico e administrativo nas ações de gestão ambiental.
2. Buscar a aprovação, junto aos órgãos externos, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Especiais do Campus Pampulha e dos projetos de Esgoto Não Doméstico (END) para todas as unidades geradoras.
3. Implantar e consolidar um projeto universitário de gestão ambiental, envolvendo o monitoramento permanente dos efluentes.

#### 5.6.4.3. AÇÕES

1. Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos da UFMG.
2. Implantar rede de gestores de resíduos em todas as unidades acadêmicas e dependências administrativas da UFMG, trabalhando sob a orientação do DGA e com a observância das normas emanadas dos órgãos fiscalizadores.
3. Implantar a coleta seletiva de resíduos, em todas as unidades acadêmicas e dependências administrativas da UFMG.
4. Melhorar as condições de compostagem, definindo locais apropriados para o depósito de materiais e o aproveitamento de restos alimentares.
5. Adotar medidas adequadas para o descarte ou o reaproveitamento dos resíduos químicos, inclusive com a construção de entrepostos setoriais e com a criação de um banco de trocas de produtos químicos.

#### 5.6.4. PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA UFMG.

A UFMG desempenha um papel ambiental importante na cidade de Belo Horizonte, sendo o campus Pampulha a maior área verde da cidade. Destaca-se, ainda, o Museu de História Natural e Jardim Botânico e, na Região Metropolitana, as fazendas de Igarapé e Pedro Leopoldo. Em Montes Claros, o campus da UFMG apresenta, também, papel ambiental significativo.

As áreas citadas apresentam diversos problemas ambientais, alguns severos, forçando o tratamento imediato de diversas questões. A necessidade de sua adequação no tocante à legislação ambiental é patente, destacando-se o licenciamento do campus Pampulha e de diversas unidades, essenciais para a UFMG, sinalizando para a importância da elaboração de "*Planos Diretores Ambientais*".

Por outro lado, na UFMG, diversas são as unidades acadêmicas que dispõem de equipes altamente capacitadas em diferentes vertentes das ciências ambientais e energia, reputadas nacionalmente, destacando-se a Escola de Engenharia, o IGC e o ICB. Esse enorme patrimônio em recursos humanos pode ser utilizado para trazer à prática da gestão universitária as melhores modalidades de tratamento das questões ambientais, de forma sistêmica e integrada. Nessa, lógica insere-se o estabelecimento e a adoção de práticas de redução de consumo de água e energia na UFMG, em sintonia com os princípios de uso racional dos recursos naturais e da preservação ambiental, e com repercussões positivas no custeio da Universidade.

#### 5.6.4.1. OBJETIVO

Desenvolver um conjunto de medidas voltado para a recuperação do passivo ambiental e de valorização urbanístico-ambiental dos campi da Universidade, bem como estabelecer políticas e diretrizes para preservação de recursos ambientais no âmbito da UFMG.

#### 5.6.4.2. METAS

1. Regularizar o licenciamento ambiental dos campi e das fazendas da UFMG;
2. Elaborar planos diretores ambientais para os campi e fazendas da UFMG;
3. Recuperar áreas degradadas e passíveis de valorização urbanística e ambiental no âmbito da Universidade;
4. Racionalizar o consumo de água e energia elétrica na UFMG e, dessa forma, reduzir a parcela do orçamento dedicada a tais insumos.

#### 5.6.4.3. AÇÕES

1. Obter o licenciamento ambiental pleno do campus Pampulha.
2. Proceder ao descomissionamento da área do antigo posto de abastecimento da UFMG no campus Pampulha;
3. Proceder à recuperação ambiental, paisagística e urbanística do córrego Engenho Nogueira no campus Pampulha.
4. Implantar o projeto do sistema de irrigação automatizado, com o uso de poços da UFMG, na Avenida Mendes Pimentel, jardins adjacentes e horto.
5. Realizar levantamentos e estudos para subsidiar o diagnóstico e a elaboração de planos diretores ambientais dos campi e fazendas da UFMG.
6. Elaborar e divulgar técnicas, dispositivos e programas de uso racional da água, o reuso de água de consumo e o aproveitamento da água da chuva, bem como para a redução e o controle de consumo da energia elétrica, visando a efficientização energética.

#### 5.7. PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

A política de pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo em educação da UFMG é estabelecida pelo Conselho Universitário, com base em critérios e normas concernentes às atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas no âmbito da Universidade. A execução dessa política é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), a quem compete também a gestão dos recursos de pessoal da UFMG. No caso específico da política de pessoal docente, a PRORH conta com a assessoria da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e com a supervisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. À PRORH compete também cuidar

das questões referentes à gestão de pessoal e à saúde do trabalhador. Para tanto, integram a PRORH, além da CPPD, o Departamento de Administração de Pessoal (DAP), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Serviço de Apoio à Saúde do Trabalhador (SAST) e o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS/UFMG).

Desde meados dos anos de 1980, com a criação da CPPD, a UFMG vem praticando, consistentemente, uma bem sucedida política de pessoal docente alicerçada nos seguintes princípios: i) prioridade para a admissão de professores já detentores do título de doutor; ii) planejamento para a capacitação dos docentes que ainda não alcançaram esse grau acadêmico, de modo a que eles, o mais rapidamente possível, também se tornem doutores; iii) preferência pelo regime de 40 horas semanais, com Dedicção Exclusiva (DE), como instrumento indispensável para o desenvolvimento da Universidade, notadamente nos campos da Pesquisa, da Extensão e da produção intelectual delas decorrentes; iv) compreensão da necessidade de a Universidade contar também com a colaboração de professores em regime de tempo parcial, sobretudo quando existe forte interação entre a atividade acadêmica e a atividade profissional externa a este ambiente. Os resultados dessa política se expressam nos indicadores de produção acadêmica apresentados em capítulo anterior do PDI.

A partir de meados de 1990, a UFMG, assim como o conjunto das universidades do sistema federal de educação superior, passaram a se ressentir de fortes restrições à reposição de sua força de trabalho, seja docente, seja nas áreas técnicas ou administrativas, em decorrência de medidas tomadas por diferentes governos da Federação. Na área docente, o problema foi, a princípio, mitigado, com autorizações esparsas para a reposição de quadros, e, mais recentemente, equacionado, de forma mais duradoura, com a criação do banco de professores equivalentes. Mas, nas áreas técnicas e administrativas, as ações paliativas foram raras e a solução do banco equivalente se efetivou só mais recentemente. Esse cenário se agravou com a adoção de mecanismos de promoção e de incentivos financeiros, que nem sempre estão conectados com a atividade desenvolvida pelo servidor.

Assim é que, entre 2007 e 2011, a UFMG observou dois movimentos aparentemente contraditórios na qualificação de seu corpo técnico e administrativo: enquanto que a proporção de servidores com formação superior caiu quase à metade, a de servidores detentores do grau de especialista, mestre ou de doutor, mais que dobrou.

A PRORH tem atuado de forma a possibilitar ao servidor um leque de opções de aperfeiçoamento, que, ao mesmo tempo, seja adequado à sua atuação profissional e ao que a Universidade dele espera, mas também responda aos seus anseios pessoais. Assim, em 2008, foi implantado o Programa de Formação Integrada e de Qualidade de Vida na Gestão de Pessoas (PROFIQ), constituído de três subprogramas, a saber: Capacitação, Qualificação e Qualidade de Vida no Trabalho. O PROFIQ contempla: i) a revisão dos processos de trabalho, buscando aumentar sua eficiência, atender melhor o público e fornecer melhores condições de serviço ao funcionário; ii) o melhor dimensionamento da força de trabalho de cada setor, evitando sobrecarga de atividades para alguns; e iii) a melhoria da comunicação entre o servidor e a PRORH, de forma a contribuir para a agilidade das rotinas de trabalho, bem como para a adequada compreensão das ações da Pró-Reitoria. Deve-se observar que, em decorrência do PROFIQ foram concedidas, entre 2007 e 2011, mais de 1.100 bolsas para apoiar os servidores técnico-administrativos em educação, em atividades envolvendo ou a preparação para o vestibular, ou a realização de cursos de graduação. Os servidores também se beneficiaram de diversos programas de treinamento, formulados no âmbito da própria PRORH, e conduzidos por seu Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

O programa de atividades da PRORH para os próximos cinco anos centra-se nas ações de aperfeiçoamento e de atualização profissional. Tendo como referência o contexto da Universidade, suas necessidades institucionais e as particularidades de seus processos de trabalho, atenção especial será destinada ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação das atividades de capacitação e qualificação dos servidores. Considerando-se, ainda, a perspectiva de constante renovação e rejuvenescimento dos quadros

funcionais, decorrentes da plena operação do banco de funcionários equivalentes, buscar-se-ão as estratégias adequadas de qualificação que atendam às novas demandas tecnológicas da UFMG. Ao mesmo tempo, serão envidados esforços, para se dotar a carreira técnico-administrativa das universidades federais de características que incentivem a permanência nela dos servidores de bom desempenho, evitando a indesejável, e constante, renovação de quadros originadas pela insatisfação profissional.

#### 5.7.1. OBJETIVOS

1. Integrar o servidor à Instituição, mediante atividades que lhe permitam conhecer melhor os processos acadêmicos e administrativos da UFMG; os direitos e deveres dos servidores e os direitos e deveres do público em sua interação com a UFMG.
2. Promover a capacitação, a qualificação e o treinamento do servidor.
3. Promover a saúde do servidor e sua segurança no trabalho.
4. Prevenir doenças ocupacionais e evitar acidentes de trabalho

#### 5.7.2. METAS

1. Estabelecer programas de treinamento dos servidores técnico-administrativos em educação, voltados ao desenvolvimento de habilidades e ao uso de ferramentas pertinentes à função que exerce e ao ambiente organizacional em que atua.
2. Preparar servidores para o desempenho de atividades de gestão.
3. Estabelecer a cultura da educação continuada na UFMG.
4. Desenvolver programas voltados à readaptação ao serviço de servidores que, em decorrência de comprovados problemas de saúde, necessitem alterar sua atividade profissional.

#### 5.7.3. AÇÕES

1. Desenvolver e praticar processos de acompanhamento profissional dos servidores.

2. Oferecer programas de treinamento em serviço diferenciados conforme o setor de atuação do servidor técnico-administrativo em educação.
3. Adotar medidas facilitadoras da participação do servidor em eventos correlacionados à sua atividade profissional.
4. Manter e aprimorar a política de qualificação dos servidores em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
5. Criar o Serviço de Atendimento ao Servidor, a ser acessado por via eletrônica.
6. Estabelecer, dentro dos programas de qualificação e treinamento da PRORH, o estágio de curta duração, destinado ao aprimoramento profissional.
7. Manter o curso de especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.
8. Manter em funcionamento o Grupo de Reinserção Profissional, instituído pelo SAST.
9. Manter o programa Prevenção de Riscos Ambientais do SIASS.
10. Manter o projeto Fisiolaborial, bem como o projeto Autoestima, destinados a promover a qualidade de vida no trabalho.

## 5.8. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

### 5.8.1 - INTRODUÇÃO

Durante vários anos, desde o início dos anos 1980 até meados da década de 1990, o Brasil experimentou uma sucessão de crises econômicas que impactaram, negativamente, várias dimensões da vida nacional. De fato, desde o final dos anos 1970 o surto de crescimento chamado de “milagre” econômico brasileiro já se encerrara, dando lugar a uma longa fase de baixas taxas de crescimento econômico, ao mesmo tempo que se manifestavam a crise da dívida externa, a crise inflacionária, a crise do Balanço de Pagamentos, que vão marcar o país nos anos 1980. Estas diversas manifestações da crise econômica tiveram, naturalmente, repercussões políticas e sociais. No campo político, a década de 1980, tida como “década perdida” não o foi, de modo algum, na medida em que foi palco de um vigoroso ressurgimento da

mobilização política e social que, não só, vai por fim à ditadura militar, quanto significou a emergência de uma diversificada rede de instituições representativas da sociedade civil autônomas e combativas.

A constatação desses avanços políticos e organizativos não quer minimizar as variadas e intensas consequências negativas da crise econômica. Com efeito, no essencial a crise dos anos 80 no Brasil, interrompeu um longo período de crescimento econômico, iniciado nos anos 1930, um dos maiores experimentados por qualquer economia capitalista no mesmo período, e que, no entanto, não significou a transformação qualitativa da economia brasileira que, manteve-se, periférica, dependente, subdesenvolvida. Celso Furtado, um dos maiores nomes do pensamento econômico brasileiro, foi enfático em dizer que a superação do subdesenvolvimento não decorrerá de simples aumento das taxas de crescimento econômico, que o desenvolvimento econômico-social que é necessário ser construído, pressupõe transformações estruturais, pressupõe a distribuição da renda, da riqueza, do poder e da informação, pressupõe a “distribuição primária de renda”, que tanto significa a distribuição da renda e da riqueza, quanto a distribuição da capacidade de apropriação plena das novas tecnologias pelo conjunto da sociedade, tanto no sentido imediatamente produtivo, quanto, decisivamente, como instrumento emancipatório.

Para Celso Furtado, a construção do desenvolvimento econômico-social é processo de transformação estrutural, resultante de mobilização social em torno de reformas, é processo que, também, não pode prescindir de planejamento. Diz Furtado: “O mercado sozinho não pode resolver o problema. Não é capaz de mudar as estruturas, o que é fundamental.” (...) “o planejamento não deve destruir as raízes da criatividade. Existe esse risco, pois planejar é impor uma racionalidade que está assumida por todos.” (...) “Seja qual for seu nível de desenvolvimento, uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional.” (FURTADO, Celso, **O Longo Amanhecer**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pp. 78-79).

Tanto a crise econômica, dos anos 1980, quanto o vagalhão neoliberal que se instalou no país, no início dos anos 1990, tiveram igual efeito sobre o planejamento, na verdade sobre o Estado, como instrumento do desenvolvimento econômico-social. De fato, seja a crise, seja o neoliberalismo desmontaram os sistemas de planejamento, submetendo a economia ao mercado, isso é, ao mais forte, aos mais poderosos, ao grande capital.

A crise e o neoliberalismo desmontaram os sistemas de planejamento; passou a ser crime – lesa a sagrada lei do mercado – falar-se em políticas setoriais, em intervenção corretiva ou indutora, em definição de objetivos a partir do interesse social, em controle de variáveis econômicas chaves como o câmbio.

A universidade pública brasileira, é claro, sofreu, também, as consequências da devastação descrita aqui. Sofreu pesados cortes orçamentários, teve sua autonomia constitucional estrangida. Ainda assim, manteve-se como espaço efetivamente republicano, de nenhum modo obrigado a se submeter à mercantilização, ao individualismo, aos modismos.

A universidade, instituição plurissecular, tem se modificado em função de seu tempo, de seu lugar, de suas circunstâncias. A universidade tem lugar especial nessa época de vertiginosas transformações, em que um extraordinário surto de desenvolvimento tecnológico coexiste com espantosos processos de obscurantismo políticos, religiosos, étnicos, sexuais, em que se fala de crise civilizatória.

A universidade pública brasileira deve responder a esses desafios gerais, postos para o conjunto das universidades, sem descurar de suas peculiaridades nacionais, da pauta específica que lhe é imposta pelas condições periféricas do país e seus traços constitutivos: as iníquas desigualdades sociais, econômicas, políticas e regionais.

## 5.8.2 - LINHAS GERAIS DO PLANEJAMENTO NA UFMG

A UFMG tem uma considerável experiência de planejamento, seja no referente ao planejamento físico e territorial, seja no campo administrativo, financeiro e acadêmico. Essa experiência de planejamento esteve sempre ancorada num sólido arranjo institucional baseado em órgãos colegiados e estruturas administrativas regulamentadas e transparentes.

Nesse sentido, se é possível reclamar-se de certa lentidão na tomada de decisões, não se deve subestimar o quão positivo tem sido o processo de tomada de decisões na UFMG, baseado em amplo acesso à informação e debates.

Sem buscar periodização exaustiva é possível dizer que a UFMG está entrando em uma terceira fase de seu processo de planejamento: a primeira foi de sua criação, em 1927, até 1968/69, marcam essa fase: a incorporação de várias unidades acadêmicas ao núcleo inicial; a federalização da universidade em 1949; o início da implantação do campus da Pampulha; a reforma universitária de 1968 e o primeiro vestibular unificado de 1969. A segunda fase vai de 1968/69 até a implantação do REUNI, Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais Brasileiras, em meados dos anos 2000. São marcos dessa fase: a continuidade da implantação do campus da Pampulha; a criação do campus de Montes Claros; a implantação e expansão do ensino de pós-graduação; a ampliação da prática de pesquisa entre as várias unidades e departamentos da UFMG. A terceira fase, iniciada com a implantação do REUNI, está em curso e tem como objetivos: ampliação de vagas discentes e democratização do acesso à UFMG; intensificação e generalização das práticas, atividades e instrumentos interdisciplinares; ampliação das políticas e atividades de mobilidade internacional de discentes e docentes e de internacionalização da UFMG; expansão do ensino de pós-graduação e das atividades de pesquisa científica e tecnológica; expansão e aperfeiçoamento da política de assistência estudantil; reestruturação e expansão das atividades culturais; reestruturação e expansão do sistema de tecnologia de informação; reestruturação e expansão do sistema de

comunicação social; reestruturação dos serviços de planejamento físico e territorial e de projeto arquitetônico; manutenção predial e obras; reestruturação da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento; consolidação de sistema de disponibilização de informação, auditoria e ouvidoria; consolidação do campus da Pampulha com a transferência de unidades acadêmicas; elaboração de plano diretor do campus de Pedro Leopoldo.

### 5.8.3 - REESTRUTURAÇÃO DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG – sofreu modificações a partir de 2010. Basicamente, foram duas as grandes mudanças processadas. A primeira incidiu sobre os setores de projetos arquitetônicos, manutenção predial e obras, que antes estavam na PROPLAN e foram agrupados na Superintendência de Infraestrutura e Manutenção – SIM – que foi criada. Permaneceu na PROPLAN, o Departamento de Planejamento Físico e Projetos – DPFP – que passou a ter as seguintes funções: elaborar planos diretores, elaborar planos de mobilidade e acessibilidade dos campi; elaborar estudos sobre a interação entre os campi e os seus entornos; elaborar modelos de padronização de edificações, mobiliário e sistemas ambientais; colaborar com os departamentos de projetos, manutenção e obras ligados à Superintendência de Infraestrutura e Manutenção; elaborar estudos e projetos especiais.

A outra grande mudança experimentada pela PROPLAN foi a tarefa que lhe foi dada pelo Reitor de coordenar e apoiar projetos e programas acadêmicos estruturantes intersetoriais e culturais. Listem-se algumas dessas atividades: apoio à realização da Bienal de Arte Universitária da UFMG – 2012; apoio à realização da IIIª e IVª Semana de Música Antiga da UFMG 2011 e 2013; apoio à realização do **1º Festival de História**, promovido pela Revista de Biblioteca Nacional e IPHAN – 2011; coordenação do projeto de levantamento do acervo e lançamento do livro sobre o acervo artístico da UFMG – 2011; apoio à retomada do coral Ars Nova da UFMG – 2013; coordenação do projeto de

relançamento da Revista da UFMG – 2012; apoio à elaboração do projeto de criação do Centro de Referência da Música Mineira/Museu Clube da Esquina, 2013; coordenação do projeto do Centro de Artes Performáticas da UFMG – 2012/2013; coordenação da elaboração do projeto do Centro de Museus e Espaços Esportivos da UFMG – 2012/2013; continuidade da implantação do campus Cultural de Tiradentes (inauguração do Museu Padre Toledo – 2012); coordenação da participação da UFMG na Conferência Rio +20; coordenação do projeto de criação do Centro de Apoio à Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG; coordenação do Fórum de Estudos Contemporâneos de UFMG; coordenação do projeto: **UFMG – Universidade de classe mundial**; coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional; coordenação do projeto de criação da Pró-Reitoria de Cultura da UFMG; coordenação da Comissão de Licenciamento Ambiental e da comissão de Reestruturação do Centro Esportivo Universitário; acompanhamento e apoio ao projeto de implantação do Sistema de Arquivos da UFMG.

#### 5.8.4 - ESTRUTURA DA PROPLAN

##### 4.8.4.1. OBJETIVOS DA PROPLAN

Cabe à PROPLAN o planejamento físico e territorial da UFMG; a elaboração e o controle do orçamento; o gerenciamento dos recursos financeiros, a análise de consolidação das demonstrações contábeis; a orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações; a viabilização da celebração de convênios; o acompanhamento da situação do patrimônio imóvel da UFMG e o atendimento às demandas do MEC, da CGU (Controladoria Geral da União), AGU (Advocacia Geral da União), TCU (Tribunal de Contas da União) e Ministério Público Federal e Estadual; análise e acompanhamento das propostas de criação de cursos de pós-graduação que envolvam recursos financeiros.

##### 5.8.4.2. ÓRGÃOS DA PROPLAN

- Pró-Reitor e Pró-Reitor Adjunto

- Secretaria do Gabinete da Pró-Reitoria
- Assessoria Geral
- Departamento de Planejamento Físico e Projetos
- Departamento de Contabilidade e Finanças
- Departamento de Controle Orçamentário

#### 5.8.4.2.1. PRÓ-REITOR ADJUNTO

Ao lado de coordenar e dirigir os diversos departamentos e serviços sob sua responsabilidade, cabe ao Pró-Reitor participar do Conselho de Diretores da UFMG e assessorar o Reitor, a Vice-Reitoria e apoiar as outras pró-reitorias e demais órgãos da administração central e das unidades acadêmicas nas questões referentes à planejamento físico e territorial, orçamento, contabilidade, finanças e convênios.

Cabe ainda ao Pró-Reitor elaborar e coordenar projetos, programas acadêmicos intersetoriais e estruturantes.

#### 5.8.4.2.2. SECRETARIA DO GABINETE DA PRÓ-REITORIA

É órgão de apoio ao gabinete da Pró-Reitoria encarregada de organizar a agenda do Pró-Reitor, fazer circular e controlar a documentação pertinente ao gabinete da Pró-Reitoria; secretariar reuniões do Pró-Reitor; redigir ofícios e expedientes; providenciar passagens e diárias; manter organizado o arquivo do gabinete da Pró-Reitoria; controlar e manter atualizado o patrimônio da UFMG sob sua guarda; receber e direcionar ligações e mensagens eletrônicas; executar serviços externos do gabinete; recepcionar convidados externos e pessoal interno; representar o gabinete junto ao Departamento de Pessoal.

#### 5.8.4.2.3 – ASSESSORIA GERAL

Compete à assessoria geral apoiar todos os órgãos internos à PROPLAN, cuidando, especialmente, do acompanhamento da elaboração e execução orçamentária, da situação do patrimônio imóvel da UFMG e do atendimento das demandas dos órgãos de controle.

Está também a cargo da Assessoria Geral a elaboração da matriz de recursos orçamentários a ser distribuída para as unidades acadêmicas. Faz parte da assessoria a Coordenação de Gestão da Informação e a análise e acompanhamento financeiro dos cursos de pós-graduação.

#### 5.8.4.2.4. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO FÍSICO E PROJETOS

Compete a este órgão: elaborar os planos diretores dos campi da UFMG; elaborar os planos de mobilidade, acessibilidade dos campi; elaborar os sistemas ambientais; elaborar os modelos de padronização das edificações, mobiliário e sistemas construtivos da UFMG; elaborar estudos e projetos especiais; colaborar com os departamentos de projetos, manutenção e obras da Superintendência de Infraestrutura e Manutenção.

#### 5.8.4.2.5. DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Este Departamento está organizado segundo s seguintes divisões:

- a) Secretaria Administrativa – encarregada de prestar assessoria administrativa à Diretoria e demais divisões, fornecendo subsídios necessários à manutenção da qualidade de seus serviços;
- b) Divisão de Administração Financeira – encarregada de desenvolver ações visando o controle da movimentação dos recursos financeiros da UFMG, segundo a legislação e a as melhores práticas do serviço público;
- c) Divisão de Análise e Contas – encarregada de prestar assessoria às UC's visando a execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- d) Divisão de Contabilidade – encarregada de zelar pelas demonstrações contábeis da UFMG, de modo a que reflitam a realidade financeira, patrimonial e orçamentária da UFMG;
- e) Divisão de Convênios – encarregada de prestar assessoria à comunidade acadêmica no referente à formalização e tramitação de ajustes; de gerenciar e controlar os ajustes firmados pela UFMG de modo a assegurar o atendimento dos objetivos e a correta aplicação dos recursos segundo a legislação vigente.

#### 5.8.4.2.6. DEPARTAMENTO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

A distribuição de recursos pelo MEC para as universidades obedece a dois critérios. A maior parte dos recursos é transferida mediante a utilização de uma matriz que considera, de um lado, variáveis referentes ao tamanho das instituições como: número de alunos de graduação e pós-graduação, dimensão física das edificações das instituições, entre outras. Esse item da matriz correspondia, inicialmente, a 70% do peso da distribuição dos recursos. Hoje, o peso desse item na distribuição de recursos na matriz representa mais de 80% do total. O outro grande item da matriz é o referente a variáveis que refletem aspectos qualitativos da atuação das universidades como índice geral de desempenho dos cursos de graduação; as avaliações dos cursos de pós-graduação feitas pela CAPES, entre outros. Inicialmente, o peso desse item na matriz de distribuição de recursos era 30%, estando hoje aproximando-se de 10%, em visível rota de desvalorização dos necessários esforços de melhoria da qualidade, de aprimoramento e construção de excelência, que são hoje os grandes desafios da universidade pública brasileira.

A segunda parte dos recursos orçamentários transferidos pelo MEC para as universidades tem destinação exclusiva destinando-se a financiar programas específicos como o de Assistência Estudantil; Educação Técnica e Profissional; Ensino à Distância, entre outros programas.

Aprovados os recursos orçamentários pelo Congresso Nacional, mediante a LOA, o MEC atualiza os dados da matriz de distribuição de recursos econômicos e comunica às Universidades o quanto lhes cabe. No caso da UFMG, desde o primeiro semestre de cada ano são solicitadas das unidades acadêmicas e dos órgãos da administração central suas propostas orçamentárias, que são consolidadas e confrontadas com os recursos efetivamente disponíveis pela LOA. Dá-se, então, processo de discussão da situação orçamentária visando a sua adequação aos recursos disponíveis.

Também no âmbito interno à UFMG é usada uma matriz de recursos orçamentários semelhante à utilizada pelo MEC. De fato, essa matriz foi elaborada pela UFMG sendo posteriormente incorporada pelo MEC para a distribuição dos recursos para as instituições federais do ensino superior.

Para a distribuição de recursos em 2013, há proposta já aprovada preliminarmente pelos diretores de unidades acadêmicas no sentido de calibrar as variáveis da matriz no sentido de que ela volte a distribuir recursos segundo a divisão: 80% contemplando variáveis que refletem aspectos quantitativos, 20% refletindo os aspectos qualitativos.

Para acompanhar a elaboração das propostas orçamentárias e controlar a execução do orçamento a Diretoria de Controle Orçamentário estruturou-se sob a forma de duas coordenadorias: coordenadoria de apoio à elaboração de proposta orçamentária e coordenadoria de acompanhamento da execução orçamentária.

#### 5.8.4.3. METAS ESTRUTURANTES DA PROPLAN

- a) Permanente atualização dos Planos Diretores dos Campi da Pampulha; Saúde; Montes Claros.
- b) Elaboração do Plano Diretor de Pedro Leopoldo.
- c) Elaboração do Plano Diretor do Campus Cultural de Tiradentes.
- d) Consolidação do Manual Básico de Padronização de edificações, mobiliário, sistemas ambientais e sistemas construtivos da UFMG.
- e) Implantação de processo de elaboração da proposta orçamentária com duas etapas: i) recebimento das propostas orçamentárias das unidades acadêmicas e dos órgãos de administração central em junho; ii) retorno das propostas orçamentárias aos órgãos da UFMG com base na PLOA, setembro; iii) elaboração do orçamento final, com base nos recursos efetivamente liberados pela LOA.
- f) Continuidade dos esforços de retorno da distribuição de recursos pela matriz a partir da ponderação (70% dimensão quantitativa; 30% dimensão qualitativa);

- g) Com base nesta efetiva distribuição de recursos para as unidades acadêmicas decorrente de mudança da matriz, valorizar as ações e políticas inovadoras das unidades acadêmicas.
- h) Instituir mecanismos de aferição de eficiência de gasto de recursos pelas unidades acadêmicas de tal modo que os eventuais ganhos resultantes de práticas inovadoras, sustentáveis e academicamente qualificadas sejam revertidas para as unidades responsáveis por essas práticas.

#### 5.8.4.4. AÇÕES ESTRUTURANTES DA PROPLAN

- a) Instituir o calendário de elaboração do orçamento da UFMG.
- b) Consolidação do Fórum de Estudos Contemporâneos como instância de estudos, debates e formulações de projetos, programas e ações interdisciplinares e intersetoriais estruturantes e inovadores.
- c) Elaboração e coordenação de Projeto de Desenvolvimento Institucional de Apoio Administrativo e Acadêmico, às unidades da UFMG.
- d) Elaboração e coordenação do Centro de Apoio a Atividades de Ensino e Pesquisa e Extensão da UFMG.
- e) Coordenação do Centro de Referência de Estudos e Pesquisas em Humanidades da UFMG.

#### 5.9. SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO

A Superintendência de Infraestrutura e Manutenção (SIM), vinculada diretamente ao Gabinete do Reitor, foi criada por ato do Reitor: Portaria 016 de 18/02/2011. Sua criação decorreu da necessidade de se atribuir prioridade absoluta aos programas de construção e reforma de prédios, tanto para atender ao Plano de Reestruturação e Expansão da UFMG, como para propiciar instalações laboratoriais adequadas a diversas atividades de pesquisa desenvolvidas pela UFMG.

A Superintendência de Infraestrutura e Manutenção tem na sua estrutura dois departamentos e dois setores:

- Departamento de Obras (DO) – responsável por todas as obras e reformas nas edificações e áreas externas da universidade. Anteriormente o Departamento de Obras era vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (Proplan).
- Departamento de Manutenção da Infraestrutura (DEMAI) – responsável por todas as atividades de manutenção da universidade: predial, laboratorial, equipamentos em geral, elevadores, etc. Anteriormente o Departamento de Manutenção era vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PRA).
- Setor de Orçamento de Obras – responsável pela confecção e fiscalização das compras de orçamentos de obras e reformas da universidade.
- Setor de Compras e Contratos – responsável pelas licitações, contratações e acompanhamento de execução de contratos relativos ao DO, DEMAI e Setor de Orçamento e Obras.

#### 5.9.1. OBJETIVO

Modernizar a gestão de serviços de execução de obras, reformas e manutenção da UFMG, de modo a adequá-los à complexidade inerente ao funcionamento de uma universidade de classe mundial.

#### 5.9.2. METAS

1. Dotar a UFMG de estrutura gerencial adequada à realização das atividades previstas no planejamento de obras e reformas elaborado pela Proplan.
2. Adotar métodos de planejamento como ferramenta para implementar processos eficientes e efetivos de gestão.
3. Implementar novas tecnologias e processos na execução de obras, reformas e manutenção da universidade.

4. Implantar práticas de gestão de pessoas de modo a potencializar suas competências.
5. Normatizar e padronizar os procedimentos utilizados nas aquisições de serviços de obras, reformas e manutenção predial e de áreas comuns.
6. Garantir qualidade e longa durabilidade nas construções da UFMG.
7. Capacitar seu corpo técnico e administrativo, com vistas à melhoria da gestão de serviços de execução de obras, reformas e manutenção

### 5.9.3. AÇÕES

1. Implantar estruturas e equipes de pessoal, em todos os setores, para atuar em condições de produzir os resultados demandados pelo órgão de planejamento da UFMG.
2. Desenvolver projetos de treinamento para capacitar as equipes de pessoal envolvidas nas diferentes etapas da execução de obras, reformas e manutenção.
3. Avaliar e melhorar continuamente as rotinas e procedimentos das diversas áreas que compõem os serviços da Superintendência.
4. Implantar métodos, procedimentos e processos de capacitação para aumentar a eficiência e a eficácia do Setor de Compras e Contratos.
5. Implantar banco de normas técnicas para subsidiar a elaboração de licitações e a fiscalização de contratos de execução de obras, reformas e serviços.
6. Implantar banco de editais para subsidiar a elaboração de licitações de obras, reformas e serviços.
7. Implantar modelos de cadernos de encargos para subsidiar a elaboração de licitações de obras e reformas.
8. Implantar metodologia de fiscalização das obras e reformas contratadas que garanta qualidade e longa durabilidade às construções da universidade.

## 5.10. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A UFMG teve seu primeiro sistema computacional implantado em 1967, quando foi criado o Centro de Processamento de Dados, posteriormente transformado no Centro de Computação, a partir de 1970. Atualmente a universidade possui uma Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), vinculada diretamente à Reitoria e responsável por traçar as políticas estratégicas na área, além de coordenar e acompanhar sua implementação pelos seus dois órgãos executivos: o Centro de Computação (CECOM), órgão auxiliar, com perfil de apoio administrativo; e o Laboratório de Computação Científica (LCC), órgão suplementar, com perfil de apoio a atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), com regimento próprio e um conselho diretor. A esta estrutura ficam vinculadas as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a qual abrange as áreas de informática, computação, telecomunicações e redes.

Os sistemas de TIC implantados na UFMG atendem não só às atividades de gestão acadêmica do ensino de graduação e de pós-graduação, mas também à gestão da educação básica e profissional e ao suporte às atividades de pesquisa e extensão. São igualmente cobertas as áreas de gestão administrativa, patrimonial e de recursos humanos. Os diversos sistemas correntemente em uso estão construídos em plataformas tecnológicas distintas, mas com integração de suas bases de dados e com uso preferencial de software livre. Compreendem soluções baseadas em ambiente cliente/servidor e ambiente web, além de sistemas ainda em ambiente mainframe, os quais, gradativamente, estão sendo substituídos por novas versões.

A Diretoria de Tecnologia da Informação vem trabalhando na expansão e atualização desses sistemas, em resposta às demandas da comunidade universitária e aos avanços da tecnologia na área. Investimentos estão sendo feitos para que o ambiente web se torne padrão, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços pelos usuários, seja pela rede interna ou pela Internet. Nessa direção, construiu-se uma metodologia apropriada para projeto, desenvolvimento e implantação dos novos sistemas, em paralelo com a

capacitação dos profissionais do quadro, bem como para a definição dos serviços complementares que se fizerem necessários.

O portal minhaUFMG ([minha.ufmg.br](http://minha.ufmg.br)) exemplifica bem esse esforço. Construído a partir do projeto Grude, instituído em 2001 com o objetivo de aglutinar a população universitária em torno de uma mesma ferramenta informacional, o portal oferece, aos membros de nossa comunidade universitária, um ponto único de acesso via web, para uma série de serviços de TIC. Nele é empregada a tecnologia de Single Sign-On (SSO), que permite que o usuário entre uma única vez com o seu identificador e senha, para ganhar acesso a diversos sistemas e serviços. O usuário visualiza tão somente os sistemas cujo acesso é permitido à sua categoria: aluno, servidor, professor, gestor, secretário, etc. A segurança é garantida por um esquema de senhas e criptografia, apoiada por uma base de cadastros central, construída com tecnologia LDAP (Lightweight Directory Access Protocol).

Esse portal oferece uma vasta gama de serviços a toda comunidade universitária: correio eletrônico; listas de discussão com acesso pela web e catálogo de usuários pesquisável; e-mails institucionais para pessoas em exercício de cargos administrativos; diários de classe eletrônicos, referentes a todas as disciplinas de graduação e pós-graduação. Também é oferecido um ambiente de suporte à educação a distância via web, baseado no software livre Moodle, utilizado não só para os cursos a distância, mas também como apoio às disciplinas presenciais e como ferramenta de trabalho colaborativo. Sistemas de matrícula, com interface web, são disponíveis tanto para graduação quanto para a pós-graduação, permitindo o processo de matrícula de veteranos por meio da Internet. Sistemas específicos tem sido construídos, para atender demandas da comunidade universitária. Exemplo disso é o SIEX, construído a pedido da Pró-Reitoria de Extensão, para o adequado registro das atividades de extensão da UFMG. Com o suporte do LCC, são também oferecidos serviços de videoconferência, hospedagem de websites pessoais e institucionais, e bibliotecas digitais para armazenamento e recuperação de qualquer tipo de documento eletrônico, com direitos de autoria observados.

Esse universo de sistemas e serviços apoia-se em uma infraestrutura de rede própria, de alta velocidade (Gbps), denominada Rede Giga. Utilizando fibras ópticas, adquiridas com recursos da Finep e do Ministério da Ciência e Tecnologia, cuja instalação envolveu também parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, a Rede Giga interliga o Campus Pampulha, o Campus Saúde e as unidades localizadas em outros locais da cidade, a saber, a Escola de Arquitetura, a Faculdade de Direito, o Conservatório, o Centro Cultural, o Espaço do Conhecimento e o Museu de História Natural e Jardim Botânico. A Rede Giga se conecta à Internet através do POP-MG, ponto de presença em MG da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), infraestrutura de Internet para centros de ensino e pesquisa federais, mantida pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Utilizando linhas de comunicação de dados da RNP, o Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG, localizado na cidade de Montes Claros (a cerca de 400 km de Belo Horizonte) também se conecta à estrutura de rede do Campus Pampulha. Com os recursos de que dispõe, essa estrutura de rede permite a realização de atividades de videoconferência e de transmissão de áudio e vídeo, o que viabiliza a implantação de projetos avançados como, por exemplo, os de Educação a Distância e de Telemedicina. O ICA beneficia-se ainda dos serviços de transmissão de voz, tanto os de telefonia convencional, quanto aqueles referentes às novas tecnologias de VoIP (Voz sobre IP), a baixo custo. Encontra-se em fase final de implantação a Rede Sem Fio da UFMG complementar à Rede Giga, que possibilita o acesso à Internet a partir de dispositivos móveis (laptops, notebooks, smartphones, tablets, etc.), dentro de qualquer espaço UFMG, seja no Campus Pampulha, no Campus Saúde, em unidades e órgãos localizados em outros espaços no centro de Belo Horizonte, o que, a médio prazo, será também acessível ao ICA, em Montes Claros.

Os desafios seguintes dizem respeito à melhoria e ampliação dos sistemas em operação, à substituição de sistemas muito antigos por novos, à ampliação do portfólio de serviços oferecidos, à modernização da infraestrutura física e à organização da área em torno dos conceitos de Governança de Tecnologia da Informação. Tanto o portal quanto os serviços de correio eletrônico e de

suporte ao ensino a distância estão sendo reestruturados, para permitir maior agilidade de resposta, maior disponibilidade e maior facilidade de uso. O Sistema de Gestão Acadêmica da Graduação, principal sistema ainda em operação no ambiente mainframe, com sua nova versão, em tecnologia web, encontra-se em fase inicial de implantação, já tendo sido empregado, de forma experimental, para a matrícula do primeiro semestre letivo de 2013. Quando em pleno funcionamento, esse sistema possibilitará eficiência bem maior dos serviços e considerável redução de custos. O processo total de implantação deste novo sistema se estenderá até 2014.

A partir da entrada em operação deste novo Sistema de Gestão Acadêmica, passa-se a trabalhar com a ampliação do que será conhecido como “Sistema UFMG”, um sistema constituído por diversos serviços, com interface web e suporte de uma única base de dados integrada, dotada de alto grau de confiabilidade e segurança. A médio prazo, serviços relacionados a gestão administrativa, gestão patrimonial e gestão de recursos humanos serão desenvolvidos e integrados nesse ambiente. Um novo prédio, no momento em fase de projeto, será construído para abrigar as equipes técnicas e equipamentos vinculados à Diretoria de Tecnologia da Informação, permitindo total modernização das instalações físicas, melhor integração das equipes e operação ininterrupta, graças a sistemas de reserva e geração emergencial de energia. A modernização das infraestruturas internas de rede de dados das diversas unidades acadêmicas e administrativas é outra meta de porte, uma vez que os problemas derivados do envelhecimento dessas estruturas se reflete em baixa qualidade nas comunicações de dados para o público local. Deve-se mencionar que a RNP estará inaugurando, em meados de 2012, as Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (REDECOMEP) em Belo Horizonte. Tal iniciativa, do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) interligará as principais instituições de ensino, pesquisa e tecnologia da região metropolitana da cidade.

Por fim, a partir de um trabalho já iniciado em 2012, toda área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da UFMG será reestruturada para atender aos preceitos de Governança de TI, seguindo as orientações em vigor do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Tribunal de Contas da União (TCU). As primeiras ações serão a constituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação, composto por membros dos diversos segmentos da comunidade universitária, e a nomeação da comissão encarregada da elaboração do primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), alinhado aos objetivos determinados no presente Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade.

#### 5.10.1. OBJETIVOS

1. Propiciar que os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estejam disponíveis para a totalidade da comunidade universitária, observando critérios de confiabilidade, segurança, disponibilidade, usabilidade, eficiência e eficácia.
2. Promover, pelo aperfeiçoamento das soluções em uso, da prospecção de novas soluções e do acompanhamento da evolução tecnológica, a contínua melhoria dos serviços de TIC oferecidos à comunidade universitária.

#### 5.10.2. METAS

1. Desenvolver o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da UFMG, para o planejamento estratégico (governança) da área, caracterizando a situação atual de TIC e identificando metas e ações a serem realizadas.
2. Colaborar no desenvolvimento de um Plano Institucional de Segurança da Informação e da Comunicação.
3. Melhorar o atendimento de serviços de TIC na UFMG.
4. Aprimorar as condições da infraestrutura interna da rede de dados e da rede de telefonia das unidades acadêmicas e administrativas e melhorar a capacidade de atendimento das equipes de TIC dessas unidades.
5. Possibilitar a operação ininterrupta (24/7) dos sistemas de TIC da Universidade, por meio da modernização da infraestrutura física dos órgãos vinculados à DTI.

6. Integrar os serviços de TIC em um único portal de acesso e possibilitar sua utilização a partir de qualquer ponto da rede interna ou externa.
7. Atualizar e expandir os atuais sistemas de TIC para a tecnologia web, executando-os sobre uma base de dados única.
8. Disseminar o uso dos recursos de TIC existentes e colaborar na prospecção de novos recursos e tecnologias que possam ser úteis para o desenvolvimento acadêmico e administrativo da Universidade, assim como para o incremento de seu processo de internacionalização.

### 5.10.3. AÇÕES

1. Colaborar na estruturação e participar do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
2. Participar do desenvolvimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da UFMG.
3. Realizar o levantamento de todos os recursos físicos, de todos os sistemas de informação e da totalidade dos recursos humanos sob a responsabilidade dos órgãos da DTI.
4. Reestruturar os serviços de atendimento DTI, unificando o acesso e melhorando a qualidade do atendimento prestado.
5. Oferecer atividades de treinamento e capacitação em TIC, voltados à comunidade acadêmica da UFMG.
6. Assessorar a contratação dos projetos de reestruturação da rede física de comunicação de cada unidade da UFMG.
7. Treinar as equipes de suporte de TIC de cada unidade da UFMG.
8. Orientar a reestruturação das equipes de suporte de TIC de cada unidade da UFMG e supervisionar a integração das mesmas às atividades coordenadas pela DTI.
9. Elaborar as especificações dos diversos equipamentos e ambientes, inclusive o datacenter, necessários no novo prédio que abrigará os órgãos vinculados à Diretoria de Tecnologia da Informação.
10. Migrar os sistemas da plataforma mainframe para os novos ambientes tecnológicos, bem como migrar os sistemas ainda com acesso externo, para o ambiente do portal minhaUFMG.

11. Em atenção a demandas da comunidade universitária, especificar, desenvolver e implantar sistemas de TIC necessários à gestão administrativa, patrimonial e de pessoal da UFMG.
12. Incentivar e facilitar o uso de comunicação multimídia (voz, vídeo e dados) e o emprego de tecnologias de ponta (computação em nuvem, ambientes colaborativos, repositórios digitais, tablets, e-books, etc.), nas atividades acadêmicas e na administração da Universidade.
13. Expandir e atualizar o sistema de telefonia interna da UFMG, aumentando sua integração com serviços de voz via Internet.
14. Ampliar a infraestrutura de suporte para o oferecimento de programas e atividades de educação a distância.

#### 5.11. EDITORA UFMG

Criada em 1985, com o objetivo de editar obras de valor científico e cultural representativas do trabalho de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, a Editora UFMG consolidou-se na última década como uma das mais importantes do país, contribuindo significativamente para divulgar, no âmbito nacional e internacional, a produção acadêmica da Instituição onde se insere. Seu catálogo, organizado em coleções, espelha o crescimento dos Programas de Pós-Graduação e da pesquisa na UFMG e traduz, por meio da diversidade e da qualidade das obras e autores publicados, o intercâmbio científico-cultural que predomina nesse ambiente acadêmico.

Com produção atual de 70 novos títulos por ano, publicação de 1.000 títulos e venda de cerca de 980.000 exemplares até o momento, a Editora UFMG foi classificada, em pesquisa realizada pelo jornal *Valor Econômico* de 23/07/2010, como a melhor editora universitária e a quarta entre todas as editoras públicas e privadas do Brasil. Para tanto, estabeleceu uma política editorial destinada a oferecer condições para a publicação de resultados do trabalho de docentes e de pesquisadores, bem como a promover parcerias e projetos específicos, voltados para o ensino e a extensão, que têm fomentado a produção de obras teóricas, didáticas e paradidáticas em diversas áreas de conhecimento, no âmbito da comunidade acadêmica.

A consolidação dessa política editorial propiciou a divulgação e o reconhecimento nacional e internacional da produção interna da UFMG. Nessa perspectiva, sempre atenta às inovações tecnológicas, culturais e científicas da pesquisa acadêmica, a Editora realiza o trânsito acadêmico entre a produção interna, a produção nacional e a produção internacional, ao publicar vários autores de ponta do pensamento contemporâneo, muitos deles traduzidos pela primeira vez no país.

Do mesmo modo, adotou-se uma estratégia multidisciplinar na definição das principais coleções que compõem o catálogo da Editora, caracterizada pela presença de títulos produzidos por profissionais de inúmeras origens e formações. O exercício intensivo dessa estratégia tanto vem sustentando inovação na linguagem e na escolha de temas, quanto revela a preocupação em romper o conservadorismo disciplinar e a hierarquia entre os diversos discursos que compõem o campo acadêmico. Ao mesmo tempo, essa estratégia contribui para a preservação e a divulgação da memória nacional por meio da publicação de textos referentes aos distintos trabalhos realizados nos diferentes acervos e coleções da Universidade. Dessa forma, o livro universitário passa a ser uma imagem referencial da Instituição, ao representar o trabalho de seus docentes e pesquisadores, além de revelar para o público em geral a importância científica, cultural e social desse trabalho.

Embora consolidada, em razão da excelência de seu catálogo, a Editora UFMG vê-se diante de novos desafios advindos das grandes transformações ocorridas, em escala global, na forma de produção, circulação e armazenamento do conhecimento e, especificamente, nas tecnologias de editoração, que já não tem no livro de papel seu suporte exclusivo ou preferencial. O universo do livro e, por conseguinte, os das práticas de escrita e de leitura, passam por uma verdadeira revolução, que exige novas posturas editoriais. As mídias atuais, com destaque para o livro digital, respondem a uma demanda ampliada de acesso mais rápido e democrático à informação, exprimindo um novo modo de *ler* e *escrever* que está caracterizado o saber contemporâneo.

Pesquisa realizada em janeiro de 2012, com quatro das maiores livrarias virtuais do Brasil, a saber, Gato Sabido, Livraria Cultura, Saraiva e Amazon, revela que o número de vendas de e-books triplicou no Brasil nos últimos três anos. Na mesma direção, os resultados de 2012 divulgados pela Amazon apontam o extraordinário crescimento de 70% do negócio da venda de e-books, em comparação com o ano anterior e, paralelamente, a queda da venda de livros em papel, que registrou, no período, o menor crescimento de toda a história de 17 anos da empresa. Em consonância com esse novo cenário, já está programada para o mês de março do corrente ano a Primeira Semana do Livro Digital do país. Diante desse novo cenário, mais uma vez a Editora UFMG é convocada a estreitar seu vínculo com a Universidade, oferecendo a seus docentes e pesquisadores novas possibilidades de divulgação do resultado de seus trabalhos.

A proposta é desenvolver condições editoriais para a publicação do livro eletrônico, em formato digital (*desktop publishing*) que, para além de texto, pode incluir também imagens, vídeo e áudio. Abrange tanto os livros impressos, quer os textos pensados e concebidos para serem apresentados especificamente em suporte digital. Trata-se de desenvolver um formato de e-book com tecnologia HTML 5, compatível com os sistemas operativos Android, desenvolvidos pela Google e usados em inúmeros *smartphones* e tablets, incluindo *Kindle Fire*, *Nook tablet* e *Kobo Vox* e com os *Ipads* da Apple.

Além da inserção no universo digital, a Editora UFMG julga ter chegado o momento de ampliar seu número de coleções, em razão da infraestrutura e da capacidade de trabalho instalada, em virtude da inauguração da nova sede em janeiro de 2012. Nesse caso, vale ressaltar os seguintes projetos idealizados para os próximos anos: a) o projeto da coleção de ensaios sobre artes visuais, que contempla obras críticas e teóricas destinadas tanto ao leitor especializado quando ao apreciador e interessado em artes; b) a coleção de textos canônicos e marginais da literatura mundial ainda não publicados no Brasil, com a meta de trazer a público obras e autores decisivos na constituição da literatura Ocidental, mas pouco difundidos em nossa comunidade de leitores; c) a

coleção de clássicos nacionais e estrangeiros, com reuniões inéditas de textos, acrescidos de novos estudos críticos, a preços populares, d) a coleção de e-books com a transcrição dos livros mais importantes do acervo de obras raras da UFMG, estes últimos a serem disponibilizados gratuitamente pela Editora em seu site.

#### 5.11.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDITORA UFMG

#### 5.11.2. OBJETIVOS

1. Implantar e desenvolver publicações digitais de acordo com as recentes inovações tecnológicas de editoração.
2. Criar novas coleções em diferentes áreas do conhecimento, com o intuito de fazer avançar a pesquisa de ponta na Universidade e ampliar os canais de divulgação de sua produção.
3. Contribuir para o fortalecimento institucional da UFMG, de sua liderança científica e cultural no país e de sua inserção internacional.

#### 5.11.3. METAS

1. Desenvolver competência técnica, visando à capacitação profissional de servidores para a editoração de livros digitais, em todas as suas etapas constitutivas, assim como para outras formas de publicação eletrônica, bem como oferecer suporte técnico adequado a essas publicações.
2. Desenvolver canal próprio de vendas de livros eletrônicos, com abrangência internacional, no novo site da Editora UFMG.
3. Servir de campo de estágio para os estudantes da UFMG, nas áreas de ciência da informação, tecnologia da informação, belas artes, letras, comunicação e marketing, direito, administração e contabilidade.
4. Estimular o empreendedorismo do alunado no segmento de vendas e divulgação editoriais *on line*.
5. Propiciar a qualificação da equipe da Editora no âmbito das novas tecnologias de produção e venda de livros.
6. Ampliar a capacidade financeira e de sustentabilidade da Editora por meio do incremento de novas formas de comercialização.

#### 5.11.4. AÇÕES

1. Publicar, em meio digital, sob a forma de e-books, títulos representativos do catálogo da Editora UFMG.
2. Realizar a transcrição digital dos livros mais expressivos da coleção de obras raras da Universidade, acompanhadas de estudo crítico e notas, e disponibilizá-los gratuitamente para o público em geral.
3. Criar a coleção de ensaios sobre artes visuais em suporte de papel e digital.
4. Criar a coleção Fora de Série, com traduções de textos da literatura ocidental, ainda não publicados no Brasil, em suporte de papel e digital.
5. Criar a coleção Clássicos UFMG, com textos de literatura brasileira e mundial, em suporte de papel para o público em geral e em edições de baixo custo.
6. Publicar livros didáticos digitais, que utilizem os recursos dinâmicos de interatividade atualmente disponíveis.
7. Incrementar substancialmente a participação da Editora em eventos e feiras no país e no exterior, com vistas a divulgar o trabalho da UFMG e a ampliar o segmento do público leitor.
8. Acolher número considerável de estudantes da UFMG, das áreas já mencionadas, para a realização de estágios na Editora, observadas as normas pertinentes da Universidade.

#### 5.12. SISTEMA DE BIBLIOTECAS

A BU (Biblioteca Universitária) é Órgão Suplementar vinculado à Reitoria, responsável tecnicamente pelo provimento de informações necessárias às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, como também pela coordenação técnica, administração e divulgação dos recursos informacionais das 25 bibliotecas do Sistema. Essas bibliotecas estão subordinadas administrativamente às Unidades Acadêmicas, Escolas de Educação Básica e Profissional e órgãos suplementares.

Sua missão é prestar serviços de informação técnico-científica que ultrapassem as expectativas da comunidade acadêmica, sustentando e colaborando com a UFMG para que ela permaneça dentre as mais bem conceituadas universidades do país.

Atualmente, a Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG (BU/SB) é integrada pelo Conselho Diretor, Diretoria da Biblioteca Universitária - Sistema de Bibliotecas e suas Divisões Técnicas e Seções Administrativas, Bibliotecas da UFMG e Comissões Temporárias.

O acervo patrimoniado é de mais de 923.821 exemplares, dados de 2011, nas diversas áreas do conhecimento, sendo 21.689 de coleções especiais, avaliado em R\$27.797.759,07. Desse acervo fazem parte, ainda, coleções especiais, com destaque para: a Coleção de Escritores Mineiros; a Coleção de Obras Raras, que reúne documentos, livros, periódicos, mapas, correspondências e fotografias do séc. XVI ao séc. XX; a patrologia Migné, que abrange textos de filosofia patrística editados em latim e grego, perfazendo um total de 392 volumes divididos em patrologia latina e patrologia grega. Conta ainda com a coleção memória intelectual da UFMG Instituída em 1986 que visa à preservação de todo acervo intelectual, técnico e artístico da instituição, de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo. O acervo é constituído de teses/dissertações, monografias de cursos de especialização, livros, publicações periódicas, produção artística e outros documentos produzidos na UFMG, que representem a vida institucional nos campos administrativo, pesquisa e extensão. E também com O Acervo de Obras Raras e Especiais do Sistema de Bibliotecas reúne documentos considerados raros e/ou preciosos devido à sua importância histórica, literária, cultural e patrimonial. Formou-se a partir de doações e de coleções existentes na antiga biblioteca da Reitoria e nas bibliotecas setoriais.

Reúne obras dos séculos XVI ao XX, muitas reconhecidas como raridades bibliográficas, citadas em base de dados especializadas e destinam à consulta de pesquisadores, docentes e alunos da Universidade e da comunidade

externa, para pesquisas, elaboração de teses e dissertações, monografias, livros e artigos em periódicos.

O Sistema de Bibliotecas atende tanto os usuários da comunidade interna (alunos do ensino fundamental, médio, técnico, graduação, pós-graduação, professores, e funcionários), como os usuários da comunidade externa – de outras instituições, pesquisadores, alunos de intercâmbio e demais visitantes.

Com a evolução constante da tecnologia da informação é necessário que o profissional da área da Ciência da Informação se atualize frequentemente, com o objetivo de oferecer atendimento de qualidade aos seus usuários. Nesse contexto, a Biblioteca Universitária oferece programas de capacitação aos servidores do Sistema de Bibliotecas da UFMG, com o objetivo de capacitar bibliotecários e pessoal de apoio para utilizarem as tecnologias da informação e, conseqüentemente, prestarem serviços de excelência à comunidade interna e externa da UFMG. Também oferece sistematicamente programas de capacitação aos usuários com o objetivo de capacitá-los na utilização das fontes de informação, no formato eletrônico, disponibilizadas para a comunidade acadêmica da UFMG. A expectativa das bibliotecas é de que o usuário utilize esses recursos de forma autônoma, sistematizada e que tenha o bibliotecário como referencial para otimizar suas pesquisas. Esses programas de capacitação são imprescindíveis para a comunidade acadêmica, uma vez que, a partir deles é que o usuário terá conhecimento de todo o recurso informacional que a Universidade disponibiliza, o qual dá suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### 5.13. INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS TRANSDISCIPLINARES (IEAT)

O Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) iniciou suas atividades em 1999, em caráter experimental, sendo oficialmente integrado à estrutura da UFMG em maio de 2005. Seu objetivo é gerar na UFMG um ambiente propício à realização de pesquisas com características de excelência (por excederem o normal e o ordinário), de ponta (voltadas para o novo e para

o futuro) e de indução (por interferirem na maneira de gerar, organizar e difundir o saber), abrangendo as diversas áreas do conhecimento, com inserções no ensino e na extensão.

A missão do IEAT é promover a transdisciplinaridade, mediante a aproximação, a articulação e o transpassamento dos campos disciplinares e das áreas tradicionais do conhecimento. Em consonância com sua natureza de instituto de pesquisa, o IEAT atua como órgão articulador interdepartamental e como supraunidade acadêmica, marcando suas atividades pelas características de ineditismo, de experimentalismo e de transitoriedade.

A opção pela transitoriedade, de fundo epistemológico e com base na transdisciplinaridade, está presente em todas as linhas de ação do IEAT. Isso é feito, pois, com a preocupação de evitar a cristalização de interesses e a fixação permanente de grupos no seu âmbito. Sua principal linha de atuação é o estímulo à geração e à difusão de uma nova práxis e de um novo ideal do conhecimento, tendo, por locus, experiências coletivas de grupos de especialidades variadas e – por instrumento ou por meio – a aproximação das disciplinas.

Seu alvo é a formação de profissionais especialistas com capacidade de frequentar mais de uma área do conhecimento; sua razão de ser, a prospecção de novos conteúdos e de novas formas de saber, necessários aos desafios do século XXI.

#### 5.13.1. OBJETIVOS E AÇÕES

1. Internacionalização do IEAT: Realização de eventos e publicações conjuntas em intercâmbios internacionais e ampliação de seus programas internacionais.
2. Consolidação do IEAT como Instituto de Pesquisa: Criar grupos e laboratórios de pesquisa em torno de temas de inequívoco potencial transdisciplinar, podendo ser citados os seguintes: divulgação científica

e novas mídias; movimento humano; novas biotecnologias e as fronteiras do humano; água, recursos minerais e sustentabilidade; o tempo e as várias temporalidades; espaço e cultura contemporânea.

3. Estimular a visibilidade no âmbito da UFMG: estabelecer maior interação com a administração central; estimular a aderência dos professores residentes à vida intelectual do IEAT e favorecer a interação dos mesmos; ampliar o espaço físico e os recursos humanos; criar uma publicação periódica da produção do IEAT; desenvolver uma proposta de programa de mestrado não habilitante, livre, sem linha de pesquisa, com foco no conhecimento pelo conhecimento.

#### 5.14. ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE DO REITOR

##### 5.14.1. DIRETORIA DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

A Diretoria de Cooperação Institucional (COPI), criada em 1998 como parte integrante da Administração Central, está voltada a dois propósitos básicos, ambos direcionados à interação da Universidade com a sociedade, uma prioridade essencial, no caso de uma instituição de ensino superior pública, como é a UFMG:

- Estabelecer interlocução com a sociedade em geral, entidades privadas, do 3º setor, empresas públicas e o poder público em seus três níveis: federal, estadual e municipal, visando o desenvolvimento de programas de cooperação mútua.
- Constituir-se em canal privilegiado da interação entre a Universidade e seus egressos, compartilhando informações, dividindo preocupações, recebendo sugestões, e divulgando oportunidades, sejam de prosseguimento de sua formação acadêmica, sejam de atuação profissional.

Em ambos os eixos, a COPI atua em esferas consideradas estratégicas para a Universidade e, em decorrência de sua missão, vem também realizando

atividades de captação de recursos que permitem o desenvolvimento dos projetos pactuados nas parcerias firmadas entre a UFMG e os diferentes organismos da sociedade. Tais projetos, invariavelmente, vêm contribuindo significativamente para o fortalecimento das atividades acadêmicas da Universidade. Convém mencionar, ainda que amplamente sabido, que, no assim chamado mundo desenvolvido, as atividades de pesquisa acadêmica e de extensão universitária, em proporção significativa, desenvolvem-se apoiadas por recursos financeiros privados, prática que, no Brasil, ainda é muito pouco disseminada. A atuação da COPI nesse sentido vem se revestindo de certo pioneirismo, que também pode ser identificado em ações recentes de outras universidades públicas com a USP e a UFSC.

O propósito de transformar a UFMG em uma universidade de classe mundial requer que ela, ao mesmo tempo em que se projete no cenário internacional como Instituição produtora e disseminadora do conhecimento de ponta, também se destaque por manter fortes laços com a sociedade que a mantém, inclusive preservando e divulgando seu patrimônio cultural e artístico. Para tanto, será necessário buscar formas de diversificar e ampliar suas fontes de financiamento, acentuando o trabalho nesse sentido que está sendo realizado pela COPI. Nesse contexto, é prioritária a participação da UFMG no debate sobre propostas e projetos de isenção fiscal para o financiamento de atividades acadêmicas, que vêm sendo considerados pela sociedade e pelo Congresso Nacional.

#### 5.14.1.1. OBJETIVOS

1. Buscar alternativas diversificadas para os projetos acadêmicos considerados prioritários pela UFMG, por meio de articulações entre a Universidade e a sociedade.
2. Aprimorar os mecanismos de aproximação e interação entre a Universidade e seus egressos, criando ações e oportunidades de aperfeiçoamento profissional e cultural, bem como contribuindo para sua inserção profissional.

#### 5.14.1.2. METAS

1. Contribuir para o debate, local, regional e nacional, dos temas referentes à isenção fiscal para o financiamento de atividades acadêmicas.
2. Incentivar a prática de empresas privadas financiarem bolsas acadêmicas.
3. Instituir mecanismos diversificados que fortaleçam os vínculos da UFMG com seus egressos.
4. Desenvolver atuação articulada com as Pró-Reitorias, com as Diretorias do Reitorado e com as Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais.

#### 5.14.1.3. AÇÕES

1. Criar, manter e gerenciar bancos de dados que facilitem a atuação da COPI.
2. Prospectar oportunidades de parcerias entre a UFMG e organismos da sociedade, visando o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos.
3. Atuar junto aos parlamentares, de modo a viabilizar a aprovação de projetos do interesse da comunidade acadêmica nacional e da UFMG.
4. Estabelecer parcerias com empresas privadas, para o financiamento de bolsas de iniciação científica e tecnológica.
5. Realizar ações voltadas para captar recursos destinados a financiar projetos prioritários da UFMG.
6. Contratar, temporariamente, a assessoria de empresa especializada em projetos de captação de recursos, para orientar a atuação da COPI.

#### 5.14.2. COORDENADORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

É um órgão de assessoria do Gabinete do Reitor e foi criada em 1990 para atender a crescente demanda da comunidade universitária e também das suas entidades representativas. A função dessa Coordenadoria é prestar o atendimento à comunidade universitária (discentes ou servidores docentes e Técnico-Administrativos em Educação), através de escuta qualificada, intervenção social, apoio técnico e logístico, dentre outras ações que

promovam a facilitação do acesso a bens e serviços oferecidos pela UFMG, conforme demandas de cada um desses segmentos, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, culturais, políticas e sociais.

#### 5.14.3. DIRETORIA DE ASSUTOS ESTUDANTIS

A Diretoria para Assuntos Estudantis busca fortalecer, de modo permanente, o diálogo entre os estudantes e a administração da Universidade. Orienta suas ações em três direções: contato, apoio e iniciativa. Oferece facilidades para o agendamento de reuniões com os estudantes, seja com grupos ou isoladamente, buscando esclarecer e dar transparência às ações da gestão da Universidade e, no sentido inverso, verificar a possibilidade de atendimento das demandas estudantis junto à administração central. Uma de suas principais ações é a de apoiar, inclusive financeiramente, as iniciativas estudantis, tais como simpósios, seminários, ações culturais e campanhas de interesse da comunidade. Além disso, mantém uma constante relação com grupos de estudantes com projetos específicos, assim como com as diversas organizações do tipo Empresa Júnior. Para a seleção destes projetos, além da sua pertinência e qualidade, serão pontuadas as atividades de recepção solidária de calouros.

As preocupações iniciais que levaram à criação de uma diretoria para assuntos estudantis na UFMG estão relacionadas à ideia de que a formação universitária compreende os estudantes como sujeitos críticos, criativos, transformadores, comprometidos com o avanço da cidadania e da justiça social.

Não basta, para tanto, que aos estudantes sejam oferecidos cursos de qualidade, o que na UFMG tem favorecido a formação de profissionais de ponta. Isto é fundamental, porém, há no conjunto de aspectos relacionados à vida estudantil assuntos que merecem a atenção dos gestores e demandam um diálogo Reitoria-Estudantes: política, cultura, assistência estudantil, enfim, anseios diversos dos estudantes, suas ações e respectivas consequências, que acabam por gerar o contato e o debate com as entidades e os outros grupos estudantis existentes. Torna-se portanto determinante a abertura de

mais espaços no âmbito da administração central para questões de interesse dos estudantes.

Na expectativa de permanentemente fortalecer o diálogo entre os estudantes e a gestão da Universidade, a Diretoria para Assuntos Estudantis, criada em 2006 na UFMG, estrutura suas ações em três direções:

**Contato:** Ampliar o contato direto com as entidades estudantis e outros grupos organizados, ou mesmo individualmente, criando novas formas de escuta e esclarecimentos, diálogo e debates, propondo uma relação onde os estudantes sejam tratados com a devida importância dentro da comunidade universitária, se expressem livremente e de maneira responsável, de modo que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento da UFMG;

**Apoio;** Criar formas de apoiar as iniciativas dos próprios estudantes, individualmente ou em grupos, auxiliando e subsidiando sua participação em eventos acadêmicos e culturais, na organização de eventos locais e campanhas de interesse na UFMG;

**Iniciativa:** Propor novas ações e apoiar as já desenvolvidas pelos órgãos da Reitoria ou das Unidades Acadêmicas em relação aos estudantes (semana do estudante, recepção aos calouros, festivais, mostras, exposições, etc.); organizar “cursos livres” sobre assuntos de interesse dos estudantes, com possibilidade de creditação curricular, visando ampliar sua formação; quaisquer outras atividades de interesse discente que estejam dentro dos objetivos da DAE.

Um dos assuntos mais frequentes e importantes tem sido a assistência estudantil e, embora a execução dos programas ligados ao direito e à garantia de permanência dos estudantes não seja papel da DAE – e sim da FUMP –, é objeto de atenção especial da DAE. É portanto função da Diretoria participar das definições da Universidade das políticas de assistência, sempre a partir de escuta das demandas dos próprios estudantes, e também acompanhar o

desenvolvimento prático dessas políticas, na oportunidade de sua implementação.

A DAE caracteriza-se ainda por oferecer tempo e espaço para receber os estudantes, individualmente ou em grupo, inclusive algumas vezes sem agendamento prévio. Entende que o diálogo entre a gestão universitária e os estudantes deva ocorrer com mais constância, mas que pode, eventualmente, acontecer num ambiente de maior tensão. Em tais momentos, a DAE pretende estar sempre presente, na tentativa de esclarecer e tornar transparente aos olhos dos estudantes as ações da gestão, levando em consideração as críticas e sugestões, incorporando as procedentes. Por outro lado, no sentido inverso, a DAE realizará esclarecimentos e gestões no âmbito da administração, nas diversas instâncias, de modo a colaborar para que as demandas e/ou questões de interesse dos estudantes sejam atendidas e justificadas caso não seja possível atendê-las.

#### 5.14.3.1. OBJETIVOS

Fortalecer os canais de diálogo entre a administração e o corpo discente da Universidade; apoiar a organização de atividades e eventos por estudantes e também a participação discente em tais ocasiões; propor ações no âmbito da Universidade que sejam de interesse dos estudantes, contribuindo assim para a formação dos estudantes da UFMG como sujeitos críticos, criativos, transformadores, comprometidos com o avanço da cidadania e da justiça social.

#### 5.14.3.2. METAS

Estabelecimento de uma relação permanente de respeito mútuo entre a administração e os estudantes, onde ambas as partes possam contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Universidade, com maturidade e responsabilidade.

#### 5.14.3.3. AÇÕES

ter grande disponibilidade para a escuta dos estudantes, responder sempre às questões colocadas, propor e organizar debates, propor e organizar cursos extracurriculares de variados temas, propor e organizar atividades culturais de interesse dos estudantes na ocasião do início dos semestres letivos, fomentar a organização de eventos por estudantes, apoiar a participação discente em eventos, participar dos grupos de trabalho que definem a política de assistência ao estudante da UFMG e acompanhar sua implementação.

#### 5.14.4. DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresenta-se como instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, a captar, implementar e acompanhar projetos e convênios interuniversitários.

Sua missão é inserir a UFMG no cenário internacional, para que se fortaleça a interação com instituições do exterior, assegurando o cosmopolitismo das atividades acadêmicas. Enquanto espaço específico para tratar e intermediar as relações da UFMG com outras instituições universitárias no exterior, a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) vem somando esforços estratégicos voltados à indução da internacionalização, trabalhando na criação de programas e projetos que viabilizem a cooperação internacional nos diversos segmentos da UFMG.

Alunos e professores têm participado de programas acadêmicos, convênios e intercâmbios internacionais. Atualmente a Diretoria de Relações Internacionais gerencia convênios com inúmeras universidades de diferentes países e recebe, anualmente, centenas de estudantes e um grande número de missões de universidades estrangeiras, entre outras atividades. A UFMG, através da Diretoria de Relações Internacionais, integra importantes consórcios de cooperação acadêmico-científica com países da Ásia, África, América Latina, América do Norte, Austrália e Europa, com o objetivo de desenvolver a

colaboração recíproca nas áreas de novas tecnologias, ensino, pesquisa e extensão.

Áreas de atuação:

- Construção de parcerias de qualidade com instituições estrangeiras;
- Captação, implementação e acompanhamento de acordos, convênios e programas interuniversitários internacionais;
- Gerenciamento de programas de intercâmbio acadêmico UFMG/interior e exterior/UFMG;
- Divulgação de oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade interna e externa à UFMG;
- Realização de missões em instituições estrangeiras de ensino superior e de pesquisa;
- Recepção de missões de órgãos do exterior.

:

#### 5.15.5. IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

A Imprensa Universitária da UFMG, atenta à realidade da comunidade universitária, tem buscado continuamente minimizar a necessidade de licitação de serviços gráficos. Há, neste contexto, um trabalho incessante para atender plenamente os critérios de qualidade pertinentes aos serviços gráficos, assim como diminuir, dentro do possível, os custos de produção da Imprensa Universitária, o que acarreta redução dos preços praticados aos usuários destes serviços. Como as necessidades por produtos gráficos não são estáticas, a Imprensa tem procurado ampliar a gama de serviços prestados, com atualização constante de seu parque gráfico e reciclagem e treinamento dos servidores. A aquisição de novos equipamentos visa suprir as demandas emergentes e também repor maquinário desgastado pelo uso.

A Imprensa espera, dentro do que é uma necessidade mundial, se adequar às normas ambientais para uma produção mais limpa. Para isto, buscará, junto à Pró-reitoria de Administração (PRA), formas de dar destinação correta a seus efluentes e resíduos sólidos, evitando, assim, multas e outras penalidades, mas

principalmente sendo o exemplo que a sociedade espera de um órgão vinculado a uma Universidade de destaque no cenário nacional. Ações como esta, além de colocar a Imprensa em consonância com formas de produção utilizadas em países que servem de referência em gestão ambiental, permitirão a participação em prêmios de qualidade gráfica nas áreas editorial e de periódicos, organizados por importantes instituições que representam, no Brasil, o mercado gráfico, dando ainda mais destaque à UFMG.

#### 5.15.6. CENTRO ESPORTIVO UNIVERSITÁRIO

Conforme está registrado no art. 6º do capítulo II da Constituição Federal, as atividades realizadas em ocasiões de lazer situam-se entre os direitos de cidadania, constituindo-se um direito social. Essas atividades são fundamentais para a promoção e a prevenção da saúde, bem como para o desenvolvimento, pelos indivíduos, de hábitos saudáveis de vida.

Atenta às suas responsabilidades em relação à garantia do acesso ao direito da comunidade acadêmica ao lazer, a UFMG criou e mantém o Centro Esportivo Universitário (CEU). Órgão suplementar da Reitoria, criado em 1971, o CEU tem por finalidade atuar junto às unidades acadêmicas e demais Órgãos da UFMG, apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão neles desenvolvidas, bem como proporcionar à comunidade universitária oportunidades para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer. Esse Centro ocupa uma área de 191.000 m<sup>2</sup>, em que mantém duas piscinas – uma olímpica e uma semi-olímpica –, um campo de futebol oficial, oito quadras poliesportivas, seis quadras para vôlei e peteca, três quadras de saibro para tênis e um parque infantil – dotado com duas piscinas, *playground* e quadra de areia –, destinado a estudantes da educação básica da UFMG e a filhos dos usuários. Além de organizar e sediar torneios e campeonatos, o CEU oferece cursos de várias modalidades esportivas.

#### 5.15.6.1. OBJETIVO

1. Oferecer à comunidade universitária, bem como a seus dependentes, condições para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.

#### 5.15.6.2. METAS

1. Consolidar o Centro Esportivo Universitário (CEU) como local de convivência e de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFMG.
2. Realizar atividades que congreguem toda a comunidade universitária na prática de modalidades esportivas coletivas e individuais, em parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos (DAs) das Unidades Acadêmicas da UFMG.
3. Realizar atividades esportivas que congreguem a comunidade acadêmica da UFMG e das demais Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana.
4. Promover a interação com os sistemas estadual e municipal de ensino, visando possibilitar o uso da infraestrutura do CEU, em especial, por alunos de escolas públicas, para a realização de torneios e campeonatos.
5. Atuar como campo de estágios para cursos e projetos científicos da UFMG.

#### 5.15.6.3. AÇÕES

1. Construir um Ginásio Poliesportivo, com vistas a proporcionar espaço caracterizado por mais qualidades estruturais e físicas, para favorecer a prática de atividades esportivas e a disputa de campeonatos e torneios.
2. Oferecer cursos gratuitos de várias modalidades esportivas, em especial, para os servidores da UFMG.
3. Oferecer atividades gratuitas voltadas para a promoção de mais qualidade de vida aos servidores da UFMG.

4. Tornar as avaliações físicas, fisioterápicas e nutricionais do Laboratório de Atividade Física e Saúde do CEU um pré-requisito para a inscrição em cursos e demais atividades.
5. Realizar, regularmente e com periodicidade anual, a Olimpíada UFMG.
6. Realizar, regularmente e com periodicidade anual, torneios universitários de futsal e de tênis.
7. Desenvolver projetos sociais relacionados ao esporte, como o Proerd e o Proteus, promovidos em parceria com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.
8. Estender a frequência ao CEU aos familiares dos servidores e aos alunos e ex-alunos da UFMG, bem como a alunos de outras Instituições de Ensino Superior de Belo Horizonte e da sua Região Metropolitana.

#### 5.15.7. DIRETORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Diretoria de Avaliação Institucional (DAÍ) é órgão da Reitoria, vinculada ao gabinete do Reitor. Foi criada, em 2003, com o objetivo de coordenar e supervisionar as ações de avaliação da UFMG, sendo responsável, também, pela realização de estudos e atividades inerentes à avaliação institucional da Universidade. A atuação da DAI tem por finalidade a busca do aprimoramento da qualificação acadêmica, científica e cultural da Universidade, bem como da ampliação e diversificação da sua inserção regional, nacional e internacional. Busca contribuir, ainda, para o planejamento acadêmico e administrativo da UFMG, por meio da identificação de estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas de mais largo alcance, e do fornecimento de subsídios para a necessária prestação de contas à sociedade. A realização desse trabalho envolve a articulação de diversos bancos de dados, relativos a avaliações que vêm sendo conduzidas sobre aspectos específicos da atuação da Universidade, o que torna possível a abordagem e a análise combinada de temas relacionados às várias instâncias acadêmicas e administrativas da Instituição. A Diretoria de Avaliação Institucional integra o Conselho Acadêmico da Comissão Permanente de Vestibular (Copeve), responsável pela supervisão e avaliação dos procedimentos do vestibular e pela promoção de estudos visando à

reformulação das políticas de acesso à Universidade. A Diretora de Avaliação Institucional é membro permanente desse conselho, formalizando a responsabilidade da avaliação dos processos de ingresso na UFMG.

A ação da Diretoria tem outro componente importante no exercício da função de Procurador Educacional Institucional (PI). Esta função foi instituída pela Portaria Nº 46, de 10 de janeiro de 2005, do Ministério da Educação, como interlocutora da Instituição com o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para o fornecimento de informações para Censo da Educação Superior. Posteriormente, o essas responsabilidades foram sendo ampliadas, regulamentadas pela Portaria Normativa Nº 40 de 2007, republicada em 2010. Sua atuação compreende, além da interlocução relativa às informações solicitadas pelo INEP para o Censo, as informações para a composição da matriz orçamentária no PingIFES, os processos de regulação dos cursos e da instituição, a realização do ENADE na UFMG e a manutenção do cadastro da instituição no sistema eletrônico eMEC.

A busca da realização de uma avaliação institucional não fragmentada é ainda relativamente recente na UFMG. Por essa razão, além de conduzir processos avaliativos de diversas ordens, a ação dessa Diretoria tem por objetivo promover a articulação entre diversos setores, nos processos permanentes de avaliação. Visa, ainda, à sistematização dos diversos bancos de dados já produzidos na Universidade, de modo que se constituam em fonte de estudos sobre a Instituição e que, por essa via, contribuam para a instauração de um processo efetivo de planejamento institucional.

#### 5.15.7.1 OBJETIVO

Aperfeiçoar a política de avaliação da UFMG.

#### 5.15.7.2 METAS

1. Consolidar a avaliação institucional como atividade permanente na UFMG.

2. Acompanhar e avaliar a implementação das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional.
3. Contribuir para a integração dos resultados da avaliação institucional às ações de planejamento da UFMG.
4. Contribuir para a implantação de sistema de avaliação dos cursos de Graduação da UFMG, em especial a partir das análises dos resultados da participação no ENADE.
5. Contribuir para a implantação de sistemática de avaliação dos currículos dos cursos de Graduação da UFMG.

#### 5.15.7.3 AÇÕES

1. Fornecer subsídios para o acompanhamento e a atualização de análises sobre os processos avaliativos promovidos na UFMG, bem como para a instrumentalização do seu processo de planejamento.
2. Estimular experiências de autoavaliação institucional a serem desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas e órgãos da UFMG.
3. Estimular a realização de estudos sobre egressos dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFMG, bem como sobre a evasão nos seus cursos de Graduação.
4. Estimular a criação, na UFMG, de um programa institucional voltado à avaliação de currículos, a ser desenvolvido juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

## CAPÍTULO 6 – FUNDAÇÕES DE APOIO À UFMG

Na execução de seus projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional, a UFMG conta com o apoio das fundações credenciadas pelo MEC e MCTI para este fim, ao amparo da Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010. Além disso, de acordo com a Resolução nº 10/2004, de 18 de novembro de 2004, do Conselho Universitário, as fundações de apoio à UFMG submetem-se à fiscalização financeira, contábil, operacional e patrimonial por parte da Auditoria Geral, no que tange a contratos, convênios e ajustes firmados com a Instituição. As fundações de apoio deverão, também, constituir um fundo de apoio à pesquisa, ao ensino, à extensão e/ou ao desenvolvimento institucional, para atendimento às Unidades e, conforme o caso, à UFMG. Desse fundo, as fundações devem disponibilizar, no mínimo, 30% do resultado operacional líquido anual.

Os instrumentos jurídicos entre a UFMG e suas fundações de apoio ocorrem mediante contratos ou convênios, o que faculta a essas instituições prestarem apoio aos referidos projetos entendidos estes como programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável da atuação da Universidade no cumprimento eficiente e eficaz de sua missão. A atuação das fundações de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura limita às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica. Na execução dos contratos celebrados com base na Lei nº 8.958/94, as fundações deverão observar, ainda, o disposto nas Resoluções do Conselho Universitário, especialmente as que regulamentam a prestação de serviços no âmbito da UFMG, bem como aquelas, pertinentes à matéria, aprovadas pelas Congregações das Unidades Acadêmicas.

A criação das fundações de apoio, a partir de meados da década de 1970, num momento em que a atuação da Universidade Pública Brasileira começava a se

consolidar no campo da Pós-Graduação, teve por objetivo conferir a flexibilidade e a agilidade imprescindíveis à etapa que, então, se iniciava. Hoje, após uma longa trajetória, a relação entre as Universidades e as fundações de apoio, em consonância com a regulamentação e a supervisão dos órgãos governamentais, atinge seu almejado estágio de maturidade, legitimidade e legalidade.

São as seguintes as fundações de apoio à UFMG, credenciadas de acordo com a legislação vigente: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas (IPEAD), Fundação Christiano Ottoni (FCO), e a Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e zootecnia (FEPMVz).

A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1975, por um grupo de professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para ser instrumento de apoio às atividades acadêmicas e de pesquisa da Universidade e, desde então, vem contribuindo para o seu desenvolvimento nas diversas áreas do conhecimento. É uma parceira constante na disseminação do saber e na construção e fortalecimento da imagem institucional da UFMG.

A competência de gestão adquirida com a prestação de serviços à UFMG também se estende a outros parceiros. Como uma das finalidades da Fundep é cooperar com instituições da sociedade, nas áreas específicas de sua competência, ela vem atuando como fundação de apoio de renomadas instituições de ensino e centros de pesquisa que, assim como a UFMG, necessitam de uma organização que lhes proporcione atendimento diferenciado na gestão de seus projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional.

Em 2009, tornou-se a fundação de apoio da Universidade Federal do ABC (UFABC) e, no ano seguinte, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), do Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica (IEAv) e do Instituto de

Fomento e Coordenação Industrial (IFI). Em 2012, conquistou autorização para ser uma das fundações de apoio também do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e seus institutos de pesquisa, e do Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), vinculado ao Exército Brasileiro.

A Fundep também oferece soluções em gestão de projetos para entidades públicas, privadas e do terceiro setor, por meio de atividades de consultoria e assessoria, desenvolvimento de produtos e prestação de serviços, cursos e eventos, vestibulares e concursos. Em 2010, recebeu do Ministério da Justiça o título de Utilidade Pública Federal, destinado a organizações sem fins lucrativos que realizam trabalhos em prol da sociedade, tendo gerenciado mais de 15 mil iniciativas de pesquisa, extensão, concursos e prestação de serviços.

Por meio do "Prêmio Fundep", reconhece, a cada três anos, professores e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que se destacam por significativas contribuições ao progresso em suas áreas de atuação. Criou, em 2008, a categoria Servidor Técnico-Administrativo, que visa valorizar a atuação de profissionais da UFMG que tenham colaborado, efetivamente, no apoio às atividades de pesquisa científica.

A Fundação IPEAD é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, credenciada pelo MEC e pelo MCT (Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia, respectivamente) como fundação de apoio à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais.

Criada em 1948 por iniciativa de professores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, com o apoio de instituições dos segmentos comercial, financeiro e industrial do Estado, a Fundação IPEAD desenvolve metodologias que atendem aos mais rigorosos padrões científicos, além de produzir indicadores de acordo com critérios técnicos atualizados. Em função das características dos trabalhos desenvolvidos, a Fundação vem sendo contratada por dispensa de licitação. Oferece ferramentas ideais para auxiliar a sua gestão, pública ou privada, baseando-se no conhecimento e análise de todos

os aspectos socioeconômicos de cada objeto em estudo. Atua em pesquisas aplicadas, serviços de consultoria, assessoria e treinamento especializado. Este último, por sua vez, é desenvolvido tanto em forma recorrente quanto sob uma demanda específica em cooperação com entidades públicas ou privadas.

A Fundação IPEAD atende entidades federais, estaduais e municipais, além de instituições privadas.

A Fundação Christiano Ottoni – FCO é uma pessoa jurídica de direito privado, entidade educacional de apoio à UFMG, em especial à Escola de Engenharia da UFMG, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de duração indeterminada. Fundada em março de 1974 e com sede e foro em Belo Horizonte, Minas Gerais apoia programas de ensino ligados à engenharia em geral, promove e incrementa pesquisas e assessoramento técnico e científico, exerce atividades técnicas, científicas e culturais e presta serviços à comunidade, entendidos esses como assessorias, consultorias, trabalhos laboratoriais, projetos e convênios de pesquisa, bem como cursos de extensão e especialização.

A Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia – FEPMVZ é uma entidade sem fins lucrativos, criada para apoiar a UFMG, em especial à Escola de Veterinária da UFMG. Foi constituída em 1973 por um grupo de professores da Escola de Veterinária da UFMG com o objetivo de ser um instrumento de apoio às atividades acadêmicas e de pesquisa no campo da Medicina Veterinária, contribuindo para o desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento a que a instituição se dedica. O apoio da FEPMVZ se estende às atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover a excelência acadêmica. Seu trabalho está presente em grande parte das atividades desenvolvidas na Escola de Veterinária, agilizando processos e viabilizando a gestão de projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional da Escola e de outras entidades públicas e privadas.

O apoio oferecido às atividades científicas, culturais e de inovação é feito através de assessoramento à elaboração de projetos, captação, concessão e gestão de recursos e outorga de bolsas. Além disso, a FEPMVZ tem como objetivo realizar variadas atividades ligadas à produção do conhecimento, como o apoio à edição de publicações e materiais audiovisuais, a distribuição de prêmios de estímulo à pesquisa, a produção de antígenos, vacinas e outros produtos veterinários, produção e processamento de alimentos, assim como a produção de animais e o processamento de seus produtos. A Fundação também visa à prestação de serviços à comunidade, cooperação com outras instituições na área de sua competência, captação de projetos junto à iniciativa privada ou agências financiadoras oficiais, no Brasil e no exterior, prestação de serviços de consultoria, promoção de eventos variados, como palestras, conferências e simpósios, assim como à concessão de bolsas a estudantes, professores, pesquisadores e servidores.